



**INSTITUTO
FEDERAL**
Brasília

Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2019/2023

“Revisado”

(Setembro/2021)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
2019 a 2023

BRASÍLIA-DF
SETEMBRO/2021



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação
Milton Ribeiro

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Tomás Dias Sant'Ana

Reitora do Instituto Federal de Brasília
Luciana Miyoko Massukado

Instituto Federal de Brasília

SAUS Quadra 2, Bloco E, Edifício Siderbrás
Brasília-DF, 70070-906

REITORIA

Reitora

Luciana Miyoko Massukado (2019/2023)

Chefe de Gabinete da Reitora

Cristiane Batista Salgado

Pró-Reitor de Administração

Rodrigo Maia Dias Ledo

Pró-Reitora de Ensino

Veruska Ribeiro Machado

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Paulo Henrique Sales Wanderley

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

José Anderson de Freitas Silva

Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação

Giovanna Megumi Ishida Tedesco

Diretora de Comunicação

Sandra Maria Branchine

Diretor de Planejamento e Orçamento

Rodrigo Alfani

Diretor de Tecnologia da Informação

Bruno Nepomuceno

CAMPI

Diretora-Geral do *Campus Brasília*

Patrícia Albuquerque de Lima (2019/2023)

Diretor-Geral do *Campus Ceilândia*

Ricardo Frangiosi de Moura (2019/2023)

Diretor-Geral do *Campus Estrutural*

Giano Luís Copetti (2019/2023)

Diretor-Geral do *Campus Gama*

Rômulo Ramos Nobre Júnior (2019/2023)

Diretor-Geral do *Campus Planaltina*

Nilton Nélio Cometti (2019/2023)

Diretor-Geral do *Campus Recanto das*

Emas Germano Teixeira Cruz (2019/2023)

Diretor-Geral do *Campus Riacho Fundo*

Gervásio Barbosa Soares Neto (2019/2023)

Diretor-Geral do *Campus Samambaia*

Paulo Henrique Silva Ribeiro (2019/2023)

Diretor-Geral do *Campus São Sebastião*

Robson Caldas de Oliveira (2019/2023)

Diretor-Geral do *Campus Taguatinga*

Leonardo Moreira Leodido (2019/2023)

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PDI 2019/2023 DO IFB

COMISSÃO CENTRAL (Portaria n.º 2.770, 02/10/2018)

Giovanna Megumi Ishida Tedesco
Presidente

Adilson César de Araújo
Vice-presidente

Wilson Conciani

Maria Cristina Madeira da Silva

Rodrigo Alfani

Simone Cardoso dos Santos Penteadó

Luciana Miyoko Massukado

Philippe Tshimanga Kabutakapua

Tarcísio Araújo Kuhn Ribeiro

Marcelo Silva Leite

Rômulo Ramos Nobre Júnior

Edilene Carvalho Santos Marchi

Germano Teixeira Cruz

Sérgio Barbosa Gomes

Fernando Dantas de Araújo

Fernando Barbosa Vito da Silva

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO (Portaria n.º 2.769, 02/10/2018)

Paulo Henrique Sales Wanderley
Presidente

Anderson Allan Almeida Galvão
Vice-presidente

Rachel de Camargo

Anderson da Silva Costa

Ana Cristina Moreira dos Santos

Daniella Santiago Andrade

EQUIPE DE REVISÃO DO PDI (2019/2023)

Rodrigo Alfani
Diretor de Planejamento e Orçamento

Valdiná Regis Lopes Feitosa
Coordenadora-Geral de Planejamento

Membros da equipe da CGPL:
Fernanda Plentz de Andrade
Filipe de Moraes Cangussu Pessoa
Willy Clayton Alves dos Santos

COMISSÕES TEMÁTICAS
(Portaria n.º 2.916, 05/11/218)

Eixo 1
Planejamento e avaliação
institucional

Roberta Cantarela
Presidente

Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha
Vice-presidente

Gilcemar da Silva Borges Junior

Glaucia Melasso Garcia de Carvalho

Eixo 2
Desenvolvimento institucional

Sonia Carvalho Leme Moura Veras
Presidente

Lucas Romano Oliveira de Souza
Vice-Presidente

Bruna Martins de Souza Benevides

Flávia Furtado Rainha Silveira

Marcus José da Cruz Palomo

Nivia Aniele Oliveira

Eixo 3
Políticas acadêmicas

Yvonete Bazbuz da Silva Santos
Presidente

Alessandra do Carmo Fonseca
Vice-presidente

Ana Lusa Knop Henriques Modesto

Bruno Cordeiro de Andrade

Carolina Goncalves de Souza

Conceição de Maria Cardoso Costa

Guilherme de Freitas Kubiszeski

Marcos Augusto Fonseca Rodrigues

Nayara Cristina da Silva

Raline Romaiany Oliveira Cardoso

Rayana Schneider

Renata Monteiro Soares

Rita de Cassia Mendonça

Robson Caldas de Oliveira

Rute Nogueira de Morais Bicalho

Vanessa Cristina da Silva

Eixo 4
Políticas de gestão

Adriana Fabiana Rodrigues
Presidente

Bruna Martins de Souza Benevides
Vice-presidente

Adriana de Souza Moura

Adriana do Socorro Tavares Silva

Edna Carvalho de Azevedo

Elizete Alves da Costa

Fernando Dantas de Araújo

Isaura Cintia Goncalves Lopes

Jackeline Portela Fontenele Carvalho

Leticia de Oliveira Lima Vilar

Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha

Raquel Dos Santos Beckmann

Sarah Fragoso Braga

Vera Lucia Rial Gerpe

Wilson Barbosa de Brito Junior

Eixo 5
Infraestrutura física

Cristiane Jorge de Lima Bonfim
Presidente

Anderson da Silva Costa
Vice-presidente

Edimaria Cerqueira Rodrigues
Lamounier

Girlane Maria Ferreira Florindo

Jeizyane Barrozo

Lucas Romano Oliveira de Souza

Izabel Cristina de Oliveira Campos

Janaina Cândida da Silva

COMISSÕES LOCAIS

(Portarias expedidas pelas direções gerais dos *campi*)

Campus Brasília

Cristiane Jorge de Lima Bonfim

Marcelo Machado Feres

Marcus José da Cruz Palomo

Rita de Cássia Mendonça

Ana Carolina Capuzzo de Melo

Cleide Lemes da Silva Cruz

Lucélia de Almeida Silva

Andreia e Silva Soares

Ronaldo Domingos Lopes Ribeiro

Lilian da Silva Manhães

Charles Eduardo Nunes Celestino

Larissa Souza de Castro

Roberta Miranda de Araújo

Alcino Marçal Almeida

Campus Ceilândia

Karen Cristina Alves Xavier

Bruno Cordeiro de Andrade

Ideilson de Oliveira Pereira

Marcos Augusto Fonseca

Nayara Cristina da Silva

Samuel Levi Araújo Alves

Conceição de Maria Cardoso Costa

Lucas Romano Oliveira de Souza

Rayana Kristina Schneider Barcelos

Nivia Jaqueline Pessoa de Borba

Andrea Araújo Moreira

Diana Maria Leopoldo de Araújo

Eduilson Pereira dos Santos

Pompylio Jerônimo de Lima

Campus Estrutural

Eneida Campos Felipe de Brites

Yuri César Rosa Toledo

Tiago Felipe de Oliveira Alves

Janaina Soares Lopes Barbosa

Henrique Sanjiro Yuzuki Farias

Samara França Martins

Rafaela Suzete Lopes Rodrigues

Moisés dos Santos Brandão

Carlos Henrique de Assis

Viviani Aglaice da Cova Lima

Deuvani Cândido Noletto

Campus Gama

Abiah Narumy Ido de Abreu e Nery

Ricardo Nogueira Viana Narcizo

Richardson dos Santos Almeida

Marcelo Daniel Ferreira Gomes

Wanderson da Silva Gonçalves

Elisama Pereira da Silva

Lanuzia Evaristo de Araújo

Campus Planaltina

Juliano Rosa Gonçalves

Renato Monteiro

Suzy Dias Soares Cedraz

Marcus Vinicius Santana

Francisco Ferreira de Carvalho

Wesley Rodrigues Rosa

Getúlio Rodrigues Pereira Paiva

Francisco da Paz Mendes de Souza

Ramiro Ferreira de Souza Filho

Campus Recanto das Emas

Tiago Varella Negreiros

Leonardo Barbosa Rossato

Vladmir Ribeiro de Melo

Juliano Queiroz Grisolia de Oliveira

Emilly Oliveira Silva
Lucas da Silva Garcia
Daiane Mota Fernandes
Silvio Rangel da Silva Feitosa

Campus Riacho Fundo

César Eduardo Leite
Edson de Souza Cunha
Wilson Barbosa de Brito Júnior
Higor Silva Leite
André Rodrigues de Sá
Mickaelly Louzada Matos da Silva
Maria do Socorro G. Silva Menezes
Frederico Cardoso Alves de Souza

Campus Samambaia

Júlio Mangini Fernandes
Paulo Henrique Silva Ribeiro
Carlos Eduardo Paes Landim Ramos
Jocimar Alves de Macêdo
Andrea Araújo Chaves Martins
Mariana Carolina Alves Sales
Victor Hugo Soares Arantes
Karla Caroline Afiune Simões
Fábio Maciel

Campus São Sebastião

Guilherme Capistrano S. Stanzani
Marcos Antônio Andrade da Costa
Robson Caldas de Oliveira
Edvaldo Dias Carvalho Neto
Sérgio Kihoma de Britto Lopes
Ângela Costa do Amaral
Isabela Ketelin Oliveira Silva
Reinaldo Araújo Gregoldo
Getúlio Francisco Silva

Campus Taguatinga

José Gonçalo dos Santos
José Oliver Faustino Barreira
Lilian Marques Silva de S. Menezes
Maria do Carmo Pereira de Oliveira
Catarina Melo dos Prazeres
Izabela Prado Lourenço da Silva
Ana Paula Alves Rodrigues

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

ACG - Avaliação dos Cursos de Graduação

AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem

AVALIES - Avaliação das Instituições de Ensino Superior

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CA - Centro Acadêmico

CBM - Corpo de Bombeiros Militar

CD - Colégio de Dirigentes

CEB - Câmara de Educação Básica

CEFET - Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica

CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CGD - Comitê de Governança Digital

CGPL - Coordenação-Geral de Planejamento

CIS - Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação

CNE - Conselho Nacional de Educação

COET - Comissão de Ética

CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito

Consed - Conselho Editorial

CPA - Comissão Própria de Avaliação

CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente

CS - Conselho Superior

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais

DF - Distrito Federal

DICOM - Diretoria de Comunicação Social

DOU - Diário Oficial da União

DRAP - Diretoria de Administração e Planejamento

DREP - Diretoria de Ensino e Pesquisa

DRPO - Diretoria de Planejamento de Orçamento

DTIC - Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

EAD - Educação a Distância

ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

ETF - Escolas Técnicas Federais

FCM - Fundação Cefet Minas

FCS - Fatores Críticos de Sucesso

FIC - Formação Inicial e Continuada

FINATEC - Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos

GDF - Governo do Distrito Federal

ICT - Instituição Científica e Tecnológica

IES - Instituição de Ensino Superior

IF - Instituto Federal

IFB - Instituto Federal de Brasília

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

MEC - Ministério da Educação

NAPNE - Núcleo de Apoio à Pessoas com Necessidades Específicas

NBR - Norma Brasileira

NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica

NR - Norma Regulamentadora

PAE - Política de Assistência Estudantil

PCCTAE - Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação

PCD - Pessoa com Deficiência

PCR - Pessoa com Cadeira de Rodas
PDC - Política de Desenvolvimento de Coleções
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual
PMR - Pessoa com Mobilidade Reduzida
PNE - Plano Nacional de Educação
PPC - Projetos Pedagógicos dos Cursos
PPI - Projeto Político-Institucional
PPP - Projeto Político-Pedagógico
PRAD - Pró-Reitoria de Administração
PREN - Pró-Reitoria de Ensino
PREX - Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PRGP - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRPI - Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIBIFB - Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Brasília

SIC - Sistema de Informações ao Cidadão
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SWOT - *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats* (Forças, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças)
UGI - Unidade de Gestão da Integridade

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxo de processos do planejamento estratégico.....	24
Figura 2 - Trilha do Tempo IFB	35
Figura 3 - Distribuição da população jovem do DF por Regiões Administrativas.....	44
Figura 4 - Percentual de jovens no DF com acesso à internet, segundo a faixa etária.....	45
Figura 5 - Percentual de jovens no DF que frequentam escola regular, segundo tipo de escola e faixa etária.....	46
Figura 6 - Percentual de jovens no DF que frequentam escola regular, segundo faixa etária e localidade de moradia.....	47
Figura 7 - Percentual de jovens no DF, com inserção produtiva, segundo faixa etária e localidade de moradia.....	48
Figura 8 - Percentual de jovens no DF que possuem trabalho remunerado, segundo setor de atividade e faixa etária.....	49
Figura 9 - Evolução do corpo docente do IFB em função de sua titulação.....	87
Figura 10 - Evolução do corpo docente do IFB em função do regime de trabalho.....	89
Figura 11 - Evolução do quadro docente do IFB entre os anos de 2010 e 2020	90
Figura 12 - Evolução do quadro técnico do IFB em função de sua titulação.....	93
Figura 13 - Evolução do quadro técnico do IFB entre os anos de 2010 e 2020.....	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cronograma e atividades do processo de construção do PDI 2019/2023.....	25
Tabela 2 - Identificação da instituição e de suas unidades administrativas.....	27
Tabela 3 - Planejamento da oferta de cursos técnicos.....	72
Tabela 4 - Planejamento de oferta de cursos de graduação.....	77
Tabela 5 - Planejamento de oferta de cursos de pós-graduação (<i>Lato Sensu</i>).....	80
Tabela 6 - Planejamento de oferta de cursos de pós-graduação (<i>Stricto Sensu</i>).....	82
Tabela 7 - Planejamento de oferta de cursos de pós-graduação (<i>Lato Sensu</i>) EaD.....	84
Tabela 8 - Quantitativo de docentes conforme Portaria MEC n.º 713/2021.....	91
Tabela 9 - Quantitativo de técnicos conforme a Portaria MEC n.º 713/2021.....	96
Tabela 10 - Organograma do IFB resumido.....	97
Tabela 11 - Organização da Execução da Política de Assistência Estudantil.....	109
Tabela 12 - Demonstrativo da área geral do IFB, por Unidade Administrativa.....	112
Tabela 13 - Instalações físicas da Reitoria.....	114
Tabela 14 - Instalações físicas do <i>Campus</i> Brasília.....	114
Tabela 15 - Instalações físicas do <i>Campus</i> Ceilândia.....	115
Tabela 16 - Instalações físicas do <i>Campus</i> Estrutural.....	116
Tabela 17 - Instalações físicas do <i>Campus</i> Gama.....	117
Tabela 18 - Instalações físicas do <i>Campus</i> Planaltina.....	118
Tabela 19 - Instalações físicas do <i>Campus</i> Recanto das Emas.....	120
Tabela 20 - Instalações físicas do <i>Campus</i> Riacho Fundo.....	121
Tabela 21 - Instalações físicas do <i>Campus</i> Samambaia.....	123
Tabela 22 - Instalações físicas do <i>Campus</i> São Sebastião	124
Tabela 23 - Instalações físicas do <i>Campus</i> Taguatinga	126
Tabela 24 - Plano de Desenvolvimento Institucional - Sistema de Bibliotecas do IFB....	128
Tabela 25 - Laboratórios do <i>Campus</i> Brasília.....	131
Tabela 26 - Laboratórios do <i>Campus</i> Ceilândia.....	133
Tabela 27 - Laboratórios do <i>Campus</i> Estrutural.....	137
Tabela 28 - Laboratórios do <i>Campus</i> Gama.....	141

Tabela 29 - Laboratórios do <i>Campus</i> Planaltina.....	144
Tabela 30 - Laboratórios do <i>Campus</i> Recanto das Emas.....	146
Tabela 31 - Laboratórios do <i>Campus</i> Riacho Fundo.....	147
Tabela 32 - Laboratórios do <i>Campus</i> Samambaia.....	148
Tabela 33 - Laboratórios do <i>Campus</i> São Sebastião.....	153
Tabela 34 - Laboratórios do <i>Campus</i> Taguatinga.....	156
Tabela 35 - Emendas Parlamentares.....	170
Tabela 36 - Termos de Execução Descentralizada.....	171
Tabela 37 - Previsão orçamentária e cronograma de execução.....	172
Tabela 38 - Previsão de recursos destinados à assistência ao educando.....	173

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO CONSTRUÇÃO DO PDI 2019/2023	18
APRESENTAÇÃO REVISÃO DO PDI 2019-2023	19
METODOLOGIA	21
I. DIAGNÓSTICO	22
II. 2ª CONFERÊNCIA PARA AVALIAÇÃO DO PDI 2014/2018 DO IFB	22
III. FERRAMENTAS PARA CONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	23
IV. FLUXO DE PROCESSOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	23
V. CRONOGRAMA E ATIVIDADES	24
1. PERFIL INSTITUCIONAL	26
1.1. IDENTIFICAÇÃO	26
1.2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	30
1.2.1 Trilha do tempo	35
1.3. MISSÃO	36
1.4. VISÃO	36
1.5. VALORES	36
1.6. OBJETIVOS E METAS	37
1.7. ÁREA DE ATUAÇÃO ACADÊMICA	37
1.8. POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO	38
2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	42
2.1. INSERÇÃO REGIONAL	42
2.2. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS GERAIS	50
2.3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO	57
2.4. POLÍTICAS DE ENSINO	57
2.4.1. Política para Educação a Distância	60
2.5. POLÍTICAS DE EXTENSÃO E CULTURA	62
2.6. POLÍTICAS DE PESQUISA E INOVAÇÃO	64
2.7. POLÍTICAS DE GESTÃO	67
2.8. RESPONSABILIDADE SOCIAL	70
3. CRONOGRAMA DE OFERTA DE CURSOS	71

3.1. CURSOS TÉCNICOS	72
3.2. CURSOS DE GRADUAÇÃO	76
3.3. CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO (LATO SENSU)	80
3.4. CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO (STRICTO SENSU)	82
3.5. CURSOS NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	83
4. PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	86
4.1. COMPOSIÇÃO	86
4.1.1. Perfil do corpo docente	86
4.1.2. Perfil do corpo técnico-administrativo	92
5. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	97
5.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO	97
5.2. ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL E ACADÊMICO	97
5.3. ÓRGÃOS COLEGIADOS	99
5.3.1. Conselho Superior (CS)	99
5.3.2. Colégio de Dirigentes (CD)	102
5.3.3. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)	104
5.3.4. Comitê de Governança Digital	105
5.3.5. Apoio às atividades acadêmicas	107
6. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES	107
6.1. PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO	107
6.2. ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA E ÊXITO	110
6.3. ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL	111
6.4. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS	111
7. INFRAESTRUTURA	112
7.1. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES	112
7.2. BIBLIOTECAS	127
7.3. LABORATÓRIOS	131
7.4. RECURSOS TECNOLÓGICOS E DE AUDIOVISUAL	161
7.5. PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO À PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS	161
7.6. CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA	164
8. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	165

8.1. PROCEDIMENTOS DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	165
8.1.1. Metodologia	166
8.1.2. Instrumentos externos	166
8.1.3. Instrumentos internos	167
8.1.4. Formas de participação da comunidade acadêmica	167
8.1.5. Formas de utilização dos resultados das avaliações	167
9. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS	168
9.1. DEMONSTRAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	168
9.1.1. Estratégia de gestão econômico-financeira	169
9.1.2. Planos de investimentos	169
9.1.3. Previsão orçamentária e cronograma de execução	172
REFERÊNCIAS	174
APÊNDICE	176
CRONOGRAMA DE REVISÃO DO PDI 2019/2023	176
ANEXOS	178
ANEXO I - ORGANOGRAMA DO IFB (RESOLUÇÃO CS N.º 001/2017)	178
ANEXO II – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	183
A) Mapa estratégico	183
B) Objetivos estratégicos e indicadores	185
C) Metas institucionais	189
ANEXO III – GLOSSÁRIO DOS INDICADORES	206
1 - Apresentação	206
2 - Ficha técnica dos Indicadores	207

APRESENTAÇÃO CONSTRUÇÃO DO PDI 2019/2023

No início um planejamento robusto, aberto e muito trabalho. Agora, um planejamento estruturado, controlado e monitorado por sistemas eletrônicos. Nestes dez anos que marcam a criação do IFB, houve uma transição suave do ativismo para sua consolidação. São dez *campi*, cerca de 1300 servidores, mais de 120 mil estudantes já passaram por essa casa, centenas de projetos de pesquisa e extensão e alguns prêmios. Esse é o IFB que temos. Um IFB com grandes conquistas e muitos desafios.

Ao longo desses dez anos alguns pontos se destacam. As metas propostas pela lei de criação e os Acordos de Metas celebrados com o MEC e com o TCU foram todos cumpridos. Ao planejamento inicial de cinco *campi*, foram acrescentados mais cinco e finalmente conquistamos a sede própria para as atividades administrativas da Reitoria. Enfim, o DF hoje tem uma instituição pública de Educação Profissional.

Gestão democrática e transparente, ações inclusivas, editais para acesso a programas e recursos, integração administrativa, participação dos técnicos administrativos em projetos de pesquisa e extensão, qualificação de servidores, comunicação externa, governo eletrônico, ConectaIF, internacionalização e prática profissional, são premissas coletivamente desenvolvidas pela comunidade ao longo da nossa existência e hoje são importantes marcos no processo de implantação e consolidação do IFB.

Hoje o IFB é almejado em todas as regiões administrativas do DF. A mudança de planos governamentais e os cortes orçamentários não permitiram essa ampliação. No entanto, a expansão é uma questão de reorganização interna por meio da Extensão e das ferramentas de Educação a Distância. Incluir os que não têm acesso à educação: Missão do IFB, consolidada em seu PDI.

Brasília/DF, 15 de fevereiro de 2019

Wilson Conciani

Reitor do IFB

APRESENTAÇÃO REVISÃO DO PDI 2019-2023

O Plano de Desenvolvimento Institucional é considerado o principal documento da instituição, pois reúne os princípios e diretrizes institucionais para um período de cinco anos, além de ser um importante instrumento de avaliação pelo Ministério da Educação (reconhecimento de curso e credenciamento institucional).

Considerando que o planejamento não é estático e que sempre deve levar em consideração as mudanças que a Instituição vivencia, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023) já previa a sua revisão como uma das metas e, esta se daria no meio da sua vigência, ou seja, em 2021. Em função da pandemia de Covid-19, todo o processo de revisão foi realizado por meio de webconferência e está disponível no SUAP, que é o sistema de documentação eletrônica do IFB. A Diretoria de Planejamento e Orçamento, por meio da Coordenação-Geral de Planejamento, foi a responsável pela elaboração da metodologia e da condução de todo o processo de revisão do PDI.

Ressalta-se que a metodologia focou na atualização de informações, melhoria no conteúdo textual e correção de inconsistências nos indicadores associados aos objetivos estratégicos. O objetivo da revisão do PDI não foi criar um documento novo, com novas metas e indicadores e sim, visitar o que precisava ser atualizado para refletir de forma mais fidedigna a realidade.

Durante três meses a equipe se debruçou em levantamentos, reuniões “tira dúvidas”, discussão nos *campi* e no colégio de dirigentes, consulta pública à comunidade interna e externa e sistematização do documento para apreciação/deliberação do Conselho Superior da Instituição.

Um ponto de destaque dessa metodologia foi registrar todas as contribuições, sobretudo as que não atendiam aos requisitos da revisão para que sejam aproveitadas na elaboração do próximo PDI, quando será possível realizar mudanças estruturais no documento.

Nesse contexto, esta revisão do PDI (2019-2023) reflete o momento que o IFB está passando em função da pandemia de Covid-19 com seus respectivos impactos na

educação mundial. Por outro lado, esta revisão demonstra o amadurecimento da instituição e o compromisso com a melhoria contínua de seus processos.

Continuaremos trabalhando juntos para cumprir nossa missão e visão e, sempre olhando os valores institucionais.

Brasília/DF, 21 de setembro de 2021

Luciana Massukado

Reitora IFB

METODOLOGIA

A metodologia para a construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019/2023 do Instituto Federal de Brasília (IFB), com vigência até dezembro de 2023, foi desenvolvida a partir da análise da metodologia utilizada na elaboração do PDI 2014/2018 do IFB, da revisão da legislação pertinente, do levantamento bibliográfico relacionado ao processo de elaboração do PDI dos Institutos Federais (IFs) que compõem a Rede Federal, além da análise da literatura relacionada às melhores práticas de Planejamento Estratégico.

A construção do PDI foi realizada pela comunidade. Todavia, em virtude das diversas temáticas a serem abordadas e dos inúmeros atores envolvidos, sua condução ficou a cargo da Comissão Central, com o apoio da Comissão de Planejamento Estratégico. Estas comissões deram suporte aos trabalhos desenvolvidos pelas Comissões Temáticas e Comissões Locais, sendo estas últimas, as responsáveis por estarem à frente das discussões sobre a construção do PDI 2019/2023 nas unidades organizacionais do IFB.

Como nas edições anteriores, o processo de construção prezou pela transparência, publicidade e pela ampla participação da comunidade em todas as etapas de construção, promovendo o envolvimento dos docentes, técnicos administrativos, discentes e da sociedade civil organizada em todas as suas atividades.

Para auxiliar a comunicação entre as comissões e agilizar o andamento das atividades, foram utilizados diversos instrumentos tecnológicos (formulários eletrônicos, e-mails institucionais, portal do IFB e redes sociais). Por meio da comunicação oficial da instituição, as comissões deram ampla publicidade às suas ações, disponibilizando agendas e cronogramas de atividades, bem como o andamento das etapas e resultados dos trabalhos realizados.

Em todo o processo, a equipe gestora, os servidores, os estudantes e a comunidade estiveram comprometidos e atuantes, seja por meio das ações desenvolvidas pelas comissões temáticas e pelas comissões locais, ou ainda na disponibilização de material, das informações, de pessoal ou de infraestrutura.

I. DIAGNÓSTICO

Para subsidiar o trabalho das comissões e, principalmente, para conhecer a percepção da comunidade sobre o atual e futuro cenários da instituição, em setembro de 2018, durante o ConectaIF 2018, a Coordenação-Geral de Planejamento (CGPL) aplicou a análise SWOT por meio de formulário eletrônico. Nesta consulta, a comunidade opinou sobre o que ela identifica como forças, oportunidades, fraquezas e ameaças relacionadas à instituição.

Além da construção da Matriz SWOT, durante o ConectaIF, a CGPL montou um stand para apresentar à comunidade o planejamento institucional. Com distribuição de panfletos, atendimento pessoal, realização de dinâmicas com os participantes e atividades de formação, a equipe da CGPL apresentou o planejamento estratégico à comunidade do IFB e convidou os participantes a contribuírem na construção do PDI.

II. 2ª CONFERÊNCIA PARA AVALIAÇÃO DO PDI 2014/2018 DO IFB

O ponto de partida do processo de elaboração do PDI 2019/2023 foi a 2ª Conferência para Avaliação do PDI 2014/2018 do IFB, que foi realizada no início de setembro de 2018 e teve por objetivos apresentar os resultados do Planejamento Estratégico e Educacional do IFB referente ao período de 2014 a 2018. Além de avaliar o alcance das metas e o cumprimento dos objetivos estratégicos, durante a conferência também foi apresentada a metodologia para elaboração do PDI 2019/2023 do IFB.

Na sequência, de posse das informações que foram apresentadas na 2ª Conferência, do diagnóstico institucional e da versão atualizada do Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI), foi realizada, em meados de setembro, a 1ª reunião para construção do PDI 2019/2023 do IFB. Esta atividade deu início às discussões com a comunidade sobre o planejamento institucional e contribuiu para identificar as expectativas que a comunidade tem para a instituição para o próximo quinquênio.

III. FERRAMENTAS PARA CONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Para melhor diagnosticar as necessidades institucionais na elaboração do Planejamento Estratégico, fez-se necessário o emprego de metodologias que contribuíssem para a construção do cenário atual e futuro da instituição, na perspectiva de auxiliar as comissões na definição das metas e ações que a instituição precisa desenvolver para alcançar os seus objetivos para o período de 2019 a 2023. Como referências foram utilizados os seguintes constructos:

- a) Análise do PDI 2014/2018 e de seus resultados: documento avaliado em uma conferência e resultados utilizados como insumo na construção do novo plano;
- b) Matriz SWOT: formulário eletrônico para que a comunidade (docentes, discentes, técnicos administrativos) apontasse as Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades. Tais informações foram utilizadas durante o processo de construção do novo PDI;
- c) Inventário das necessidades: de posse da matriz SWOT, as comissões elencaram as necessidades da instituição, base para uma lista preliminar de indicadores;
- d) Construção de cenários: estruturação de alternativas com a intenção de ganhar tempo e flexibilidade diante de possíveis mudanças de cenário político, governamental e econômico a médio e longo prazo;
- e) ForPDI: plataforma aberta para gestão e acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI de universidades federais e outras instituições públicas. Ferramenta de acompanhamento do PDI em tempo real, de forma colaborativa, eficiente, rápida e segura.

IV. FLUXO DE PROCESSOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Na perspectiva de consolidar uma gestão estratégica no IFB, buscando o aprimoramento da qualidade das atividades desenvolvidas e a participação de toda a comunidade na construção do PDI, foi apresentado o fluxo de elaboração do PDI, que teve como eixo principal a dinâmica conforme demonstrado na Figura 1.

Figura 1 - Fluxo de processos do planejamento estratégico



Fonte: CGPL/DRPO/RIFB

V. CRONOGRAMA E ATIVIDADES

Para orientar as atividades durante o processo de construção do PDI, a Comissão de Planejamento Estratégico elaborou um cronograma de atividades e apresentou à Comissão Central. Após discussões e ajustes pontuais, o cronograma foi aprovado e executado conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 - Cronograma e atividades do processo de construção do PDI 2019/2023

Descrição	Responsável	Data/Período
Apresentar a proposta de metodologia no colégio de dirigentes	CGPL/DRPO	08/06/2018
Constituir a comissão central e de planejamento estratégico	Reitoria	de 20/08/2018 a 24/08/2018
Capacitar as comissões central e de planejamento estratégico	Comissão de planejamento estratégico	de 27/08/2018 a 31/08/2018
Elaborar a logomarca do PDI 2019/2023 do IFB	Comissão de planejamento estratégico	de 25/06/2018 a 31/08/2018
Realizar o diagnóstico da situação atual da instituição	Comissão de planejamento estratégico	de 07/08/2018 a 31/08/2018
Realizar da 2ª Conferência para avaliação do PDI 2014/2018	Comissões central e de planejamento estratégico	04/09/2018
Realizar a 1ª reunião para construção do PDI 2019/2023 do IFB	Comissão de planejamento estratégico	05/09/2018
Constituir as comissões locais e temáticas	Reitoria e direções gerais dos <i>campi</i>	05/09/2018
Capacitar as comissões temáticas e locais	Comissão de planejamento estratégico	14/09/2018

Realizar encontros com a comunidade para discutir e construir o novo PDI	Comissões de planejamento estratégico, temáticas e locais	de 08/10/2018 a 28/11/2018
Compilar os textos do PDI com base nas discussões realizadas nos encontros com a comunidade	Comissões temáticas	de 05/11/2018 a 14/01/2019
Submeter a proposta inicial de minuta à comunidade acadêmica	Comissão de planejamento estratégico	de 15/02/2019 a 28/02/2019
Analisar as proposições e construção da minuta final	Comissões central e de organização	de 01/03/2019 a 10/03/2019
Submeter a versão final para apreciação do CS	Comissão central	de 11/03/2019 a 15/04/2019
Aprovar o PDI 2019/2023 do IFB	Conselho Superior	maio/2019
Publicação	Gabinete	maio/2019

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1. IDENTIFICAÇÃO

Tabela 2 - Identificação da instituição e de suas unidades administrativas

CNPJ	Razão social	Mantenedora	Lei de criação	Data de abertura[1]	Endereço	Sítio
10.791.831/0001-82	Instituto Federal de Brasília	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	29/12/2008	Setor de Autarquias Sul, Quadra 2, Bloco E, Asa Sul, Brasília/DF CEP 70.070-906	ifb.edu.br
10.791.831/0005-06	Instituto Federal de Brasília - <i>Campus Brasília</i>	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	29/12/2008	SGAN 610, módulos D, E, F e G, Asa Norte, Brasília/DF CEP 70.830-450	ifb.edu.br/brasil
10.791.831/0010-73	Instituto Federal de Brasília - <i>Campus Ceilândia</i>	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	29/12/2008	QNN 26, área especial, Ceilândia/DF CEP 72.220-260	ifb.edu.br/campus-ceilandia

10.791.831/0011-54	Instituto Federal de Brasília - <i>Campus Estrutural</i>	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	29/12/2008	Área Especial nº 01, Quadra 16, SCIA, Estrutural/DF CEP 71.255-200	ifb.edu.br/campus-estrutural
10.791.831/0003-44	Instituto Federal de Brasília - <i>Campus Gama</i>	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	29/12/2008	Rod. DF-480, Lote 01, Setor de Múltiplas Atividades, Gama/DF CEP 72.429-005	ifb.edu.br/gama
10.791.831/0002-63	Instituto Federal de Brasília - <i>Campus Planaltina</i>	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	29/12/2008	Rod. DF-128, Km 21, Zona Rural de Planaltina, Planaltina/DF CEP 73.380-900	ifb.edu.br/planaltina
10.791.831/0007-78	Instituto Federal de Brasília - <i>Campus Recanto das Emas</i>	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	29/12/2008	Núcleo Rural Monjolo, Chácara 22, Recanto das Emas/DF CEP 72.620-100	ifb.edu.br/recantodasemas

10.791.831/0009-30	Instituto Federal de Brasília - <i>Campus</i> Riacho Fundo	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	29/12/2008	Avenida Cedro, AE 15, QS 16, Riacho Fundo I/DF CEP 71.826-006	ifb.edu.br/riachofundo
10.791.831/0006-97	Instituto Federal de Brasília - <i>Campus</i> Samambaia	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	29/12/2008	Rod. DF-460, Complexo Boca da Mata, Lote 01, Samambaia/DF CEP 72.304-300	ifb.edu.br/samambaia
10.791.831/0008-59	Instituto Federal de Brasília - <i>Campus</i> São Sebastião	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	29/12/2008	Área Especial 2, Bairro São Bartolomeu, São Sebastião/DF CEP 71.697-040	ifb.edu.br/saosebastiao
10.791.831/0004-25	Instituto Federal de Brasília - <i>Campus</i> Taguatinga	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	29/12/2008	QNM 40, Área Especial n.º 01, Taguatinga/DF CEP 72.146-000	ifb.edu.br/taguatinga

1.2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – ou simplesmente Instituto Federal de Brasília (IFB) – é uma instituição criada nos termos da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O IFB, portanto, é uma das instituições que compõe a RFEPCT. É vinculado ao Ministério da Educação e possui natureza jurídica de autarquia detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Os Institutos Federais, de acordo com a Lei que os criou, são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares, multicampi e descentralizadas, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. Atuam ainda no campo da pesquisa, desenvolvimento, inovação, extensão, cultura e em todas as áreas do conhecimento.

Essas instituições alinham-se com o princípio de desenvolvimento integral do cidadão trabalhador e nascem com a proposta de articular educação básica e superior com educação profissional.

Mas até chegarmos ao momento da instituição da Rede Federal de Ensino Profissional e a criação dos Institutos Federais, que se deu com a publicação da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é importante destacar o histórico do ensino técnico no Brasil.

Essa modalidade de ensino teve início em 1909, com a criação de 19 escolas de Aprendizes e Artífices, cujo objetivo era prover as classes proletárias de meios que garantissem a sua sobrevivência. Isto é, prover os “desfavorecidos da fortuna”, expressão contida no Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo Presidente Nilo Peçanha no ato de criação dessas escolas, uma em cada capital federativa, com duas exceções apenas. Nesse sentido, é certo que aos objetivos das Escolas de Aprendizes Artífices associavam-se a qualificação de mão de obra e o controle social de um segmento em especial: os filhos das classes proletárias, jovens em situação de risco social, pessoas potencialmente mais sensíveis à aquisição de vícios e hábitos “nocivos” à sociedade e à construção da nação. (BRASIL, 2010, p.10). Desde

então, houve uma sucessão de mudanças na oferta do ensino técnico na rede de educação profissional, científica e tecnológica.

Com a transformação da economia brasileira entre 1930 a 1945, a indústria passou a demandar mão de obra qualificada e as escolas técnicas foram se vinculando às políticas de desenvolvimento econômico e, a partir de 1942, as Escolas de Aprendizizes Artífices foram transformadas em Escolas Industriais e Técnicas e, com isso, ofereciam a formação profissional em nível equivalente ao secundário.

Em 1959, essas escolas industriais passaram a ser chamadas de Escolas Técnicas Federais (ETF) e ganharam autonomia didática e de gestão. Nesse período, foi intensificada a formação de técnicos em razão da aceleração do processo de industrialização no país (BRASIL, 2010).

Em 1971, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) transformou os currículos do segundo grau em técnico-profissional, com o objetivo de formar técnicos sob regime de urgência. Nesse tempo, as ETF aumentaram expressivamente o número de matrículas e implantaram novos cursos técnicos. Em 1978, as Escolas Técnicas Federais do Paraná, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET).

Na década de 1990, com a nova configuração da economia mundial no cenário da globalização, houve, mais uma vez, a necessidade de reorganizar a educação e, em 1994, a Lei Federal n.º 8.984 instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica e transformou todas as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e abriu caminho para que as Escolas Agrotécnicas Federais fossem integradas a esse processo. Somente em 1999, os CEFET foram implantados.

Em 2004, foi publicado o Decreto n.º 5.154/04 para regulamentar alguns artigos da Lei n.º 9.394/96 que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

No Distrito Federal, a Lei n.º 11.534/2007 criou a Escola Técnica Federal – ETF/BSB, viabilizada pela incorporação do Centro de Educação Profissional Colégio Agrícola de Brasília à União, tornando-se a primeira unidade de Ensino descentralizada da ETF/BSB.

Em 2005, o MEC, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), lançou a Fase I do Plano de Expansão da Rede Federal, com o objetivo de

ampliar a presença das instituições federais de educação profissional e tecnológica em todo o território nacional. A prioridade inicial foi a construção de escolas em unidades da federação ainda desprovidas destas instituições, como Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e **Distrito Federal**, além da instalação de instituições federais de educação profissional nas periferias de grandes centros urbanos e municípios do interior.

O Instituto Federal de Brasília nasceu a partir da incorporação da Escola Técnica de Brasília, localizada na região administrativa de Planaltina. Nesta época o IFB contava com 52 servidores, entre técnicos e docentes”.

Em janeiro de 2009, foi iniciado o processo para implantação de novos *campi* do IFB: Samambaia, Gama, Brasília e Taguatinga.

A implantação desses *campi* impulsionou a efetivação de acordos de cooperação com o Governo do Distrito Federal (GDF) e outras instituições, para cessão de espaços em escolas do GDF, como o Centro Educacional GISNO, o Centro Educacional (CED) 07 de Taguatinga, a Biblioteca Central do Gama, o edifício da União em Taguatinga Centro e o SEST/SENAT de Samambaia, para que os novos *campi* pudessem iniciar as suas atividades.

Diferentemente dos demais Institutos da Rede Federal, os primeiros cursos ofertados pelo IFB foram de Formação Inicial e Continuada (FIC), nos *campi* em implantação. Os cursos de ensino médio integrado ofertados pela ETF/BSB tiveram sua oferta mantida no *Campus* Planaltina, onde se iniciou o primeiro curso superior tecnológico do IFB - Tecnólogo em Agroecologia.

No final do ano de 2009, foram feitas novas nomeações de servidores e teve início a licitação das obras das sedes definitivas dos *campi* do IFB.

Nos anos de 2010 e 2011, a situação econômica do Brasil continuou melhorando, e com isso, ampliava-se a oferta de empregos, consolidava-se a ascensão social das classes menos favorecidas e elevava-se a necessidade de mão de obra qualificada. Como consequência desse cenário e por haver pouca oferta de cursos de formação técnica no DF, o IFB foi impulsionado pelos diversos setores da sociedade civil a expandir-se para outras regiões administrativas, entre elas, Riacho Fundo, São Sebastião, Ceilândia, Estrutural e a implantação de mais um *campus* na região administrativa de Taguatinga, denominado *Campus* Taguatinga Centro. Com isso, ampliou-se a oferta das vagas, o que possibilitou a consolidação da metodologia de

audiências públicas para a definição das áreas de formação a serem trabalhadas por cada *campus* e seus respectivos eixos tecnológicos. No final de 2011 o IFB já havia conseguido ampliar o seu quadro de servidores¹, passando a contar com 460 servidores, sendo, 273 docentes e 187 técnicos administrativos em educação, mas com o contínuo crescimento do número de estudantes, o IFB precisava ampliar ainda mais o seu quadro funcional, para tanto, a cada ano, praticamente, o IFB realizava novos concursos públicos para admissão de servidores.

Ainda no ano de 2011, os *campi* Riacho Fundo, São Sebastião e Taguatinga Centro iniciaram suas atividades. Em 2012, o IFB estava estruturado em 10 *campi*, e apenas o *Campus* Taguatinga Centro funcionava em sede provisória.

Em 2013, ao completar 5 anos, o IFB contava com um quadro funcional de 730 servidores sendo, 388 docentes e 342 técnicos administrativos em educação; ofertava mais de 4 mil vagas anuais e possuía 12.097 alunos matriculados. Em 2014, o IFB ofertou 5.371 vagas para seus diversos cursos e foi aberto, no sistema e-MEC, o processo de credenciamento da instituição.

Em 2015, os alunos do curso de Gestão Pública do IFB realizaram o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), tendo sido a primeira efetiva participação da Instituição nesse exame, cujo resultado foi 4, de uma escala de 1 a 5. No ano de 2015, o Índice Geral de Cursos (IGC) do IFB também foi 4, demonstrando a qualidade do ensino ofertado. Até o final de 2016, o IFB já tinha quatro cursos superiores reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e quatro em processo de reconhecimento. No ano de 2016 também foram realizados os dois últimos concursos públicos do IFB.

Ao longo da década que compreende os anos de 2008 e 2018, os *campi* foram estruturando seus espaços e, além da expansão física, houve ampliação na oferta de cursos. Em 2018, o IFB oferecia 43 cursos técnicos, 25 cursos superiores, 6 cursos de especialização e 1 mestrado profissional. E tudo isso representava o fruto do trabalho intenso de 1.291 servidores, sendo, 723 docentes e 568 técnicos administrativos em educação. Ainda em 2018, vale registrar que houve a criação do *Campus* Recanto das Emas em decorrência da extinção do *Campus* Taguatinga Centro.

¹ O quadro de servidores do IFB é composto por servidores efetivos e temporários.

Em 2020, o IFB contabilizava 20.473 alunos matriculados nas diferentes modalidades de oferta de cursos, segundo dados do Sistec. No mesmo ano, 2.829 estudantes concluíram o curso no qual estavam matriculados. Em dezembro de 2020 o IFB contava com 1364 servidores, sendo 776 docentes e 588 técnicos administrativos em educação. Com relação ao regime de trabalho, vale destacar que 88% dos docentes exercem o regime de dedicação exclusiva o que possibilita uma melhor qualidade no ensino ofertado, pois propicia um desenvolvimento maior de projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação, colaborando assim com a formação integral do estudante. Destaque-se também que 84% do corpo docente possui pós-graduação *stricto sensu* e que os docentes graduados atuam somente na educação básica (cursos técnicos).

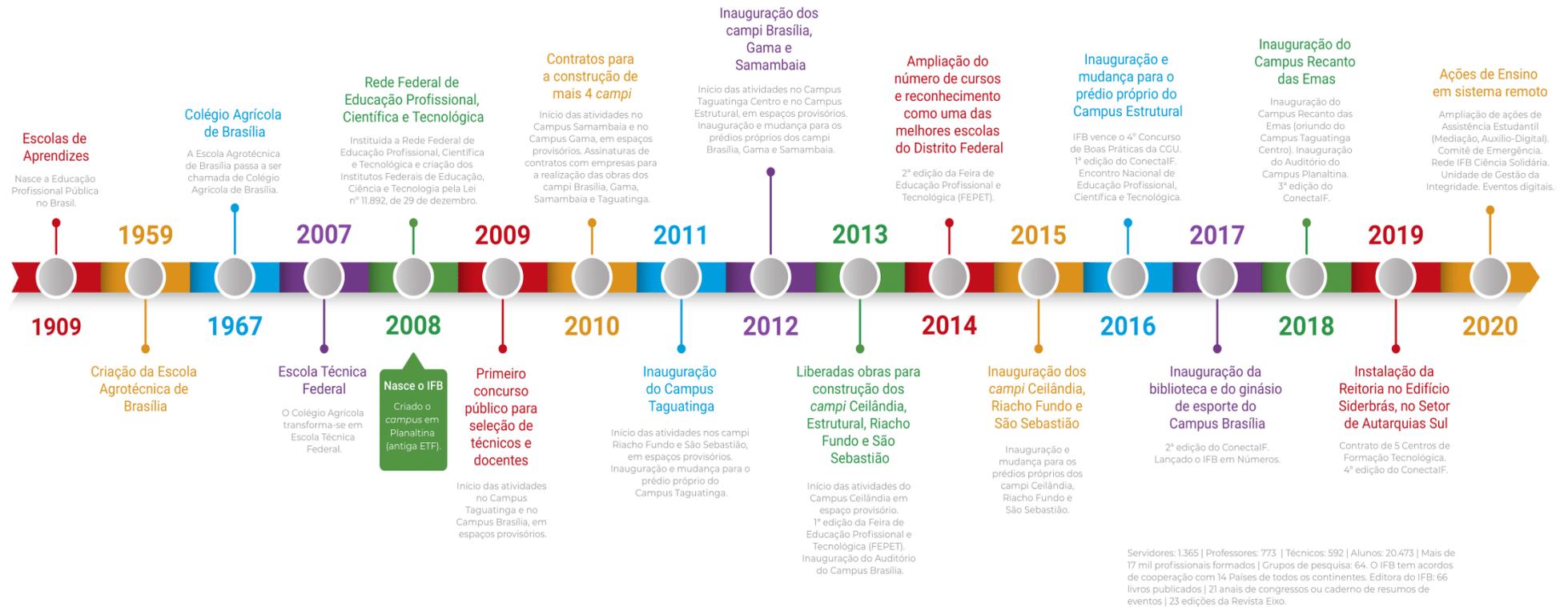
Atualmente (2021) o IFB oferta 47 cursos técnicos, 27 cursos superiores, 5 cursos de pós-graduação *lato sensu* e 1 mestrado profissional. Além disso, dois novos cursos de graduação (engenharia civil e agronomia) e um mestrado em geografia foram recentemente aprovados pelo Conselho Superior e devem ser ofertados a partir de 2022.

O Instituto Federal de Brasília trabalha de forma colegiada por meio do seu Conselho Superior, instância máxima decisória, e por meio dos diversos fóruns e conselhos que promovem a discussão de temas relevantes para o desenvolvimento da instituição. No âmbito dos *campi*, as decisões são realizadas com apoio do Conselho Gestor e dos colegiados de cursos. Cabe destacar, ainda, que o IFB possui credenciamento com duas Fundações de Apoio para auxiliar na gestão de projetos de pesquisa e extensão oriundos de fomento externo – Finatec e Fundação Cefet Minas (FCM).

Em 2021, o IFB recebeu a visita do credenciamento institucional pela equipe de avaliadores do INEP/MEC obtendo o conceito 5 de qualidade, ou seja, a nota máxima no relatório. O IFB aguarda agora a análise da SERES/MEC e, posterior, publicação da portaria.

1.2.1 Trilha do tempo

Figura 2 - Trilha do tempo IFB



Servidores: 1.365 | Professores: 773 | Técnicos: 592 | Alunos: 20.473 | Mais de 17 mil profissionais formados | Grupos de pesquisa: 64. O IFB tem acordos de cooperação com 14 Países de todos os continentes. Editora do IFB: 66 livros publicados | 21 anais de congressos ou caderno de resumos de eventos | 23 edições da Revista Eixo.

Atualizado em : 03/08/2021

1.3. MISSÃO

Oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da inovação, produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável, comprometidos com a dignidade humana e a justiça social.

1.4. VISÃO

Consolidar-se no DF como instituição pública de excelência em Educação Profissional e Tecnológica, pesquisa aplicada e extensão, ofertante de formação inovadora, inclusiva, pautada no respeito à diversidade e à sustentabilidade, de forma integrada com a sociedade.

1.5. VALORES

- Ética;
- Educação como bem público gratuito e de qualidade;
- Formação crítica, emancipatória e cidadã;
- Gestão democrática: transparência, participação, autonomia, pluralismo e integração;
- Respeito à diversidade e à dignidade humana;
- Promoção da inclusão;
- Inovação;
- Sustentabilidade econômica e socioambiental.

1.6. OBJETIVOS E METAS

Os objetivos do IFB estão em conformidade com a Lei n.º 11.892, de 28 de dezembro de 2008, e, de acordo com seu Estatuto, são os que seguem:

1. Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
2. Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
3. Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
4. Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
5. Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração e trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
6. Estimular, fomentar e realizar a pesquisa científica, visando a consolidação de cursos de pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento;
7. Ministrando cursos, em nível de educação superior; e
8. Ofertar cursos em nível de pós-graduação.

Para melhor organização do documento, o mapa estratégico, os objetivos estratégicos, os indicadores bem como as metas institucionais encontram-se no Anexo II – Planejamento Estratégico.

1.7. ÁREA DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

O Instituto Federal de Brasília, é uma instituição pública integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica com ação pluricurricular e

multicampi, atuando no desenvolvimento de programas de ensino, nos níveis básicos, por meio da oferta de cursos de nível médio integrado e subsequente, de nível superior, por meio dos cursos de graduação de tecnologia, licenciatura e bacharelado, e, no nível de pós-graduação, com cursos de especialização e mestrado. Atua ainda no campo da pesquisa, desenvolvimento e inovação e na extensão e na cultura, sob a forma de atividades presenciais e a distância, em todas as áreas do conhecimento.

Por meio da formação e qualificação de profissionais da pesquisa e da extensão, contribui para o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços em articulação com os setores produtivos da sociedade local e regional. Promove a produção e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, na perspectiva do desenvolvimento social e econômico do DF e da região Centro-Oeste do Brasil.

Em sua atuação consolidada no campo da formação profissional, distribuídos em suas 10 unidades, o IFB oferece cursos nas modalidades presencial e a distância, enquadrados nos seguintes eixos tecnológicos: ambiente e saúde; controle de processos industriais; desenvolvimento social e educacional; gestão e negócios; informação e comunicação; infraestrutura; produção alimentícia; produção cultural e design; produção industrial; turismo, hospitalidade e lazer; recursos naturais.

Em consonância com a legislação e com as demandas sociais, o IFB atua ainda na formação de profissionais nas áreas de linguagens, códigos e suas tecnologias; ciências da natureza, matemática e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias.

1.8. POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Considerando o documento aprovado pelo CONIF intitulado Política de Relações Internacionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que visa a implementação da política de Relações Internacionais dos Institutos Federais, de forma mais articulada e segundo uma estratégia de concepção nacional, o processo de internacionalização no Instituto Federal de Brasília segue as seguintes estratégias/ações, consideradas fundamentais para a consolidação do referido processo:

1. Criação e estruturação das assessorias e/ou diretorias de relações internacionais dos Institutos Federais;
2. Capacitação dos assessores/diretores de relações internacionais e equipe técnica;
3. Promoção de acordos com instituições estrangeiras;
4. Incentivo a projetos de cooperação técnica;
5. Realização de atividades de mobilidade de estudantes, docentes e técnicos administrativos;
6. Incentivo ao intercâmbio no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão;
7. Atualização do portal de ensino profissional e tecnológico internacional;
8. Fomento à prática de línguas e de intercâmbio cultural/centro de línguas;
9. Atuação consonante com as diretrizes da SETEC/MEC;
10. Interação com agências e organismos de cooperação nacionais e internacionais.

A partir dos princípios e diretrizes estabelecidos na presente Política de Relações Internacionais dos Institutos Federais da RFEPCT, que consolidam o processo de internacionalização nos Institutos Federais, seguem-se as diretrizes abaixo em consonância com o tripé Ensino - Pesquisa e Inovação – Extensão e Cultura:

- Promover e fortalecer a cultura da internacionalização no âmbito do IFB;
- Fortalecer o olhar internacional do IFB a fim de promover a internacionalização do currículo e dos programas de ensino, pesquisa e extensão, definindo conteúdos, disciplinas ou componentes curriculares que possam ser ofertados em língua estrangeira (inglês, espanhol, francês, dentre outros) com conteúdo correlato em língua portuguesa;
- Fomentar a acreditação dos conteúdos curriculares trazidos pelo estudante em mobilidade;
- Apoiar a discussão para a criação dos Centros de Línguas como instrumento administrativo para atender a lacuna metodológica existente no processo ensino e aprendizagem de línguas no Brasil, além de ser um possível espaço interativo entre comunidades estrangeiras e brasileiras a fim de promoverem o intercâmbio de ideias e estudos;
- Apoiar a discussão institucional para estruturação diretoria de relações/assuntos internacionais do IFB e suas coordenações;
- Apoiar o desenvolvimento do plano de internacionalização do IFB;

-
- Fomentar relações internacionais com vistas ao enriquecimento e aprimoramento do ensino, da pesquisa e da extensão capazes de transformar a vida social e profissional;
 - Possibilitar o compartilhamento de experiências exitosas, o desenvolvimento de projetos e práticas de internacionalização não convencionais, contra hegemônicas e dotadas de criticidades;
 - Promover a interlocução entre os servidores pesquisadores e os servidores com competência em línguas estrangeiras com vistas a ampliar a produção intelectual acadêmica e contribuir no processo de internacionalização do IFB;
 - Promover o desenvolvimento e a disseminação do conhecimento;
 - Promover ações de internacionalização sintonizadas com o princípio da educação como bem público e com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica;
 - Promover práticas e políticas linguísticas de apoio à internacionalização, tomando como referência a pluralidade linguística e a diversidade cultural, incluindo as línguas adicionais, línguas de sinais, cultura surda, indígenas e afro-brasileira;
 - Garantir o respeito às práticas locais, preservação e promoção da diversidade cultural e linguística, justiça social, diversidade, pluralidade, inclusão, solidariedade, respeito mútuo, igualdade, equidade, horizontalidade, tratamento ético, no processo de internacionalização;
 - Incentivar a participação do IFB em programas, ações e projetos de línguas, que envolvam o apoio ao público estrangeiro, como por exemplo, o de Língua Portuguesa para estrangeiros como língua adicional (PLA) de forma a inseri-los no processo de internacionalização da Rede Federal e no mundo do trabalho;
 - Efetuar no IFB eventos sobre internacionalização de forma que a comunidade acadêmica enriqueça sua perspectiva internacional, intercultural e global;
 - Estimular programas, eventos, projetos e parcerias que discutam temas internacionais, e desenvolvam respostas para problemas novos, complexos e mundiais, como saúde, direitos humanos, desenvolvimento sustentável, esporte, inclusão de pessoas com deficiências, preservação do meio ambiente, entre outros;
 - Efetuar no IFB eventos sobre internacionalização institucional de forma que a comunidade enriqueça sua perspectiva internacional, inclusive eventos para a

apresentação de trabalhos em língua estrangeira como treinamento para a apresentação no exterior e para estimular a internacionalização do currículo nos cursos;

- Estabelecer um ambiente acadêmico multicultural e multilíngue e implementar a internacionalização em casa;
- Oportunizar e incentivar a mobilidade, de entrada e de saída, de estudantes de curso médio técnico, de graduação e pós-graduação, de docentes e de técnicos administrativos;
- Engajar servidores e estudantes do IFB em processos e programas nacionais e internacionais outorgando-lhes competência para participar de quaisquer eventos ou programas internacionais ligados ao ensino, pesquisa e extensão;
- Estabelecer parcerias e redes internacionais nas diversas áreas de conhecimento;
- Expandir a cooperação internacional em ensino, pesquisa, inovação e extensão;
- Estimular a internacionalização da pesquisa via parcerias e redes com instituições e centros de pesquisa;
- Ampliar o relacionamento com instituições da América Latina, do continente africano e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
- Promover a internacionalização do currículo, dos cursos e dos programas do ensino básico, técnico, tecnológico e superior;
- Aperfeiçoar o acolhimento e integração de estudantes, docentes e técnicos internacionais;
- Fomentar a acreditação dos conteúdos curriculares trazidos pelo estudante em mobilidade;
- Aprimorar a infraestrutura do processo de internacionalização, incluindo estudos e formulação de documentos, procedimentos e fluxos operacionais para planejamento, execução, comunicação, divulgação e avaliação;
- Promover no IFB estudos e elaboração de documentos que possam integrar o conhecimento, que o estudante em mobilidade *inbound* e *outbound*, traz da instituição onde estudou para dentro do nosso currículo, enriquecendo-o.

2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2.1. INSERÇÃO REGIONAL

O IFB está localizado no Distrito Federal (DF), território autônomo de 5.802 km², dividido em 31 Regiões Administrativas (RA) - Plano Piloto, Gama, Taguatinga, Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, Paranoá, Núcleo Bandeirante, Ceilândia, Guará, Cruzeiro, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Recanto das Emas, Lago sul, Riacho Fundo, Lago Norte, Candangolândia, Águas Claras, Riacho Fundo II, Sudoeste/Octogonal, Varjão, *Park Way*, Setor Complementar de Indústria e Abastecimento - SCIA/Estrutural, Sobradinho II, Jardim Botânico, Itapuã, SIA, Vicente Pires, Fercal, sendo Brasília a sede do governo do DF. Juntas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Distrito Federal passou entre 2015 e agosto de 2016, de 2.914.830 moradores para 2.977.216.

Os dez *campi* do IFB estão inseridos nas seguintes Regiões Administrativas: Brasília, constituída pelo Plano Piloto - Asas Norte e Sul -, somando 14,3 quilômetros de extensão; Ceilândia, distante 24 km do Plano Piloto, com uma área de 232 km²; Estrutural é parte do SCIA e fica a 10 km do Plano Piloto; Gama distante, aproximadamente, 30 km do Plano Piloto, com 377,60 km²; Planaltina, atualmente, com área de 1.537,16 km², divididas em duas subadministrações regionais, Arapoanga e Vale do Amanhecer; Recanto das Emas, distante 34 km da rodoviária do plano piloto, com 101,5 km²; Riacho Fundo, localizada a 18 km da Rodoviária do Plano Piloto, com 54,53 km²; Samambaia, distante 28 km do Plano Piloto e com 106 km² de área, distribuídas em setores que vão desde o de Mansões Leste até a Vila Roriz, onde estão as construções mais populares; São Sebastião, que dista 30 km da Rodoviária do Plano Piloto, e possui uma área de 383,18 km²; Taguatinga, com área de 121,34 km².

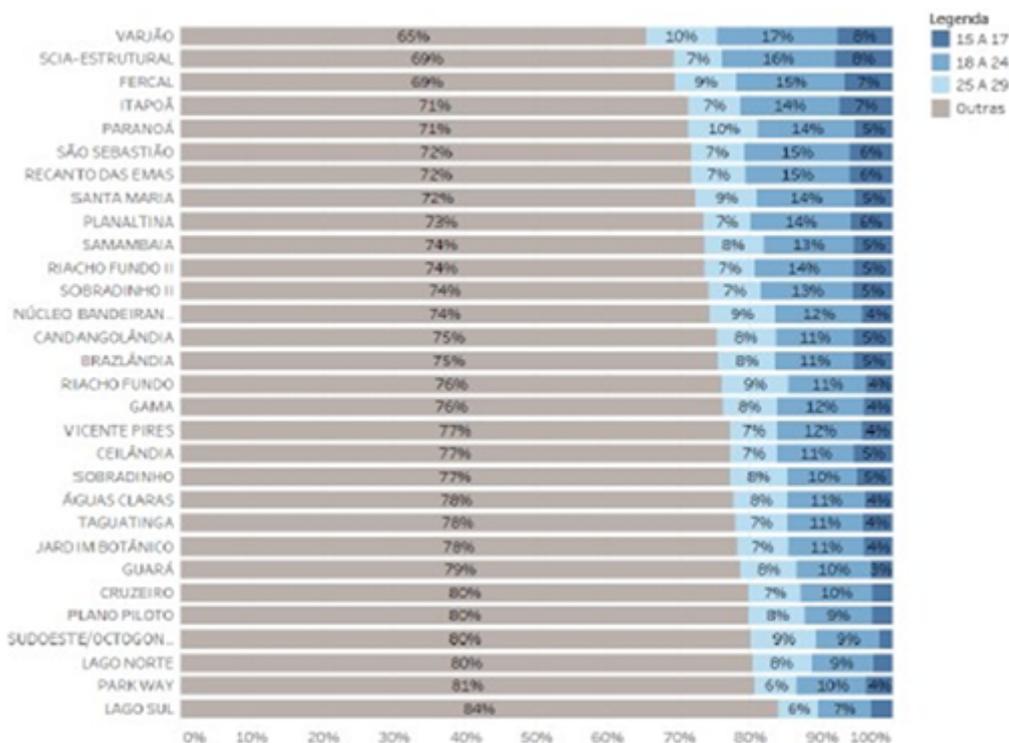
Segundo o Anuário estatístico do DF, a renda média das famílias é de 2,10 salários mínimos, sendo as regiões do SCIA/Estrutural, Fercal, Varjão, Itapuã e Paranoá as com menor renda média mensal de, aproximadamente, 0,8 salários mínimos. Em 2015, a taxa de desemprego no DF, em média, era de 12,1% da população ativa.

Os dados a seguir foram extraídos do estudo realizado pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), sobre o perfil da juventude do Distrito Federal, a partir dos dados levantados na Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), realizada entre 2015 e 2016. De acordo com o estudo, o DF possui 700 mil jovens, 24,1% dos 2,9 milhões de habitantes. Em números absolutos, Ceilândia possui o maior número de jovens, 109 mil. No entanto, as regiões com as maiores proporções de população jovem são: Varjão (34,5%), SCIA/Estrutural (31%) e Fercal (36%). Já regiões como Lago Sul, *Park Way* e Lago Norte apresentam as menores proporções de população jovem, 16%, 19,3% e 19,7%, respectivamente.

Esse estudo sobre o perfil da juventude do DF seguiu a classificação dos jovens estabelecida a partir de 2013, no Brasil, que delimitou “juventude” a faixa etária compreendida entre 15 a 29 anos. A Codeplan dividiu essa faixa etária em três fases, conforme segue: 15 a 17 anos - o jovem é classificado como adolescente, protegido integralmente pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), cursando ainda, a educação básica, mas podendo participar do mercado formal de trabalho como jovem aprendiz; 18 a 24 anos fase em que, normalmente, finaliza a educação básica, iniciando, em alguns casos, a formação universitária ou técnica; 25 a 29 anos - a autonomia do indivíduo se consolida e, normalmente, está matriculado em curso de nível superior e entrando no mercado de trabalho formal.

A Figura 3 (CODEPLAN, 2016) demonstra a distribuição percentual da população jovem do DF por Região Administrativa, organizadas e hierarquizadas em ordem decrescente da proporção dos jovens residentes nas respectivas regiões.

Figura 3 - Distribuição da população jovem do DF por Regiões Administrativas



Fonte: Codeplan, 2016, p. 8.

As maiores taxas de população jovem do DF encontram-se nas RA do Varjão, do SCIA/Estrutural e na Fercal. Essas três regiões concentram, também, os maiores índices de jovens na faixa etária entre 18 a 24 anos.

Sobre o acesso dos jovens à internet, o estudo da Codeplan apresentou os dados que constam da Figura 4, revelando informações que podem servir, inclusive, para reflexões sobre o acesso virtual aos estudos. De acordo com a Figura 4, aproximadamente 90% dos jovens do DF têm acesso à internet.

Figura 4 - Percentual de jovens no DF com acesso à internet, segundo a faixa etária



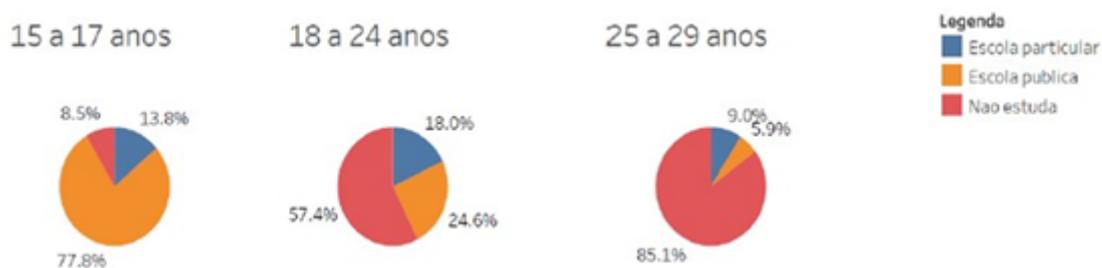
Fonte: Codeplan, 2016, p. 15.

De acordo com levantamentos realizados nos sistemas federais e-MEC, INEP e SISTEC, em fevereiro de 2019, o Distrito Federal contabilizava 96 Instituições de Ensino Superior (IES), sendo 17 públicas e 79 privadas. Das 131 instituições que ofertam ensino médio, 94 eram públicas e 37 privadas e, das 139 instituições que ofertam educação profissional, 26 são públicas e 113 são privadas.

O estudo também mostra o perfil educacional dos estudantes, levando-se em consideração que o “esperado” para os jovens de 15 a 17 anos deveria ser a frequência ao Ensino Médio, para os de faixa etária de 18 a 24 anos, o Ensino Superior, e os de 25 a 29 anos, a Pós-Graduação. De acordo com essa pesquisa, em 2015, no DF, 8,5% dos jovens de 15 a 17 anos estavam fora da escola, 13,8% frequentavam escola particular e 77,8% escola pública. Nas faixas etárias de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos, o percentual de jovens fora da escola é bem maior, 57,4% e 85,1%, respectivamente.

Os dados da Figura 5 demonstram o perfil educacional no que se refere ao tipo de escola que frequenta.

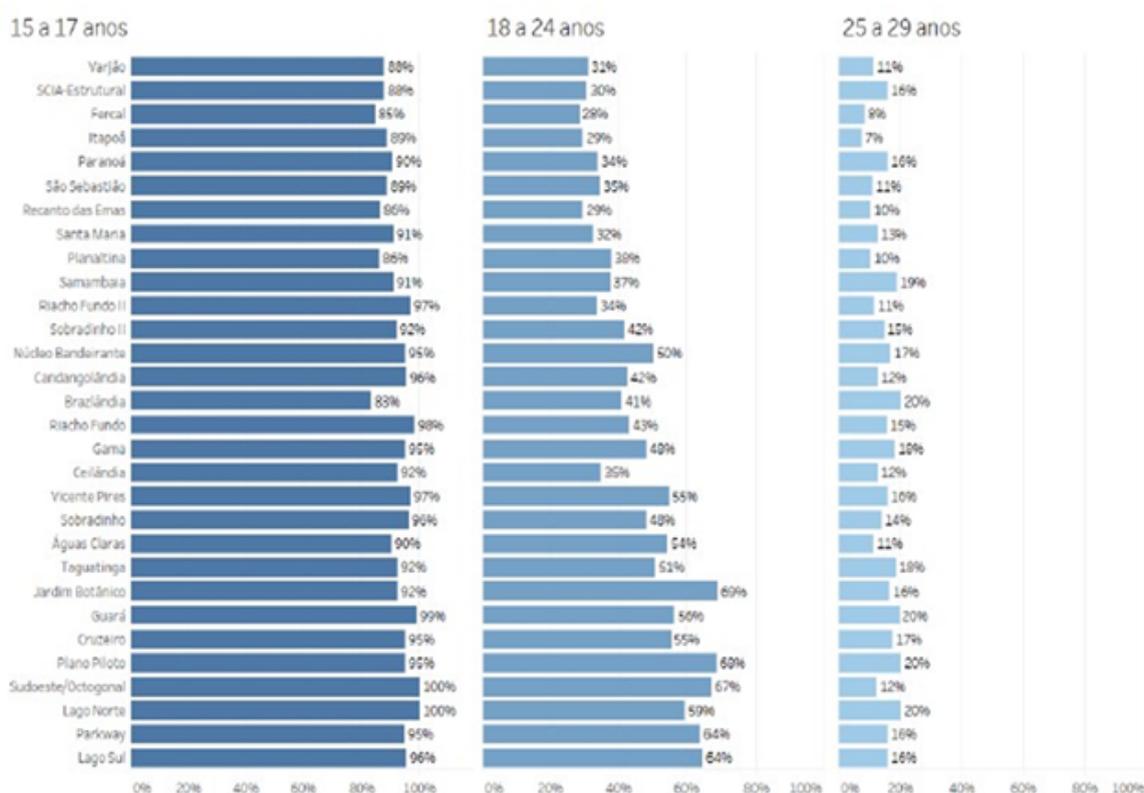
Figura 5 - Percentual de jovens no DF que frequentam escola regular, segundo tipo de escola e faixa etária



Fonte: Codeplan, 2016, p. 17.

Ainda sobre a frequência à escola, o estudo revela que algumas RA do DF possuem percentuais ainda maiores de estudantes de 15 a 17 anos fora de atividades educacionais, como, por exemplo, Brazlândia, Fercal, Recanto das Emas e Planaltina, conforme Figura 6.

Figura 6 - Percentual de jovens no DF que frequentam escola regular, segundo faixa etária e localidade de moradia



Fonte: Codeplan, 2016, p. 18.

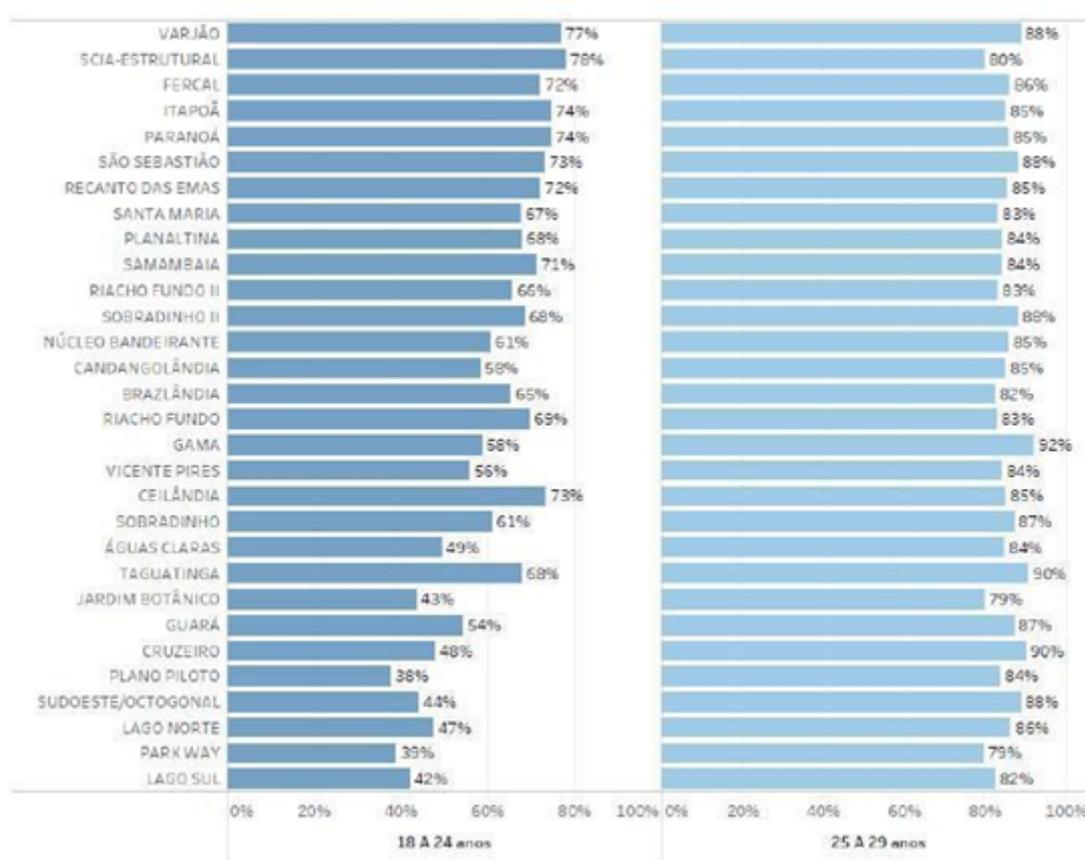
Na faixa etária de 18 a 24 anos, de acordo com a Figura 6, o percentual de jovens que frequenta escola regular varia muito, sendo Plano Piloto e Jardim Botânico as RA's com maior percentual, e Itapoã e Recanto das Emas as RA's com menor.

Em relação à quantidade de jovens com inserção produtiva, isto é, os que estavam trabalhando ou desempregados no momento do estudo realizado pela PDAD, a pesquisa mostra que, na faixa etária de 18 a 24 anos, observou-se uma diferença da inserção produtiva entre os jovens das regiões com maior poder aquisitivo e as com menor poder aquisitivo.

Conforme Figura 7, no Varjão, Estrutural, Fercal, Itapoã, Paranoá, São Sebastião e Recanto das Emas, mais de 70% dos jovens de 18 a 24 anos estão inseridos no mercado

de trabalho. Já os jovens moradores do Plano Piloto e do Park Way são os que somam menor percentual de inserção produtiva, 38% e 39%, respectivamente.

Figura 7 - Percentual de jovens no DF, com inserção produtiva, segundo faixa etária e localidade de moradia



Fonte: Codeplan, 2016, p.22.

Ainda de acordo com o estudo da Codeplan, 46% dos jovens na faixa etária entre 18 a 24 anos possuem atividade remunerada, e 70% dos jovens da faixa etária entre 25 a 29 também possuem atividade remunerada (Figura 8). Esses jovens trabalham no comércio (22,5%), na administração pública (11,3%), na construção e indústria (3,7%), e em outras atividades (32,9%), estas voltadas para os setores de saúde, educação, comunicação e informação, serviços pessoais e serviços domésticos.

Figura 8 - Percentual de jovens no DF que possuem trabalho remunerado, segundo setor de atividade e faixa etária



Fonte: Codeplan, 2016, p. 24.

Quanto ao número de bibliotecas existentes no DF, de acordo com o Anuário Estatístico do DF, em 2015, essa região possuía 593 bibliotecas escolares. Já em relação ao número de matrículas, segundo o Anuário, em 2015, a Secretaria de Estado da Educação (SEE) possuía 679.227 estudantes matriculados, sendo que, destes, 111.719 eram do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado. Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), em 2015, a Secretaria de Educação possuía 52.114 estudantes, dos quais aproximadamente 13,5% estavam matriculados no turno matutino e 86,5%, no noturno. O SENAC, nesse mesmo ano, possuía 19.896 estudantes matriculados em cursos profissionalizantes.

Sobre a economia de nossa região, de acordo com o Anuário, as principais vocações produtivas são construção civil, indústrias gráficas e de vestuário, estando no DF o maior PIB per capita do país (R\$61.548,00). Esse número é promissor e sugere uma estabilidade para a expansão da economia local, sustentada, principalmente, pelo funcionalismo público e pelo movimento dos setores de serviço e comércio, que concentram 93% da economia do DF. O setor de serviços, tem crescido em torno de 2,5% ao ano.

Esses dados sobre o perfil do jovem do DF auxiliam o IFB a ratificar seus objetivos de inclusão de jovens para que possam ter maiores possibilidades no mundo do trabalho.

2.2. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS GERAIS

Durante o processo de construção do Projeto Pedagógico-Institucional (PPI), a comunidade discutiu e pactuou que as ações do IFB deveriam ser norteadas em função de nove princípios fundamentais, a saber:

I. Gratuidade do ensino

Este princípio está contemplado na Constituição Federal (CF) de 1988 como um dos direitos fundamentais da população brasileira. Inserido no âmbito da dignidade da pessoa humana, o direito à educação tem por objetivo contribuir, entre outros, com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Dessa forma, de acordo com a CF, a educação é dever do Estado e da família e tem a finalidade de garantir o desenvolvimento do indivíduo e sua qualificação a fim de se tornar um cidadão crítico e de ser inserido no mundo do trabalho. Nesse sentido, cabe ao Estado oferecer ensino regular gratuito e promover condições de acesso de todo cidadão brasileiro à educação.

Corroborando esse entendimento, o artigo 4º da LDB também discorre sobre o dever do Estado em oferecer ensino gratuito aos cidadãos brasileiros. Dessa maneira, por ser uma instituição pública do Sistema Federal de Ensino, um dos princípios norteadores das ações do IFB é a oferta de ensino público e gratuito.

II. Gestão democrática do ensino e transparência administrativa

Na perspectiva de afirmar o caráter público da escola, é necessário exercitar quatro elementos constitutivos importantes na construção de um processo de gestão democrática: participação, autonomia, pluralismo e transparência. Cada um desses elementos tem sua relevância por si só, e, juntos, colaboram para a ampliação do entendimento de como se articula e se manifesta uma educação democrática, que considera, realmente, a comunidade escolar.

A participação da comunidade escolar nas instâncias de decisão tem de ser garantida a todos por meio da valorização de diferentes canais (Conselho Superior, Conselho Gestor, Colegiados, Representações dos Estudantes — Grêmios, CA, DA, DCE —, Fóruns, Assembleias, dentre outros) e, assim, facilitar e estimular a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisão que interferem nos rumos da educação, tanto na vida escolar como na definição das políticas educacionais do IFB.

A autonomia caracteriza-se como mais um elemento constitutivo e indispensável para a democratização da educação, sendo ela fundamental no processo de construção da identidade das instituições. A autonomia não pode ser confundida com isolamento, sendo feita a partir das múltiplas relações sociais estabelecidas entre os sujeitos que compõem o processo educativo e a Instituição como um todo. A construção coletiva do PPP, do PPI e do PDI expressa a autonomia da comunidade escolar sendo fator decisivo para a afirmação da identidade institucional.

O Pluralismo relaciona-se com a necessidade de se ter uma cultura organizacional democrática e favorável às aprendizagens, ao crescimento pessoal, profissional e institucional. Dessa forma, o pluralismo refere-se à necessidade de construção de um ambiente escolar pautado no respeito à diversidade de pensar e de opiniões, no respeito às minorias, à pluralidade de ideias. O pluralismo como elemento constitutivo da gestão democrática caracteriza-se como negação da imposição do pensamento único, de propostas ancoradas em regime de verdades, sendo uma tentativa de construção de projetos e diretrizes educacionais por meio de acordos possíveis, a partir do diálogo, primando pelo exercício cotidiano da arte da conversação entre os diferentes sujeitos que fazem parte da comunidade escolar.

A transparência é o elemento constitutivo da gestão democrática responsável por afirmar o sentido público da educação, devendo nortear as ações dos profissionais da educação e da gestão nos diferentes espaços existentes do IFB. Refere-se à prestação de conta dos atos e procedimentos da gestão e dos profissionais da educação perante à comunidade escolar, sendo imprescindível na construção de formas de controle social sobre a esfera pública, pois a educação é uma prática social que exige relações dialógicas, abertas e públicas.

O PPI compreende que a democratização da escola é uma construção social e processual que envolve novas formas de relações entre os diferentes sujeitos sociais que compõem a comunidade escolar, bem como passa pela afirmação de espaços de

participação da comunidade escolar nas discussões que interferem nos rumos da escola e das políticas educacionais do IFB. Nesse sentido, a gestão democrática para ser efetivada no IFB depende não só da existência de mecanismos formais já criados, mas de sua revitalização e da criação de novos canais de participação que venham ampliar as formas de controle social da comunidade sobre a esfera pública e no direcionamento coletivo das políticas educacionais do IFB. Uma vez que a participação é conquistada, a consolidação da gestão democrática da educação deve ser assumida como política pública na defesa de um projeto de educação comprometido com a emancipação humana e com o desenvolvimento social, econômico e soberano da sociedade brasileira.

III. Vinculação entre a educação escolar, o mundo do trabalho e as práticas sociais

Este princípio é proposto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira e estabelece que a educação deve estar vinculada não só ao mundo do trabalho como também à prática social. Nesse sentido, a vinculação da educação com o mundo do trabalho e as práticas sociais propicia ao educando a interação com a realidade social, levando-o a ser agente transformador.

As práticas sociais são compreendidas como todas as atividades e procedimentos convencionalmente legitimados pela sociedade, presentes nos eventos cotidianos, que levam os cidadãos a agirem socialmente, e são, conseqüentemente, influenciadas pelas tradições, pelas crenças, pelas ideologias e pelas tradições das diversas comunidades. Para o IFB, a formação do cidadão deve levá-lo a refletir sobre a relação dialógica existente entre essas práticas sociais do cotidiano e as estruturas sociais. Dessa forma, a compreensão desse processo dialógico levará ao desenvolvimento de um cidadão crítico, capaz de agir socialmente nos diversos cenários e campos do mundo do trabalho e de transformar os contextos sociais em que está inserido. Para Guiddens (1991), as práticas sociais são alteradas constantemente em razão da ação dos atores sociais na sociedade. Considerar as práticas sociais do cotidiano e aquelas inerentes à realidade do mundo do trabalho é estabelecer, constantemente, o vínculo entre a educação e o poder de agência dos cidadãos na transformação da sociedade.

IV. Verticalização do ensino e indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão.

Este princípio constitucional estabelece a importância de o IFB ter como parâmetro da formação de seus estudantes a atitude reflexiva e de problematização do processo de ensino, possibilitando a articulação dos componentes curriculares com os processos de investigação e de intervenção junto à sociedade. Nesse sentido, a formação do profissional se dá pela produção de conhecimentos fundamentados na criatividade, na ação investigativa e na reflexão crítica da realidade. De acordo com o estabelecido no Inciso III, Artigo 6º da Lei 11.892/2008, os institutos têm por finalidade: “promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão”.

Para tanto, as políticas de ensino, de pesquisa e inovação, e de extensão e cultura buscam articular projetos interventivos a fim de levar a comunidade acadêmica a desenvolver atitudes críticas, reflexivas e problematizadoras da realidade em que vivem, levando, assim, o estudante a atuar não só como sujeito de sua aprendizagem como também transformador dessa realidade. Essa articulação dos projetos interventivos também é possível a partir da oferta de cursos em diferentes níveis de ensino, permitindo ao cidadão a possibilidade de aprofundar seus conhecimentos acadêmicos.

V. Igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola

A constituição de 1988 estabelece em seu artigo 206, inciso I, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola como um dos princípios norteadores das ações de ensino no Brasil. Essa visão é reforçada pela Lei Diretrizes e Bases da Educação e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Conclui-se, assim, que deve ser garantido a todos o direito de acesso ao ambiente escolar, de forma que o ingresso de estudantes deve basear-se em ações de caráter inclusivo, abolindo práticas que criem

barreiras de acesso para aqueles historicamente excluídos do processo educacional formal.

Dessa forma, os processos de ingresso nos cursos do IFB devem prever ações afirmativas e de caráter inclusivo, tendo como instrumento de seleção, a ser aplicados de maneira isolada ou em associação, questionários de trajetória de vida, sorteios públicos, palestras específicas, uso das notas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM (especialmente por meio do Sistema de Seleção Unificada – SISU/MEC e do SISUTEC) e Teste de Habilidades Específicas quando aplicáveis.

Além disso, buscando garantir condições igualitárias de permanência do estudante, devem ser realizadas ações voltadas à sua inclusão social, à produção de conhecimento, à melhoria do desempenho escolar, ao provimento de condições de acessibilidade e à melhoria da qualidade de vida, prioritariamente àqueles com maior índice de vulnerabilidade social.

VI. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas

Este princípio considera o IFB como um espaço democrático, onde diferentes modos de compreender a realidade devem coexistir. Contempla também a noção de que a aprendizagem se dá de diferentes formas e que essa pluralidade nas formas de aprender deve ser respeitada, de modo a se preservar as particularidades de estudantes e professores. Por outro lado, esse pluralismo, tanto de ideias como de concepções pedagógicas, não pode ser confundido com um permissivismo, em que se pode tudo, e em que ideias que confrontam valores democráticos e humanistas, como o respeito às minorias, a justiça social e a solidariedade, são desrespeitados.

Nesse sentido, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas denota o interesse em construir uma instituição em que a diversidade não comprometa a unidade; o pluralismo não significa aceitação de toda e qualquer prática pedagógica, mas das que possibilitem a formação humanística, reflexiva e crítica do cidadão.

VII. Ética

O artigo 37 da Constituição Federal de 1988 traz o princípio da moralidade como um daqueles a que todos os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem obedecer no exercício de suas atividades administrativas. Aqui, o princípio da ética é apresentado em um sentido mais amplo, abrangendo não só a moralidade como dever, mas também a primazia pela probidade, retidão, lealdade e justiça, com integridade de caráter dos agentes públicos, que devem sempre agir em virtude do bem comum.

Observadas as normas que regem a gestão da ética pública no Poder Executivo Federal, bem como o Código de Conduta dos Servidores do Instituto Federal de Brasília, é responsabilidade da Comissão de Ética propor atividades de prevenção de conflitos e de educação para a ética.

VIII. Justiça e responsabilidade social

Este princípio considera as ações voltadas à minimização das desigualdades, como as ações afirmativas para acesso à educação, as políticas de permanência na instituição, na busca para compensar as disparidades historicamente construídas nos diferentes processos sociais.

Dessa forma, o IFB visa estimular ações sociais com temáticas inclusivas e de tecnologias sociais por meio de editais de fomento às atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. Vários editais incentivam a realização de ações inclusivas, apresentando linhas temáticas que objetivam a promoção da diversidade e inclusão de diversos grupos, tais como a valorização da diversidade étnica para inclusão, educação para as pessoas com deficiência, permanência e aprendizagem, mulheres e relações de gênero, orientação sexual e diversidade cultural, entre outros. Nesse sentido, a educação profissional e tecnológica ofertada pelo instituto contribui para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável, comprometidos com a dignidade humana e a justiça social.

Além dessas ações, o IFB estimula os processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

IX. Acessibilidades pedagógica, atitudinal, comunicacional, digital, arquitetônica e outras

Para que sejam promovidos o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes nos estudos, a acessibilidade deve ir além do simples atendimento à acessibilidade arquitetônica. Para isso, foram definidas outras categorias de acessibilidade, as quais também deverão ser atendidas. Importante ressaltar que este atendimento não depende exclusivamente da atuação do IFB, tendo em vista que a ausência de acessibilidade pode impactar negativamente o estudante em suas atividades fora da instituição e em seu trajeto casa-escola. São elas:

- a) Acessibilidade pedagógica: ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à atuação docente. A forma como os professores concebem o conhecimento, a aprendizagem, a avaliação e a inclusão educacional irão determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas;
- b) Acessibilidade atitudinal: percepção e interação com o outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. É a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras;
- c) Acessibilidade comunicacional: ausência de barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (diversas formas de comunicação, incluindo textos em braille) e virtual (acessibilidade digital);
- d) Acessibilidade digital: ausência de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos;
- e) Acessibilidade nos transportes: ausência de barreiras nos veículos, pontos de paradas, calçadas, terminais, estações e todos os outros equipamentos que compõem as redes de transporte;

- f) Acessibilidade arquitetônica: ausência de barreiras ambientais físicas em todos os ambientes da escola e nos espaços e equipamentos urbanos utilizados para o acesso à escola.

2.3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO

Desde o início das atividades em 2009, o IFB, estruturou sua Organização Didático Pedagógica (ODP) para os cursos de graduação. Em função do crescimento da instituição, da oferta de novos cursos e da atualização na legislação, foi necessário ajustar a ODP para esta nova realidade. Sua versão mais recente foi aprovada pelo Conselho Superior por meio da Resolução N.º 27-2016/CS-IFB.

2.4. POLÍTICAS DE ENSINO

As políticas para o ensino têm sido estruturadas a partir da perspectiva de formação integral para a cidadania e considera alguns elementos como imprescindíveis para o processo formativo:

- a) o mundo do trabalho e a compreensão dos aspectos econômico, social, ambiental, histórico, político e cultural das ciências, das tecnologias e das artes;
- b) a interdisciplinaridade como eixo integrador entre a prática profissional, os conhecimentos gerais e específicos, de maneira a garantir o embasamento das diferentes tecnologias presentes nos diversos setores produtivos;
- c) a ética como norteadora da prática educacional e profissional voltada para o discernimento de decisões que permeiam o individual e o social.
- d) No IFB, entende-se que o ensino é desenvolvido por meio de currículos integrados de maneira que o estudante seja levado a compreender a realidade em que vive, e enxergar-se integrante dessas estruturas sócio históricas e que seja capaz de, não somente ser transformado por elas, como também transformá-las. Nesse sentido, os conhecimentos se desenvolvem por meio da relação estabelecida entre o estudante, o curso e a sociedade, de forma que

possa agir socialmente como cidadão crítico. O processo de ensino nessa perspectiva, desenvolve-se por meio da articulação e a indissociabilidade entre este, a pesquisa e a extensão. As atividades, projetos e programas das Pró-reitorias de Extensão e Cultura e de Pesquisa e Inovação se integram às atividades de ensino de todos os cursos, como, por exemplo, o Programa de Iniciação Científica, o Projeto de Integração Pesquisa e Ação (PIPA), entre outros.

- e) As políticas para o ensino são de responsabilidade da Pró-reitoria de Ensino (PREN) e são construídas de maneira participativa a partir de diversos segmentos e instâncias internas. Os mais envolvidos nesses processos são o Conselho Superior (CS), composto por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica da Instituição - técnicos, discentes e docentes - e da sociedade civil, das demandas da sociedade como um todo por meio de seus representantes sociais, e de demandas legais; e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), composto por representantes docentes, técnicos e discentes. Além desses conselhos, ainda participam dessa construção os fóruns das diferentes representações, como, por exemplo: o de dirigentes, o de diretores de ensino, pesquisa e extensão; o de assistência estudantil; o de registro acadêmico; o de coordenadores pedagógicos; o de coordenadores de curso, entre outros.
- f) A oferta de novos cursos segue o previsto no PDI e fundamenta-se, entre outros, em consultas públicas nas regiões em que os *campi* estão inseridos e nas áreas de conhecimento contempladas pelos eixos tecnológicos de vocação de cada *campus*.

Atendendo ao estabelecido na Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o IFB oferece e pode vir a oferecer, nas modalidades presencial e ou a distância, os seguintes cursos:

- a) de educação profissional técnica de nível Médio, podendo ser articulada e subsequente, sendo a primeira integrada ou concomitante para os concluintes do Ensino Fundamental e para o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA); e o segundo para os portadores de diploma de conclusão do ensino médio;
- b) de Formação Inicial e Qualificação Profissional, com o objetivo de capacitar, aperfeiçoar, especializar, e atualizar profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da Educação Profissional e Tecnológica;
- c) superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

- d) de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- e) de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- f) de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
- g) de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Todos os cursos são organizados a partir de planos ou projetos pedagógicos e devem atender às respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de cada área e as orientações internas do IFB. Os cursos técnicos de nível médio e os superiores de tecnologia devem seguir o estabelecido, respectivamente, no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, bem como nas Resoluções que regulamentam esses níveis de ensino, tanto no âmbito externo como interno.

Os cursos ofertados pelo IFB levam em consideração itinerários formativos com o objetivo de desenvolver as aptidões dos estudantes para a vida produtiva e social. Entende-se por itinerários formativos, segundo a Resolução CNE n.º 6, de 20 de setembro de 2012, o conjunto de etapas que compõem a organização da Educação Profissional e Tecnológica em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento de estudos e de experiências profissionais devidamente certificadas por instituições educacionais legalizadas, conforme artigo 47 da LDB.

Entende-se por aproveitamento de estudos a possibilidade de o discente aproveitar, em seu curso atual, disciplinas cursadas com aprovação em cursos do mesmo nível de ensino, desde que compatíveis com a área de formação e com o correspondente perfil profissional do curso.

Também é possível reconhecer saberes e experiências adquiridos ao longo da trajetória profissional e em cursos anteriores ao de sua formação atual mediante avaliação, conforme estabelecido na Resolução CNE/CEB n.º 6/2012, artigo 36: aproveitamento de saberes, provenientes de cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração; e em

outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação.

A verticalização do ensino é a possibilidade de os estudantes do IFB prosseguirem seus estudos por meio de um diálogo rico e diversificado entre os diferentes cursos e níveis de ensino de áreas afins, cujos fluxos permitam a construção de sua formação, orientados a partir de projetos que visam à educação continuada dentro de um eixo tecnológico.

A regulamentação do ensino, no IFB, está descrita no Regulamento do Ensino Técnico (RET), no Regulamento do Ensino Médio Integrado (REMI), no Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio (PROEJA), na Organização Didático Pedagógica (ODP), nas Diretrizes de Avaliação da Aprendizagem, nos Planos de Permanência e Êxito (PPE).

2.4.1. Política para Educação a Distância

A Educação a Distância (EaD) encontra respaldo legal na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996) e na regulação do Decreto n.º 9.057/2017. A EaD é considerada uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017).

A EaD está presente no dia a dia da instituição desde sua fundação, seja por meio da oferta de cursos de formação inicial, de cursos técnicos, ou ainda como ferramenta complementar às aulas presenciais. Em 9 anos de existência, o IFB já ofertou cerca de 25 mil vagas nesta modalidade, em especial por meio de programas como o Rede e-Tec Brasil, proFuncionário, MedioTec e prepara-se para, a partir de 2019, ofertar cursos superiores pelo programa Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Para alcançar esta marca, o IFB possui um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) dedicado a esta modalidade e outro de uso exclusivo para complemento pedagógico das aulas presenciais. A infraestrutura de TI e os recursos tecnológicos têm

desempenhado importante papel no processo de ensino-aprendizagem pois garante a interação entre o professor e o estudante, entre os estudantes e os tutores e estes com o conteúdo das disciplinas e dos cursos.

Desde 2017, o IFB conta com uma Diretoria de Educação a Distância (DEaD), vinculada à PREN. Sob competência de diretoria, a DEaD iniciou em 2018 processo de discussão sobre a política, organização e estrutura da modalidade com a comunidade interna e externa do IFB.

A DEaD tem por finalidade regular, promover e avaliar políticas e programas de Educação a Distância (EaD), além de fornecer apoio acadêmico aos servidores para o desenvolvimento e a implementação de modelos integrados de modalidades de ensino, mediados por Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) que ajudam a aproximar docentes e discentes.

O investimento do IFB na EaD constitui importante política de afirmação de sua identidade, pois cumpre particularmente a uma das finalidades dos Institutos Federais: “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia”, de acordo com a redação do art. 6º da Lei n.º 11.892, de 2008 (BRASIL, 2008).

Nesse sentido, a política de EaD pretende:

1. Promover a política de integração das modalidades presencial e a distância no IFB por meio da incorporação de metodologias, tecnologias, ferramentas e conteúdos que convergem o ensino, a pesquisa e a extensão;
2. Assessorar as Pró-Reitorias e os *campi* quanto ao planejamento e desenvolvimento de ações pedagógicas que façam uso das TDIC para favorecer as práticas educativas;
3. Propor, apoiar e avaliar ações de formação para os membros da comunidade acadêmica para utilização da EaD e das TDIC voltadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão que executam no IFB;
4. Apoiar o corpo docente no planejamento e execução de disciplinas/componentes curriculares que utilizem carga-horária a distância;
5. Apoiar a preparação e o aprimoramento de material didático integrado a diferentes mídias e tecnologias;

6. Supervisionar e monitorar o funcionamento e as instalações dos Polos de Apoio Presencial, tendo em vista a manutenção adequada do espaço acadêmico e o atendimento presencial aos discentes;
7. Fomentar o desenvolvimento de pesquisas e eventos relacionados à EaD e suas interfaces, bem como ao uso de recursos tecnológicos na educação;
8. Responder pela gerência do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e fornecer formação para uso adequado da comunidade acadêmica;
9. Identificar áreas potenciais para abertura de novos cursos técnicos EaD em cada *campus*, ampliando assim a oferta de cursos à distância;
10. Apoiar políticas de assistência estudantil aos estudantes dos cursos de EaD.

2.5. POLÍTICAS DE EXTENSÃO E CULTURA

No âmbito do IFB, as atividades de extensão são desenvolvidas pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PREX). Está, entre os objetivos do IFB, o de desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Dessa forma, entende-se a extensão como um processo interdisciplinar, educativo, político, social, científico, esportivo, artístico, cultural, tecnológico que articule ensino e pesquisa de forma indissociável e viabilize a relação transformadora entre o IFB e outros setores da sociedade, assegurando a interação dialógica entre saberes acadêmico e popular, promovendo a participação efetiva da comunidade, a transformação social e o desenvolvimento local e regional. Nesse sentido, são consideradas atividades extensionistas as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas ao IFB.

A PREX atua com as seguintes modalidades de ações extensionistas: programas de extensão; projetos de extensão; cursos livres de extensão (cursos livres ou de qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores); eventos de extensão; prestação de serviços. Desenvolve, ainda, ações relacionadas a visitas técnicas e gerenciais, relações interinstitucionais, estágio e emprego, empreendedorismo e cooperativismo, e acompanhamento de egressos, este último

com vistas a acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários, junto ao mundo produtivo, e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão. Dentre as áreas temáticas da extensão, estão: comunicação; cultura; direitos humanos e justiça; educação; meio ambiente; saúde; tecnologia e produção; e trabalho.

A PREX também desenvolve ações de sensibilização e de inclusão relacionadas à diversidade e PNE, promove eventos com temática de inclusão, e atua em parceria com os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) de cada *campus*, para atender às demandas locais, contribuir e disseminar a cultura de “educação para a convivência”, de aceitação da diversidade e, principalmente, de buscar a quebra de barreiras educacionais, comunicacionais e atitudinais, de forma a promover a inclusão na educação profissional e tecnológica.

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura busca ainda prospectar parcerias através de acordos de cooperação e convênios de estágio, com instituições públicas e privadas, de diversas esferas, a fim de proporcionar oportunidades aos estudantes do IFB de agregar conhecimentos e práticas que os aproximem da área em formação para, conseqüentemente, aumentar suas possibilidades de inserção no mundo do trabalho. As parcerias também contribuem para o desenvolvimento social, cultural e educacional da comunidade acadêmica.

As ações extensionistas desenvolvidas por servidores do IFB são registradas e têm a sua execução acompanhada, pelas Coordenações de Extensão e Estágio dos *campi*, assim como pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, no que cabe a cada uma dessas instâncias, conforme as modalidades e os trâmites estabelecidos para esse fim, em regulamento próprio.

Em relação a distribuição de atividades de extensão, esta deve ser realizada conjuntamente pelas instâncias competentes em cada *campus*, considerando a necessidade da instituição, de acordo com a especificidade e área de atuação.

As ações de extensão poderão ser objeto de financiamento, por meio de edital específico onde serão especificados os níveis e modalidades de ação que receberão apoio financeiro. Quanto aos projetos, estes poderão receber recursos próprios oriundos do orçamento do IFB ou externos, quando provenientes de agências de fomento, instituições privadas, ONG, instituições públicas, dentre outras.

Ainda em relação ao financiamento das ações de extensão, anualmente o IFB consignará parte do seu orçamento para este fim, devendo a distribuição deste recurso ser feita através de editais de chamada de projetos, no âmbito do IFB.

A Extensão deverá, progressivamente, integrar-se à matriz curricular dos cursos de graduação ofertados pelo IFB. Essa integração também poderá ocorrer, de forma progressiva, nos cursos técnicos de nível médio ofertados pelo Instituto. Os prazos e percentual mínimo são estabelecidos na Resolução CNE/MEC n.º 7, de 18/12/18, que estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n.º 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.

A política de implantação do processo auto avaliativo da extensão, as estratégias e os indicadores que serão utilizados, para o cumprimento do percentual mínimo exigido para a integralização das atividades de extensão à matriz curricular dos cursos de graduação ofertados pelo IFB, deve considerar a identificação da pertinência da utilização das atividades de extensão na creditação curricular; a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos deste Plano de Desenvolvimento Institucional e dos Projetos Pedagógicos dos respectivos Cursos; e a demonstração dos resultados alcançados em relação ao público participante.

As ações de extensão desenvolvidas no âmbito do IFB contribuem para a difusão, a socialização e a democratização dos conhecimentos e tecnologias produzidos e possibilita a todos os envolvidos no processo uma maior compreensão do papel do Instituto, a favor de uma formação cidadã e do desenvolvimento sustentável comprometidos com a dignidade humana e a justiça social.

O documento que regulamenta as ações de extensão, no âmbito do Instituto Federal de Brasília, é:

- Resolução 42/2020 - Aprova o Regulamento das Normas Gerais e as Diretrizes Conceituais para as ações de extensão no âmbito do Instituto Federal de Brasília – IFB.

2.6. POLÍTICAS DE PESQUISA E INOVAÇÃO

A pesquisa, a pós-graduação e a inovação no IFB são desenvolvidas por meio da Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI) e de suas coordenações, com apoio do Fórum de Coordenadores de Pesquisa e Inovação, do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) e do Conselho Editorial (Consed).

A política de pesquisa, pós-graduação e a inovação no IFB visa à formação científica e tecnológica em todos os níveis e modalidades de ensino. São incentivadas ações para a produção de conhecimento científico, produção tecnológica e empreendedorismo cujas soluções atendam a demanda de problemas reais, locais e regionais de forma a contribuir com o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e entorno.

A política de pesquisa, pós-graduação e a inovação no IFB tem por finalidade:

- Integrar a pesquisa e a inovação com as ações de ensino e extensão, por meio da promoção de eventos articulados e elaboração de editais conjuntos;
- Estimular a criação e fortalecimento dos grupos de pesquisa;
- Estimular a publicação dos resultados dos projetos de pesquisa, pós-graduação e inovação desenvolvidos por pesquisadores e estudantes do IFB;
- Promover eventos para a divulgação científica e tecnológica do IFB;
- Difundir a cultura e a prática da pesquisa científica e inovadora entre os discentes e servidores (docentes e técnicos administrativos) do IFB;
- Incentivar a pesquisa aplicada e tecnológica em consonância com a lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei n.º 11.892, de 2008);
- Promover a cultura da Inovação Tecnológica e da Propriedade Intelectual como estratégia deliberada para o desenvolvimento sustentável do DF e entorno.

As ações voltadas para o apoio ao desenvolvimento da pesquisa e inovação no IFB são:

- Programa de concessão de bolsas de iniciação científica e tecnológica para estudantes dos cursos técnicos e superiores do IFB por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI);
- Programa de apoio para consolidação dos grupos de pesquisa do IFB (PROGRUPOS);
- Fábrica de Ideias Inovadoras (Fabin): programa que apoia o desenvolvimento de ideias potencialmente inovadoras;
- Revista Eixo: publicação técnico-científica com periodicidade semestral com Qualis B2 na área de ensino (2013-2016);

- Programa CT-Infra para apoiar a melhoria da infraestrutura física de laboratórios multiusuários e compra de equipamentos;
- Programa de pesquisa aplicada institucional para apoiar pesquisador na solução das demandas internas da instituição.

As ações voltadas para a divulgação científica e tecnológica do IFB são:

- Semana de Produção Científica: evento anual onde ocorre a apresentação dos trabalhos de iniciação científica e outros;
- Vitrine do Saberes: evento promovido para lançamento dos livros da Editora do IFB;
- Fábrica de Ideias Inovadoras (Fabin): os resultados das ideias apoiadas no edital são apresentados em uma feira;
- IFB em números: os indicadores da pesquisa são divulgados na plataforma ifbemnumeros.ifb.edu.br

Outros programas serão discutidos a fim de atender às crescentes demandas internas e externas a fim de que a missão institucional possa ser cumprida em sua plenitude.

As ações de inovação se caracterizam por meio do estímulo à Inovação Tecnológica e à disseminação da cultura e procedimentos próprios relacionada à Propriedade Intelectual, tendo em vista a natureza de Instituição Científica e Tecnológica (ICT) do IFB. Nesse sentido e em atendimento ao que dispõe a Lei n.º 10.973, de 2004, encontra-se em fase de estruturação no IFB o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), instância assessora vinculada à PRPI, que visa fortalecer as ações da PRPI e PREX no que se refere ao relacionamento do IFB com a comunidade, envolvendo órgãos de Governo, empresas e demais organizações da sociedade civil, com o objetivo de criar oportunidades para que as atividades de ensino e pesquisa se beneficiem dessas interações para promover, como estratégia deliberada, a transferência do conhecimento em prol do desenvolvimento econômico, tecnológico e social do País.

As ações de pós-graduação se caracterizam pelo apoio da PRPI no processo de abertura de novos cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*. Atualmente o IFB oferta especializações em gestão pública, eventos, metodologia do ensino da dança clássica, práticas somáticas em dança, segurança pública e ensino de humanidades e linguagens e já prevê a oferta das especializações em Sistemas para internet, ensino de ciências,

matemática, educação e tecnologias, formação docente, robótica educacional, física e matemática além dos mestrados profissionais em educação profissional e tecnológica, gestão estratégica em serviços de hospitalidade e a previsão de oferta dos mestrados profissionais em ciências ambientais e computação aplicada para este quinquênio.

As políticas de Pesquisa e Inovação estão regulamentadas nas seguintes normativas:

- Portaria Normativa n.º 001, de 07 de março de 2017 - Aprova as Diretrizes para a Gestão das Atividades Administrativas de Pesquisa, Inovação e Extensão desenvolvidas pelos Servidores Integrantes do PCCTAE, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB.
- Portaria Normativa n.º 005, de 31 de agosto de 2016 - Regulamenta a utilização do Cartão BB.
- Portaria Normativa n.º 003, de 02 de maio de 2016 - Cria o Programa Fábrica de Ideias Inovadoras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (FABIN-IFB).
- Portaria normativa n.º 01, de 07 de junho de 2013 - Regulamenta o Programa institucional de apoio e consolidação de grupos de pesquisa – PROGRUPOS.
- Resolução 4/2013 - Aprova o regulamento das normas gerais para participação de servidores do IFB em eventos de pesquisa e extensão. Resolução 17/2012 - Cria os programas institucionais de apoio à pesquisa e à extensão do Instituto Federal de Brasília e dá outras providências.
- Resolução 22/2010 – Aprova a Norma Geral do Programa de Concessão de Bolsas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento Institucional no âmbito do Instituto Federal de Brasília. Resolução 23/2010 - Aprova a norma geral para a submissão e realização dos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos no âmbito do Instituto Federal de Brasília e aprova seu regimento.

2.7. POLÍTICAS DE GESTÃO

As políticas de gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) estão pautadas nos princípios do serviço público (legalidade, publicidade, impessoalidade, moralidade administrativa e economicidade), de forma a dar

sustentabilidade aos processos administrativos desenvolvidos pelos seus órgãos colegiados, executivos, consultivos e de assessoramento.

Como política de gestão, conforme apresentado no organograma institucional, (Anexo I), a instituição definiu as áreas de “Comunicação”, “Tecnologia da Informação” e “Planejamento e Orçamento” como estratégicas. Para tal, conforme resolução 001/2017, instituiu as Diretorias de Comunicação (DICOM), Diretoria de Planejamento e Orçamento (DRPO) e a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC) como diretorias sistêmicas para assessorarem diretamente a alta gestão do IFB. A seguir uma breve apresentação dessas áreas estratégicas.

A Diretoria de Comunicação (DICOM) é a instância responsável não apenas por veicular a informação nos âmbitos interno e externo, mas também por intermediar e/ou executar serviços impressos e virtuais e por organizar e coordenar eventos em nome do IFB. Nesse trânsito de informações, cabe-lhe orientar a aplicação da marca IF, zelando pelo seu uso em todas as instâncias.

A Diretoria de Planejamento e Orçamento (DRPO), por meio de suas Coordenações Gerais de Planejamento e Orçamento, assume o papel estratégico de assistir à reitoria e a alta gestão da instituição na definição de diretrizes, implementação, supervisão e coordenação das atividades de planejamento estratégico e orçamentário das unidades integrantes da estrutura organizacional do IFB. Dentre estas atribuições pode-se destacar: o alinhamento do planejamento estratégico e orçamentário institucional, a supervisão e coordenação das atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e orçamento, o gerenciamento do processo de elaboração e revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional em articulação com todas as unidades, a condução do processo de planejamento anual em conjunto com todas as unidades administrativas, o acompanhamento da execução do plano de ação anual e a consolidação dos resultados alcançados pela instituição frente às metas estabelecidas no PDI para prestação de contas à sociedade por meio da publicação do Relatório de Gestão Anual.

A Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC) tem por missão precípua apoiar a alta gestão com o planejamento e gestão das ações suportadas por recursos de tecnologia da informação e comunicações (TIC) vinculados à infraestrutura tecnológica, à política de segurança da informação, à normatização do uso dos seus serviços, ao desenvolvimento e à implantação de sistemas de informação, além de

planejar e supervisionar os convênios e os contratos de bens e de serviços na área de tecnologia da informação e comunicação.

Além das diretorias sistêmicas, vale destacar a importância da atuação de duas áreas em especial - a Auditoria Interna e a Ouvidoria - que contribuem com a integridade e a transparência ativa da instituição.

A Auditoria Interna (Audin) é o órgão de assessoramento do Conselho Superior, responsável pela terceira linha de defesa aplicada na gestão de riscos e controle interno das organizações, que consiste na avaliação independente das ações da primeira e segunda linhas de defesa (a primeira linha é responsável pelo controle da gestão e a segunda linha é responsável pelas funções de controle de risco e supervisão/fiscalização de conformidades). A Audin tem como propósito aumentar e proteger o valor organizacional da instituição, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco.

A Ouvidoria do IFB é uma unidade de promoção e defesa dos direitos de discentes, docentes, servidores técnico-administrativos e usuários de serviços públicos nas suas relações administrativas e acadêmicas, assim como na prestação de serviços. Ela compõe o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal – SisOuv, cujo órgão central é a Controladoria-Geral da União – CGU, e exerce o papel de mediadora nas relações institucionais que envolvem a comunidade interna e externa ao IFB. Além disso, funciona como canal formal de denúncias, e também de recepção de requerimentos dos titulares de dados pessoais, em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 13.709/2018). O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) tem seu funcionamento dentro da Ouvidoria do IFB, com a finalidade de gerenciar o atendimento ao direito de acesso à informação estabelecido pela Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011). As informações geradas por meio dos relatórios gerenciais da Ouvidoria e do SIC são um importante instrumento da gestão estratégica, considerando que as percepções e relatos da comunidade sobre questões específicas, recebidas através de manifestações registradas na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (FalaBR), podem trazer aos gestores do IFB alguns indicadores importantes para nortear mudanças em várias áreas da instituição.

2.8. RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Responsabilidade Social tem como meta buscar maior diversidade das atividades de interação com a comunidade e com ações que visem a construção de uma sociedade mais solidária e comprometida com contexto sociocultural regional e local. Esta participação acontece por meio dos seguintes projetos e ações:

1. Inclusão social – ações de inclusão de grupos sociais discriminados ou sub-representados em todos os setores da Instituição, por meio do esporte, da inclusão digital, oficinas de capacitação (artesanato, alimentação e jardinagem);
2. Defesa do meio ambiente, por meio da adoção de práticas sustentáveis como tetos verdes, células fotovoltaicas, coleta e aproveitamento das águas da chuva, troca das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED, coleta seletiva, adoção da agenda A3P nos processos licitatórios além do desenvolvimento de pesquisa de materiais ecologicamente corretos e reciclagem;
3. Sensibilização da Instituição e da comunidade quanto às questões de inclusão;
4. Preservação da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
5. Monitoramento do impacto das atividades da Instituição voltadas ao desenvolvimento ambiental, econômico e social;
6. Ações relacionadas à formação consciente do cidadão;
7. Relacionamento com o setor público, setor produtivo, mercado de trabalho, instituições sociais, culturais e educativas;
8. Política de Bolsa de Estudo;
9. Ações de socialização do conhecimento como o ConectaIF;
10. Assistência à comunidade carente; e
11. Parcerias e convênios com órgãos públicos e privados.

3. CRONOGRAMA DE OFERTA DE CURSOS

O planejamento de oferta de cursos e vagas é elaborado em consonância com os objetivos previstos na Lei n.º 11.892/2008 e organiza-se de acordo com o que estabelece a LDB, as DCNs, as normas do CNE, bem como as normas internas do IFB. As Tabelas de 3 a 7 apresentam respectivamente a previsão de oferta de cursos técnicos, de graduação, de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* além dos cursos ofertados na modalidade de Educação a Distância. Trata-se de uma previsão. Todavia, poderão ocorrer adequações na oferta dos cursos para o cumprimento do que prevê a legislação bem como as metas institucionais.



3.1. CURSOS TÉCNICOS

Tabela 3

Planejamento de oferta de cursos técnicos

Campus	Nível do Curso	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre											
					2019		2020		2021		2022		2023			
					1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS		
Brasília	Técnico	Integrado	Eventos	Vespertino	70	-	70	-	70	-	70	-	70	-		
			Informática	Matutino	60	-	60	-	60	-	-	-	-	-		
			Informática para Internet (previsão)	Matutino	-	-	-	-	-	-	60	-	60	-		
		Subsequente	Eventos	Matutino	90	90	90	90	90	90	90	45	45	-	-	
			Desenvolvimento de Sistemas	Vespertino	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	
			Serviço público	Vespertino	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90
				Noturno	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90
			Comércio	Noturno	90	90	90	90	90	-	-	-	-	-	-	
			Administração (previsão)	A definir	-	-	-	-	-	90	90	90	90	90	90	
			Dança (previsão)	Noturno	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	
EAD	Desenvolvimento de Sistemas (previsão)	A definir	-	-	-	-	-	-	-	40	40	40	40			

			Logística	Vespertino	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
		PROEJA	Administração	Noturno	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Planaltina	Técnico	Integrado	Agropecuária	Diurno	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-
		Subsequente	Agroindústria	Matutino	30	30	30	30	30	50	50	50	50	50
			Agropecuária	Matutino	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
					Vespertino	40	40	40	40	40	40	40	40	40
		PROEJA	FIC- Horticultura (previsão)	Noturno	-	-	-	-	-	30	-	30	-	30
		PROEJA / Concomitante	FIC- Piscicultura	Noturno	-	-	-	-	-	-	-	30	-	30
Recanto das Emas	Técnico	Integrado	Produção de áudio e vídeo	Diurno	160	-	160	-	160	-	160	-	160	-
		Subsequente	Produção de áudio e vídeo	Vespertino	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
			Produção de áudio e vídeo	Noturno	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
		PROEJA	Produção de áudio e vídeo	Noturno	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
Riacho Fundo	Técnico	Integrado	Gastronomia	Diurno	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-
			Hospedagem	Diurno	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
		Subsequente	Gastronomia	Vespertino	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
			Panificação	Noturno	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
			Serviço de Restaurante e Bar (previsão)	Matutino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20
					Hospedagem (previsão)	Noturno	-	-	-	-	-	-	-	-
PROEJA	Serviço de Restaurante e Bar	Noturno	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	
Samambaia	Técnico	Integrado	Controle ambiental	Diurno	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-
			Design de móveis	Diurno	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-

		Subsequente	Controle ambiental	Matutino	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	
			Edificações	Noturno	70	70	70	70	70	70	35	35	35	35	
			Produção moveleira	Noturno	35	35	35	35	-	-	-	-	-	-	
		PROEJA	Edificações	Noturno	35	35	35	35	40	40	40	40	40	40	
São Sebastião	Técnico	Integrado	Administração	Integral	64	-	32	-	32	-	32	-	32	-	
			Desenvolvimento de sistemas educacionais	Integral	-	-	32	-	32	-	32	-	32	-	
		Subsequente	Secretaria escolar	Noturno	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
			Secretariado	Noturno	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
			Desenvolvimento de sistemas educacionais	Matutino	-	-	-	30	30	30	30	30	30	30	30
		PROEJA	Secretariado	Noturno	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40
Taguatinga	Técnico	Integrado	Eletromecânica	Diurno	32	-	32	-	32	-	32	-	16	-	
			Automação Industrial (previsão)	Diurno	-	-	-	-	-	-	-	-	16	-	
		Subsequente	Manut. e suporte em informática	Vespertino	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
			Vestuário	Diurno ou Noturno	32	32	32	32	32	32	-	-	-	-	
			Eletromecânica	Vespertino ou Noturno	32	32	32	32	32	32	32	16	16	16	
			Mecatrônica (previsão)	Vespertino ou Noturno	-	-	-	-	-	-	-	16	16	16	

			Refrigeração e climatização (previsão)	Vespertino ou Noturno	-	-	-	-	-	-	-	16	16	16
			Modelagem do vestuário	Diurno ou Noturno	-	-	-	-	-	-	32	32	32	32
		PROEJA	Artesanato	Noturno	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40

3.2 CURSOS DE GRADUAÇÃO

Os cursos de graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. Em conformidade com a Lei n.º 11.892, de 2008 o IFB oferta Cursos Superiores de Tecnologia; Cursos de Licenciatura e Cursos de Bacharelado.

Para o PDI 2019/2023, o IFB planeja ofertar vagas para os cursos de Graduação, conforme disposto na Tabela 4.

Tabela 4

Planejamento de oferta de cursos de graduação presenciais														
Campus	Nível do Curso	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre									
					2019		2020		2021		2022		2023	
					1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
Brasília	Graduação	Tecnologia	Gestão pública	Vespertino	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90
				Noturno	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90
			Eventos	Matutino	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
			Processos Gerenciais	Noturno	45	-	45	-	45	-	45	-	45	-
			Sistemas para internet	Vespertino	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
				Noturno	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
		Licenciatura	Dança	Diurno	60	60	30	30	30	30	30	30	30	30
			Segunda Licenciatura Dança (previsão)	Diurno	-	-	-	-	-	-	30	30	30	30
			Complementação Pedagógica (previsão)	Diurno	-	-	-	-	-	-	40	40	40	40
Ceilândia	Graduação	Bacharelado	Engenharia elétrica (proposta)	A definir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
			Engenharia de Segurança do Trabalho (proposta)	A definir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		Licenciatura	Letras - Língua espanhola	Matutino	40	-	40	-	40	40	40	40	40	

			Letras – Português (previsão)	A definir	-	-	-	-	-	-	40	-	40	-		
Estrutural	Graduação	Tecnologia	Energias renováveis (previsão)	A definir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
		Licenciatura	Matemática	Vespertino	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	
				Noturno	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
Gama	Graduação	Licenciatura	Química	Diurno	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	-	
		Tecnologia	Alimentos	Diurno	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	-	
			Logística	Diurno	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	-	
		Bacharelado	Administração	Noturno	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40
Planaltina	Graduação	Bacharelado	Agronomia	-	-	-	-	-	-	-	40	-	40	-		
		Bacharelado	Agronomia	Vespertino/Matutino	-	-	-	-	-	40	-	40	-	40	-	
		Licenciatura	Biologia	Vespertino	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40
				Noturno	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
		Tecnologia	Agroecologia	Matutino	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
				Vespertino	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40
Recanto das Emas	Graduação	Tecnologia	Produção audiovisual (previsão)	Noturno	-	-	-	-	-	-	40	-	40	-		
Riacho Fundo	Graduação	Licenciatura	Letras - língua inglesa	Vespertino	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-	-	
			Geografia	Noturno	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-	-	
		Tecnologia	Gastronomia	Noturno	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-
			Hotelaria	A definir	-	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
			Comunicação Assistiva (Tradução e Interpretação em Libras)	Noturno	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	-	20

Samambaia	Graduação	Tecnologia	Saneamento (previsão)	A definir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
			Design de produto	A definir	-	-	35	35	35	35	35	35	35	35
		Licenciatura	Educação profissional e tecnológica	Noturno	30	30	30	30	30	30	30	30	80	80
		Bacharelado	Engenharia civil (previsão)	A definir	-	-	-	-	-	-	40	40	40	40
São Sebastião	Graduação	Licenciatura	Letras – Língua Portuguesa	Vespertino	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
			Pedagogia	Matutino	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
		Tecnologia	Secretariado	Noturno	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
Taguatinga	Graduação	Licenciatura	Física	Diurno	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
			Licenciatura em computação	Diurno	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-
		Tecnologia	Automação industrial	Noturno	32	-	32	-	32	-	32	-	-	-
			Design de moda	Diurno e Noturno	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-
		Bacharelado	Ciência da computação	Diurno	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-
			Engenharia (a definir)	Diurno	-	-	-	-	-	-	-	-	32	32

3.3. CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO (*LATO SENSU*)

A criação de novos cursos de pós-graduação *lato sensu* do IFB é regulamentada pela Resolução CS n.º 012/2013 que aprova as normas de funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do IFB. A Tabela 5 relaciona a previsão de oferta de cursos nesta modalidade para o quinquênio em questão.

Almeja-se ampliar os cursos de especialização de forma a atender as demandas produtivas locais, além de propiciar aos estudantes do IFB a verticalização dos seus estudos e, por consequência, melhorar o seu desempenho profissional.

Tabela 5

Planejamento de oferta de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> presenciais														
Campus	Nível do Curso	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre									
					2019		2020		2021		2022		2023	
					1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
Brasília	Pós Graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Gestão Pública	Noturno	-	90	-	90	-	90	-	45	-	45
			Sistemas para Internet (previsão)	Noturno	-	-	-	-	-	-	-	-	30	30
			Metod. do Ensino da Dança Clássica	Noturno	-	-	-	-	-	-	30	-	30	-

			Gestão Estratégica em Serviços de Hospitalidade (previsão)	Diurno	-	-	-	-	-	-	-	20	-	20
Planaltina	Pós Graduação <i>Stricto Sensu</i>	Mestrado profissional	Recursos Genéticos e Conservação do Cerrado (previsão)	Diurno	-	-	-	-	-	-	-	20	-	20
Taguatinga	Pós Graduação <i>Stricto Sensu</i>	Mestrado profissional	Computação aplicada (previsão)	Diurno	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20

3.5 CURSOS NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O IFB oferta cursos na modalidade a distância, tanto em sua forma institucionalizada - curso técnico subsequente em Segurança do Trabalho, no *Campus* Ceilândia - quanto em sua forma fomentada, por meio de Programas de Governo (Rede e-Tec Brasil), nos segmentos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e Técnicos. A gestão dos cursos oriundos de tais programas está sob a responsabilidade da Diretoria de Educação a Distância, vinculada à Pró-Reitoria de Ensino.

No ano de 2018, o IFB foi credenciado para a oferta de cursos superiores a distância. A partir da chamada pública da CAPES, Edital n.º 05/18, o IFB teve deferimento de 740 vagas, de licenciatura e de pós-graduação, a serem ofertadas à comunidade a partir de 2019, no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB. As tabelas de 7 a 9 (do PDI original) apresentavam a previsão de oferta de cursos e de vagas de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação na modalidade EaD por meio dos Programas de Governo.

Nota explicativa: tendo em vista que as pactuações previstas para o ano de 2019 não se concretizaram até o momento e que atualmente não há perspectivas de orçamento que possa subsidiar estes cursos, a oferta prevista nas tabelas 7, 8 e 9 (do PDI original) foi retirada. Será mantido no PDI apenas o planejamento da oferta de cursos regulares do IFB. Os cursos que dependem de fomento externo oriundos de programas de governo poderão ser ofertados, conforme demanda, mesmo que não estejam previstos no PDI, uma vez que o recurso ou orçamento é recebido pela instituição com um objeto específico, submetido à análise, execução e prestação de contas.

Tabela 7

Planejamento de oferta de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> à distância													
Campus	Nível do Curso	Modalidade	Curso	Vagas ofertadas por semestre									
				2019		2020		2021		2022		2023	
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
Ceilândia	Pós Graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Saúde Coletiva (proposta)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Riacho Fundo	Pós Graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Pós-graduação em Turismo Gastronômico: Território e Paisagens Agroalimentares	-	-	-	-	-	-	-	40	-	40
São Sebastião	Pós Graduação <i>Lato Sensu</i>	Especialização	Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	-	-	-	100	-	100

Para o próximo quinquênio, a perspectiva é expandir a institucionalização na modalidade com a oferta de cursos em EaD própria, isto é, inserida na cultura organizacional, sendo as atividades realizadas pelos próprios servidores do quadro, como já ocorre no *Campus Ceilândia*, com o curso técnico subsequente em Segurança do Trabalho. Considerando a complexidade envolvida no processo de expansão da oferta de cursos na modalidade a distância, a DEaD está elaborando um projeto de institucionalização e, paralelamente, a finalização de instrumentos normatizadores que visam garantir a identidade da instituição e apoio aos *campi* para a consolidação da institucionalização.

4. PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

4.1. COMPOSIÇÃO

A Portaria MEC n.º 713, de 08 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU), definiu o modelo de dimensionamento de cargos efetivos dos Institutos Federais, sendo previsto para o IFB 780 Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e 700 servidores Técnico-Administrativos em Educação, dos quais 268 são de cargos de nível E, 343 são de cargos de nível D e 89 são de cargos de nível C.

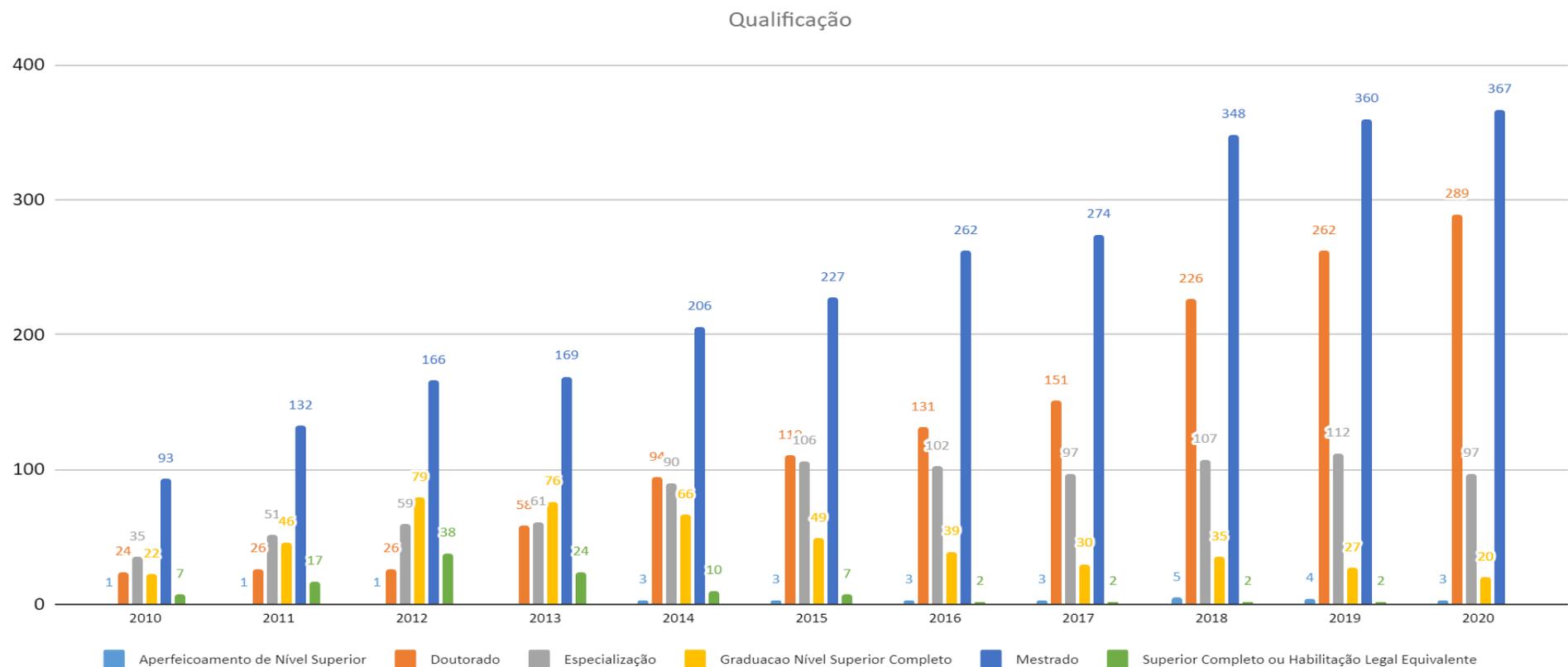
Até dezembro de 2020 o IFB possuía uma força de trabalho composta por 1.364 servidores (entre efetivos e temporários) sendo 776 docentes e 588 técnicos administrativos em educação, os quais estão distribuídos entre os dez *campi* e a Reitoria. Esse total é resultante da realização de concursos públicos para admissão de servidores efetivos e de processos seletivos simplificados para contratação de professores substitutos e temporários.

4.1.1. Perfil do corpo docente

A titulação mínima exigida para atuação no IFB é de curso de graduação, sendo as titulações abaixo passíveis de pontuação nos editais de concurso. No desenvolvimento de sua carreira o docente faz jus a percentuais distintos de retribuição para titulações adquiridas acima da graduação.

Em dezembro de 2018 o quadro de docentes do IFB era composto por 723 professores (675 docentes efetivos e 48 professores substitutos), sendo que, aproximadamente 48% deste quantitativo era ocupado por mestres e 31% por doutores. A Figura 9 apresenta a distribuição do corpo docente do IFB em função de sua titulação, bem como a sua evolução.

Figura 9 - Evolução do corpo docente do IFB em função de sua titulação



Fonte: DW Siape, extraído em 06/08/2021.

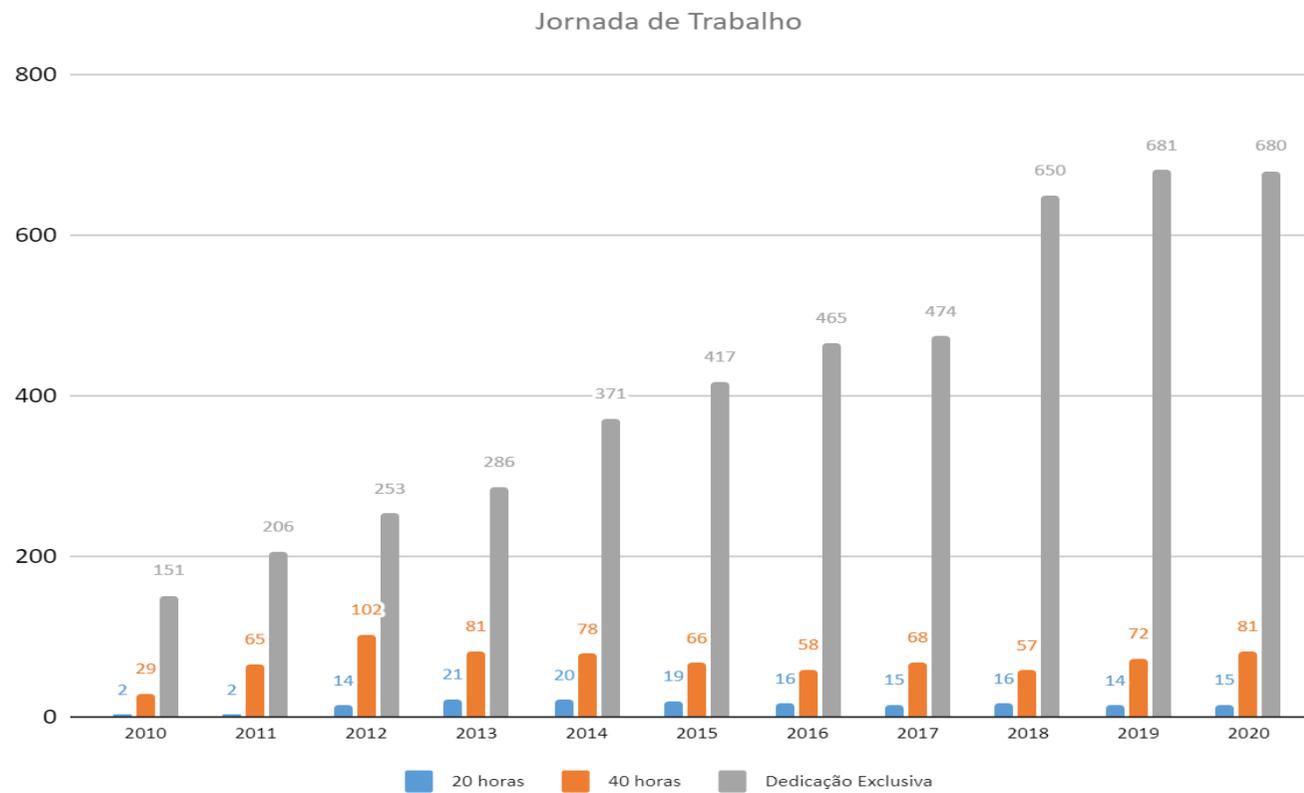
4.1.1.1. *Plano de carreira e regime de trabalho*

Os docentes do IFB estão enquadrados na Carreira de Magistério Federal, criada a partir da Lei n.º 12.772/2012. Quanto ao regime de trabalho docente, o Art. 20 da referida Lei estabelece 2 (dois) tipos de regimes, a saber:

1. 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão institucional; ou
2. Tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho.

Excepcionalmente, e mediante aprovação de órgão colegiado superior competente, admitir-se-á a adoção do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando 2 (dois) turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas. A Figura 10 apresenta a distribuição do quadro de docentes em função do regime de trabalho.

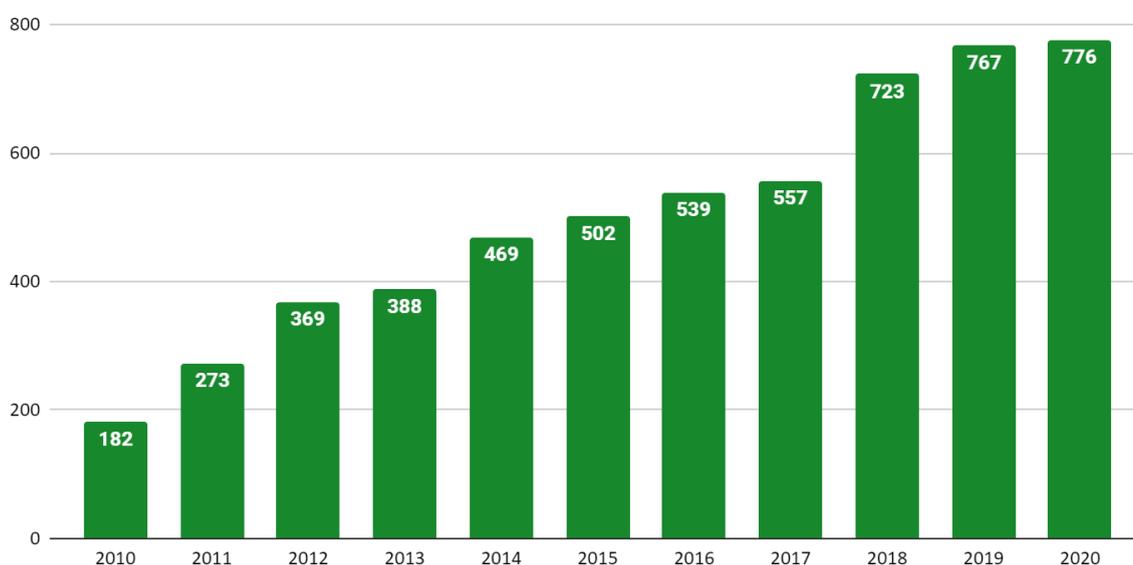
Figura 10 - Evolução do corpo docente do IFB em função do regime de trabalho



Fonte: DW Siape, extraído em 06/08/2021

Em virtude do aumento da demanda por educação profissional, anualmente o IFB foi incrementando o seu quadro de servidores. A Figura 11 mostra a evolução da contratação de docentes ao longo da década que compreende os anos de 2010 e 2020. Os quantitativos apresentados englobam os docentes efetivos e temporários.

Figura 11 - Evolução do quadro de docentes do IFB entre os anos de 2010 e 2020



Fonte: DW Siape, extraído em 06/08/2021

4.1.1.2. Critérios de seleção e contratação

De acordo com a legislação, exigir-se-á para a investidura nos cargos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, a aprovação em concurso público de provas e títulos, que constará de prova objetiva ou escrita, prova de desempenho didático e prova de títulos.

Ao planejar o concurso, a comissão organizadora deve selecionar profissionais que detenham as competências gerais, técnicas, científicas e didáticas necessárias à atuação docente de qualidade na respectiva área, e definir uma banca examinadora majoritariamente constituída por membros externos.

4.1.1.3. Procedimentos para substituição

Para atender à necessidade temporária de pessoal docente, a Lei n.º 8.745/1993 possibilita a contratação de professor substituto, cujo contrato é por tempo determinado de até 01 ano, sendo passível de prorrogação uma única vez.

O recrutamento e a seleção de professores substitutos devem ser feitos por meio de processo seletivo simplificado, constituído de uma prova de desempenho didático e de prova de títulos, de modo a garantir a seleção de docentes com competências técnicas e didáticas necessárias para uma atuação de qualidade na área específica.

4.1.1.4. Cronograma e plano de expansão do corpo docente

De acordo com a Portaria MEC n.º 713, de 08 de setembro de 2021, que dispõe sobre o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, de direção e funções gratificadas, a instituição possui unidades do tipo "IF *campus* - 70/45", "IF *campus* - 70/60 Agrícola" e "IF *campus* - 150", conforme apresentado na Tabela 8.

Tabela 8 - Quantitativo de docentes conforme Portaria MEC n.º 713/2021

Tipo de unidade (portaria MEC 713/2021)	Número de unidades administrativas	Total de docentes segundo a portaria	Total geral de docentes
IF <i>campus</i> - 70/45	8	70	560
IF <i>campus</i> - 150/100	1	150	150

IF <i>campus</i> - 70/60 Agrícola	1	70	70
Total	10		780

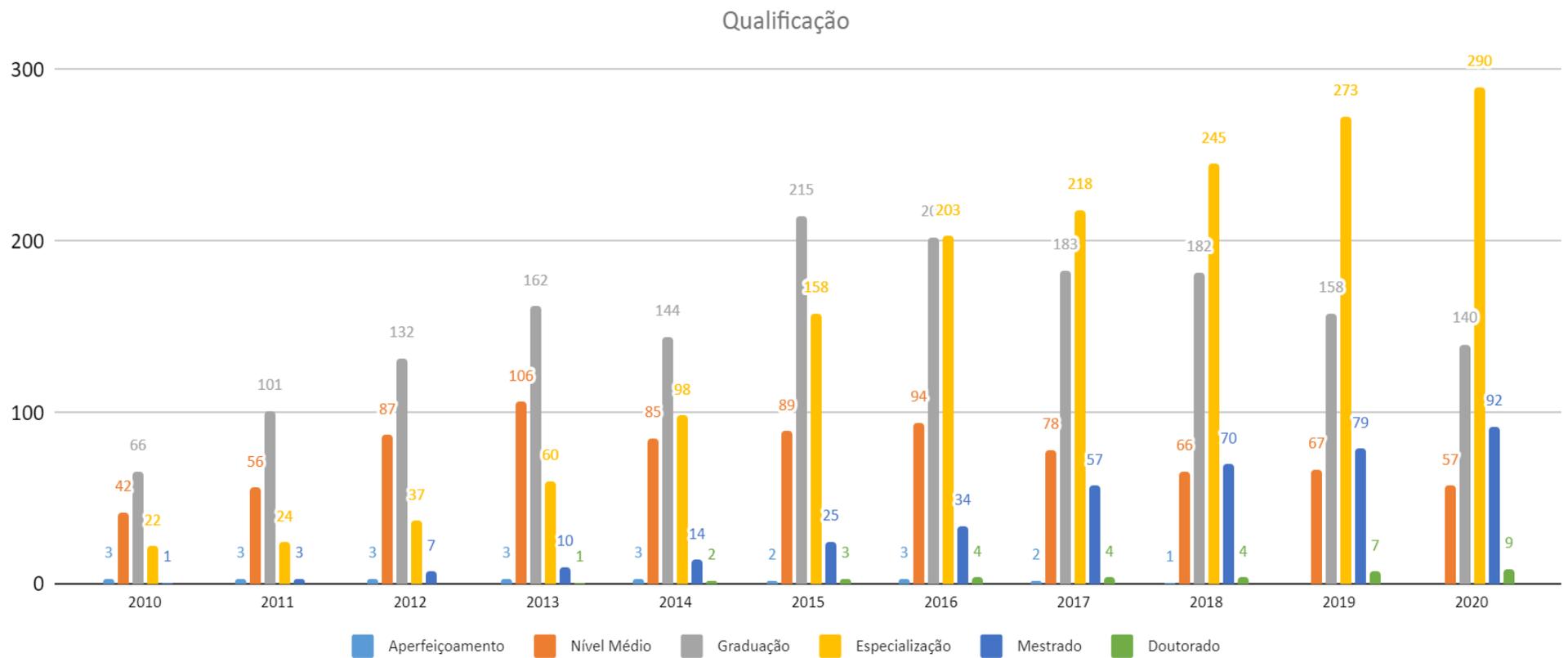
Comparando as informações da tabela 8 com as informações da figura 11 (tendo como referência o ano de 2020, que apresenta um total de 776 docentes) observa-se que, de acordo com o dimensionamento da Portaria 713, o quadro de docentes do IFB estaria praticamente completo. No entanto, faz-se necessário ressaltar que o quantitativo de servidores apresentados na figura 11 engloba tanto os docentes efetivos (701), quanto os professores substitutos (75). Sendo assim, observa-se uma margem de 10,13% para atingir o quantitativo estabelecido pela referida portaria, o que equivale a 79 vagas disponíveis. Mas para que o IFB possa realizar essa ampliação é necessário que o Ministério da Educação realize a disponibilização de códigos de vagas.

4.1.2. Perfil do corpo técnico-administrativo

A titulação exigida para atuação como técnico administrativo no IFB está estabelecida na definição de cada cargo. No desenvolvimento de sua carreira no IFB, o técnico administrativo faz jus a percentuais distintos para titulações adquiridas acima da formação exigida no cargo em que ocupa.

Em dezembro de 2018 o IFB contava com 568 técnicos administrativos distribuídos entre os 10 *campi* e a Reitoria, sendo que desse total 32,0% eram graduados, 43,0% especialistas e 13,0% mestres e doutores. A Figura 12 apresenta a distribuição do corpo técnico-administrativo do IFB em função de sua titulação, bem como a sua evolução.

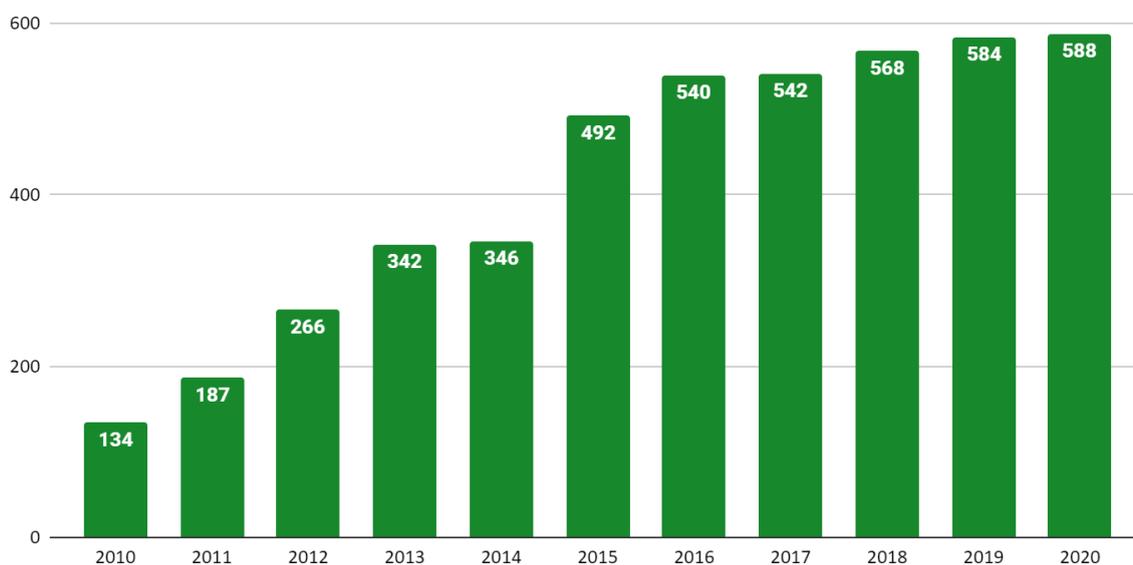
Figura 12 - Evolução do quadro de servidores técnicos do IFB em função de sua titulação



Fonte: DW Siape, extraído em 06/08/2021

Em virtude do aumento da demanda por educação profissional, anualmente o IFB foi incrementando o seu quadro de servidores. A Figura 13 mostra a evolução da contratação de técnicos administrativos ao longo da década que compreende os anos de 2010 e 2020. Os quantitativos apresentados englobam os técnicos efetivos e temporários.

Figura 13 - Evolução do quadro técnico do IFB entre os anos de 2010 e 2020



Fonte: DW Siape, extraído em 06/08/2021

4.1.2.1. Plano de carreira e regime de trabalho

Os técnicos administrativos do IFB estão enquadrados no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), criado a partir da Lei n.º 11.091/2005 e submetidos ao regime de trabalho estabelecido pela Lei 8.112/1990.



4.1.2.2. *Critérios de seleção e contratação*

A investidura nos cargos de técnicos administrativos se dá por meio de aprovação em concurso público, que constará de prova objetiva e/ou discursiva, elaborado por comissão organizadora, conforme legislação em vigor.

4.1.2.3. *Procedimentos para substituição*

Não há previsão legal para substituição de técnicos administrativos em função de afastamento para capacitação ou qualificação. Todavia, a instituição, periodicamente, lança editais que contemplam afastamentos para capacitação e qualificação tanto de técnicos quanto de docentes.

4.1.2.4. *Cronograma e plano de expansão do corpo técnico-administrativo*

A Portaria MEC n.º 713, de 08 de setembro de 2021, é o normativo que dispõe sobre o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, de direção e funções gratificadas dos Institutos Federais.

A Tabela 9 apresenta o quadro total de profissionais técnicos administrativos em educação necessários para atender a demanda institucional segundo a referida portaria.

Tabela 9 - Quantitativo de técnicos conforme a Portaria MEC n.º 713/2021

Tipo de unidade (portaria MEC 713/2021)	Total de técnicos nível C	Total de técnicos nível D	Total de técnicos nível E	Total geral de técnicos administrativos
8 x IF <i>campus</i> - 70/45	64	176	120	360
1 x IF <i>campus</i> - 150/100	14	51	35	100
IF <i>campus</i> - 70/60 Agrícola	11	26	23	60
Reitoria de 10 a 16 <i>campi</i>	0	90	90	180
Total	89	343	268	700

Comparando as informações da tabela 9 com as informações da figura 13 (tendo como referência o ano de 2020 que apresenta um total de 588 técnicos) observa-se que o IFB ainda não atingiu o total de técnicos administrativos estabelecido pela Portaria MEC n.º 713/2021, e que a margem para ampliação do quantitativo deste segmento é de 16%. Mas para que o IFB possa realizar essa ampliação é necessário que o Ministério da Educação realize a disponibilização de códigos de vagas.

5. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

5.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

Em conformidade com a Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o IFB é organizado em estrutura multicampi e tem como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes (CD) e o Conselho Superior (CS), e como órgão executivo a Reitoria, unidade de administração central, dirigida por um Reitor e composta por cinco Pró-reitorias.

5.2. ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL E ACADÊMICO

O Estatuto, o Regimento e a Resolução CS n.º 001/2017 do IFB apresentam o detalhamento dessa estrutura, compreendendo os órgãos de apoio e assessoramento, as comissões permanentes e de assessoria, as diretorias sistêmicas e demais diretorias, coordenações e núcleos. A Resolução CS n.º 001/2017, aprovada pelo Conselho Superior, apresenta o organograma do IFB (Anexo I) e pode ser acessada por meio do Portal do IFB: Acesso Rápido > Portarias e Resoluções > Resoluções > Resoluções 2017. De forma condensada, a Tabela 10 apresenta a estrutura organizacional da instituição.

Tabela 10 - Organograma do IFB resumido

Órgãos colegiados	Instância consultiva e deliberativa	Conselho Superior (CS)
	Instâncias consultivas	Colégio de Dirigentes (CD) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) Comitê de Governança Digital (CGD)



Órgãos executivos da administração geral	Reitoria	<p>Chefia de gabinete</p> <p>Assessoria do Gabinete</p> <p>Ouvidoria</p> <p>Autoridade Responsável pelo SIC/IFB-AURE</p>
	Pró-reitorias	<p>Pró-Reitoria de Administração</p> <p>Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas</p> <p>Pró-Reitoria de Ensino</p> <p>Pró-Reitoria de Extensão e Cultura</p> <p>Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação</p>
	Diretorias Sistêmicas	<p>Diretoria de Comunicação Social</p> <p>Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação</p> <p>Diretoria de Planejamento e Orçamento</p>
	Direção-Geral dos <i>campi</i>	<p>Direção-Geral <i>Campus</i> Brasília</p> <p>Direção-Geral <i>Campus</i> Ceilândia</p> <p>Direção-Geral <i>Campus</i> Estrutural</p> <p>Direção-Geral <i>Campus</i> Gama</p> <p>Direção-Geral <i>Campus</i> Planaltina</p> <p>Direção-Geral <i>Campus</i> Recanto das Emas</p> <p>Direção-Geral <i>Campus</i> Riacho Fundo</p> <p>Direção-Geral <i>Campus</i> Samambaia</p> <p>Direção-Geral <i>Campus</i> São Sebastião</p> <p>Direção-Geral <i>Campus</i> Taguatinga</p>

Órgãos de assessoramento e comissões	Comissões e instâncias de assessoramento	Conselho Gestor em cada <i>campus</i> . Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS) Comissão de Ética (COET) Comissão Própria de Avaliação (CPA) Procuradoria Jurídica Federal Auditoria Interna (vinculada ao CS)
---	--	---

5.3. ÓRGÃOS COLEGIADOS

Em atenção ao Art. 10 da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2009, a administração do Instituto Federal de Brasília conta com órgãos superiores como o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior.

5.3.1. Conselho Superior (CS)

Órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, é o órgão máximo do IFB, sua estrutura atende ao disposto no §3º do Art. 10 da Lei n.º 11.892/2008, tem composição e competências definidas por meio da Resolução n.º 14-2016/CS-IFB, conforme descrito nos itens 5.3.1.1 e 5.3.1.2, respectivamente.

5.3.1.1. Composição

- I. Reitor, como presidente;
- II. Representação de, no mínimo, 1/3 (um terço) do número de *campi*, destinada aos servidores docentes, sendo o mínimo de 02 (dois) e o

- máximo de 04 (quatro) representantes titulares e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma do regulamento a ser editado pelo CS/IFB para esse fim; com direito a uma recondução;
- III. Representação de, no mínimo, 1/3 (um terço) do número de *campi*, destinada ao corpo discente de Cursos Técnicos e Superiores, maiores de 18 (dezoito) anos, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 04 (quatro) representantes titulares e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma do regulamento a ser editado pelo CS/IFB para esse fim; com direito a uma recondução;
- IV. Representação de, no mínimo, 1/3 (um terço) do número de *campi*, destinada aos servidores técnico-administrativos, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 04 (quatro) representantes titulares e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma do regulamento a ser editado pelo CS/IFB para esse fim; com direito a uma recondução;
- V. 02 (dois) representantes titulares dos egressos de Cursos Técnicos e/ou dos Cursos Superiores da Instituição e igual número de suplentes, maiores de 18 (dezoito) anos, eleitos pelos seus pares; com direito a 01 (uma) recondução;
- VI. 11 (onze) representantes titulares e suplentes da sociedade civil, sendo:
- a) 02 (dois) designados pelas federações patronais listadas no §3º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;
 - b) 01 (um) designado pela organização sindical que representa os servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, listado no §4º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;
 - c) 01 (um) designado pela organização sindical que representa os Estudantes em Ensino Técnico, listado no §5º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;
 - d) 01 (um) designado pelas Centrais Sindicais que representa os trabalhadores, listado no §6º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;
 - e) 01 (um) designado pelos que representam os Movimentos dos Trabalhadores Rurais e/ou do Campo, listados no §7º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;
 - f) 01 (um) designado pelas empresas do setor público que tenham como objetivo o desenvolvimento de tecnologias, conhecimentos

- e informações técnico-científicas, listados no §8º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;
- g) 01 (um) designado pelos que representam o Movimento Negro, listados no §9º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;
 - h) 01 (um) designado pelos que representam os Movimentos de Gênero, listados no §10, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;
 - i) 01 (um) designado pelos que representam as Associações de Pais de Alunos Ensino Médio Integrado e/ou Técnicos Subsequentes, listados no §11, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;
 - j) 01 (um) designado pelos que representam as Associações de Portadores de Necessidades Específicas, listados no §12, em sistema de rodízio, com direito a 01(uma) recondução;
- VII. 01 (um) representante titular e seu suplente do Ministério da Educação, designados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;
- VIII. Representação de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Diretores-Gerais de *campi*, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 04 (quatro) representantes titulares e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental; com direito a uma recondução.

5.3.1.2. Competências

Ao Conselho Superior compete:

- I. Zelar pela observância dos princípios, finalidades e objetivos do IFB;
- II. Zelar pelas condições de funcionamento do IFB;
- III. Deflagrar e aprovar as normas do processo de escolha do Reitor do Instituto Federal de Brasília e dos Diretores-Gerais dos *campi*, em consonância com o estabelecido nos Artigos. 12 e 13 da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008;
- IV. Aprovar as alterações no Projeto Político-Institucional (PPI);
- V. Aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);

- VI. Aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- VII. Autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;
- VIII. Apreciar o Relatório de Gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e a regularidade dos registros;
- IX. Deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo IFB.
- X. Autorizar a criação, a alteração curricular e a extinção de cursos no âmbito do IFB, bem como o registro de diplomas, após parecer conclusivo encaminhado pelo CEPE;
- XI. Aprovar as alterações na estrutura administrativa e no Regimento Geral do IFB, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e a legislação específica; e
- XII. Deliberar sobre outros assuntos de interesse do IFB levados a sua apreciação pelo Reitor.
- XIII. Alterar o Regimento Interno do Conselho Superior, o Estatuto do IFB e o Regimento Geral do IFB, ouvindo a comunidade escolar.
- XIV. Aprovar as diretrizes para atuação do IFB e zelar pela execução de sua política educacional;
- XV. Zelar pela autonomia do IFB, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;
- XVI. Homologar a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do auditor chefe da Auditoria Interna do IFB;
- XVII. Homologar a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do para a função de ouvidor do IFB.

5.3.2. Colégio de Dirigentes (CD)

Órgão colegiado de natureza consultiva, sua estrutura atende ao disposto no §2º do Art. 10 da Lei n.º 11.892/2008, tem composição e competências definidas por meio da Resolução n.º 12-2012/CS-IFB, conforme descrito nos itens 5.3.2.1 e 5.3.2.2, respectivamente.

5.3.2.1. *Composição*

- I. O Reitor, como presidente;
- II. Os Pró-Reitores; e
- III. Os Diretores-Gerais dos *campi*.

5.3.2.2. *Competências*

De acordo com o Estatuto e Regimento do IFB, ao Colégio de Dirigentes compete:

- I. Apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos;
- II. Apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos e para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- III. Propor ao Conselho Superior a alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFB;
- IV. Apreciar e recomendar o calendário de referência anual;
- V. Apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão;
- VI. Apreciar os assuntos de interesse da administração do IFB a ele submetido.
- VII. Opinar nos casos de comodato, cessão, locação e alienação no todo ou em parte de bens imóveis patrimoniados ou não;
- VIII. Propor ao Conselho Superior/CS critérios referentes à destinação de cargos docentes nas unidades do IFB;
- IX. Propor ao Conselho Superior/CS a distribuição dos cargos docentes vagos;
- X. Opinar sobre os demais casos encaminhados pelo Reitor e pelos Pró-Reitores;
- XI. Propor as políticas estratégicas do IFB;

5.3.3. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)

Em atenção ao disposto nos Arts. 22 e 23 do Regimento Geral do IFB, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) integra a Administração Geral do IFB, com função normativa, consultiva e deliberativa, conforme delegação do Conselho Superior, sobre matéria acadêmica, científica, cultural e artística, tem composição e competências definidas por meio da Resolução n.º 24-2017/CS-IFB, conforme descrito nos itens 5.3.3.1 e 5.3.3.2, respectivamente.

5.3.3.1. *Composição*

- I. Reitor, como Presidente;
- II. Pró-reitores de Ensino, de Extensão e de Pesquisa e Inovação;
- III. Diretores de Ensino, Pesquisa e Extensão de cada um dos *campi*;
- IV. 2 (dois) representantes dos líderes dos grupos de pesquisa e inovação/extensão, certificados pelo IFB;
- V. 2 (dois) representantes dos coordenadores de cursos, assegurado que, pelo menos um seja de cursos técnicos;
- VI. 2 (dois) discentes representantes dos organismos de representação estudantil, sendo assegurada ao menos uma vaga para o discente oriundo dos Centros Acadêmicos ou Grêmios Estudantis.
- VII. 2 (dois) Técnicos em educação, ligados à Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão.

5.3.3.2. *Competências*

- I. Propor diretrizes, estratégias, políticas e prioridades do IFB nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão e encaminhar para deliberação do CS;
- II. Elaborar o seu próprio regimento e as respectivas modificações, por dois terços de seus membros, e encaminhar para deliberação do CS;
- III. Emitir parecer conclusivo prévio ao CS sobre o projeto pedagógico institucional do IFB e apreciar e aprovar seus respectivos documentos complementares, assim como suas alterações;

- IV. Propor normas complementares ao Regimento Geral do IFB sobre matéria didático-pedagógica, pesquisa, extensão, transferências de estudantes, revalidação e equivalência de diploma estrangeiro ou de estudos, certificação profissional e de outros assuntos de sua competência específica e encaminhar para deliberação do CS;
- V. Estabelecer normas disciplinadoras de avaliação, ingresso e transferências de discente e encaminhar para deliberação do CS;
- VI. Criar câmaras e/ou comissões, permanentes ou temporárias, para estudo de assuntos específicos;
- VII. Emitir parecer prévio ao CS sobre criação, modificação ou extinção de Diretorias Acadêmicas;
- VIII. Emitir parecer sobre normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- IX. Homologar ato do reitor praticado ad referendum do CEPE;
- X. Opinar sobre criação, desmembramento, fusão, ampliação, redução, suspensão temporária ou extinção de cursos e programas e encaminhar para deliberação do CS;
- XI. Julgar recursos das decisões proferidas pelos Colegiados Acadêmicos, em matéria didático pedagógica, científica, cultural e artística que não sejam de competência exclusiva do CS;
- XII. Analisar as propostas de calendário acadêmico dos *campi* do IFB e encaminhar para deliberação do CS;
- XIII. Opinar quanto a criação de modalidades de cursos, segundo as conveniências didáticas, técnicas, científicas e/ou com as exigências do desenvolvimento regional e nacional e encaminhar para deliberação do Conselho Superior;
- XIV. Demais competências que lhe forem delegadas pelo CS.

5.3.4. Comitê de Governança Digital

Conforme dispõe o art. 3º da Portaria Normativa n.º 02, de maio de 2016, o CGD é instância consultiva e propositiva, de caráter permanente, vinculado à Reitoria, que determina as prioridades dos programas de investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e as estratégias de TIC do Instituto.

5.3.4.1. *Composição*

- I. Reitor, na condição de Presidente;
- II. Pró-Reitor de Administração;
- III. Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional;
- IV. Pró-Reitor de Ensino;
- V. Pró-Reitor de Extensão;
- VI. Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação;
- VII. Diretores-gerais dos *Campi* do IFB;
- VIII. Diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- IX. Diretor do Núcleo de Comunicação Social;
- X. Diretor de Gestão de Pessoas.

5.3.4.2. *Competências*

- I. Priorizar demandas de TIC visando alinhar as ações da área aos objetivos e atribuições do IFB;
- II. Propor políticas de articulação e implantação de projetos para a racionalização da aquisição e da utilização da infra-estrutura, dos serviços e das aplicações de tecnologia da informação e comunicação no âmbito do IFB;
- III. Análise, manifestação e aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- IV. Definir diretrizes e estratégias para o planejamento da oferta de serviços e informações por meio eletrônico pelo IFB;
- V. Análise, manifestação e aprovação das Políticas de segurança da informação e comunicação;
- VI. Definir mecanismos de racionalização de gastos e de aplicação de recursos em tecnologia da informação e comunicação;
- VII. Coordenar e articular as ações visando a prospecção e adoção de novas tecnologias;
- VIII. Estabelecer ações visando a integração de sistemas e informações, democratizando o acesso às pessoas que deles necessitam;

- IX. Avaliação das propostas, idéias, sugestões, necessidades e requerimentos para uso de TIC em atividades específicas ou no ambiente corporativo.

5.3.5. Apoio às atividades acadêmicas

Caracterizam-se como instâncias de apoio acadêmico, do menor grau para o maior, as Coordenações dos Cursos, as Coordenações Pedagógicas, as Coordenações-Gerais de Ensino dos *campi*, a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão dos *campi*, a Coordenação-Geral de Ensino da PREN, a Coordenação-Geral de Articulação Pedagógica, a Coordenação de Permanência e Ações Pedagógicas Estudantis, a Diretoria de Desenvolvimento de Ensino, a Diretoria de Políticas Estudantis, a Diretoria de Educação a Distância (DEaD) e a Pró-Reitoria de Ensino.

6. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

6.1. PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO

A Assistência Estudantil representa um dos caminhos para auxiliar no atendimento às necessidades dos estudantes de forma integrada ao desenvolvimento pedagógico e ao exercício da cidadania. A política é integrada e articulada com outras políticas do Instituto, relacionadas ao ingresso e à formação integral dos estudantes, priorizando-os conforme suas especificidades previstas na legislação.

Enquanto mecanismo de garantia de direito social, a assistência estudantil tem como finalidade apoiar os recursos necessários para superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, minimizando, dessa forma, a evasão escolar e garantindo trajetórias escolares positivas.

Nesse sentido, ela transita em todas as áreas dos direitos básicos, considerando as especificidades de cada *campus*, e compreende ações previstas na legislação em vigor que garantam, quando couber: moradia estudantil; alimentação; transporte; assistência à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem mediante as especificidades dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

No IFB, a Assistência Estudantil prevê um conjunto de diretrizes para nortear as ações que visam à promoção da permanência e do êxito dos estudantes na perspectiva da inclusão social, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida. Nesse sentido, as ações da assistência não se limitam a programas financeiros, mas abarcam outras ações que buscam promover a igualdade de oportunidades, e a qualidade geral de vida dos estudantes.

Com o objetivo de atender e apoiar os estudantes de forma a favorecer a sua permanência e o êxito acadêmico, o Conselho Superior, em 2020, aprovou a Resolução 41/2020 – RIFB/IFB, que trata da nova Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Brasília (IFB).

Segundo o Art. 2º da Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), a PAE é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implementação de ações que buscam contribuir para o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes, como garantia ao direito social à educação com qualidade e à uma formação integral.

Os recursos para o financiamento dos investimentos relacionados à assistência estudantil serão originários da matriz orçamentária do IFB, em consonância com o Decreto Presidencial n.º 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). A concessão de auxílios e apoio financeiro previstos nas ações e/ou programas da Política de Assistência Estudantil ficam vinculados ao repasse de recursos orçamentários para a rubrica Assistência ao Educando pelo Ministério da Educação.

A execução dessa política organiza-se em eixos, conforme descrito na tabela 11 a seguir:

Tabela 11 - Organização da Execução da Política de Assistência Estudantil

EIXOS	AÇÕES	PÚBLICO-ALVO	PROGRAMAS
UNIVERSAL	Atendimento, acolhimento, acompanhamento e demais atividades voltadas aos estudantes realizadas pela equipe da CDAE.	Todos os estudantes regularmente matriculados no IFB.	-
SOCIOECONÔMICO	Concessão de auxílios financeiros e/ou vaga em residência estudantil aos estudantes de forma a prevenir situações de retenção, reprovação ou evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras, bem como outros fatores de vulnerabilidade socioeconômica.	Estudantes com renda per capita de até 1 (um) salário mínimo e meio, sem prejuízo de outros requisitos regulamentados em edital.	<ul style="list-style-type: none"> •Programa Auxílio Permanência; •Programa Auxílio Emergencial; •Programa Residência Estudantil.
DESENVOLVIMENTO PEDAGÓGICO E ACADÊMICO	Concessão de apoio financeiro para execução de atividades voltadas para o desenvolvimento pedagógico e acadêmico dos estudantes	Prioritariamente, os estudantes inseridos nos programas do eixo socioeconômico e/ou com renda per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de outros requisitos regulamentados em edital.	<ul style="list-style-type: none"> •Programa de Monitoria; •Programa de Apoio ao Desenvolvimento Técnico-Científico; •Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer; •Programa de Auxílio Digital.

Essa política é coordenada pela PREN em parceria com os *campi* por meio das coordenações de assistência estudantil, que contam com uma equipe multiprofissional composta minimamente, segundo a legislação em vigor, por assistente social, psicólogo, pedagogo, técnico em Assuntos educacionais e assistente de alunos.

A regulamentação da assistência estudantil, no IFB, é fundamentada na Política de Assistência Estudantil do IFB.

6.2. ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA E ÊXITO

Entende-se que as ações de promoção de permanência e êxito do estudante levam em consideração o direito de todos à educação e visam a garantir a trajetória desses estudantes de maneira a promover seu desenvolvimento, reconhecendo seus saberes, suas experiências de vida e seu conhecimento de mundo.

Para garantir o sucesso das ações de permanência e êxito no IFB, é importante observar aspectos de ordem social, cultural, econômica, territorial, étnico-racial, de gênero e orientação sexual, de acessibilidade, entre outros, visando à formação integral do indivíduo como cidadão, sua inserção no mundo do trabalho e a consequente melhoria da sua qualidade de vida. Deve-se, ainda, considerar que a permanência e o êxito estão intimamente articulados com as questões que envolvem o acesso aos cursos e a inserção sócio profissional. Para tanto, a promoção dessas ações dialoga diretamente com a política de assistência estudantil, com a política de acesso e ingresso e as coordenações dos *campi*.

Nesse sentido, para o êxito escolar, é fundamental que as condições de permanência dos estudantes na instituição estejam fundamentadas em uma concepção democrática em que todos devem ter as mesmas oportunidades, respeitando-se, assim, o princípio constitucional da igualdade, na forma como proposto por Nery Junior (1999, p. 42) “tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades”.

Para a efetivação dessa concepção, o IFB considera o princípio da indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão, desenvolvendo ações para alcançar os objetivos de suas políticas e as metas estabelecidas por meio de práticas, voltadas para o acolhimento e acompanhamento dos estudantes, a assistência estudantil, a formação inicial e continuada dos seus servidores, a prática pedagógica, o desenho e desenvolvimento curricular, os projetos de ensino, gestão e monitoramento da evasão. Esses elementos devem ser considerados com especial relevância em razão de o IFB atender a um percentual significativo de pessoas em situação de vulnerabilidade social, baixa renda, trabalhadores, residentes em localidades distantes dos *campi* e com necessidades educacionais específicas.

Dessa forma, a diminuição dos índices de evasão, de retenção e o baixo rendimento dos estudantes está diretamente relacionada às ações articuladas dos profissionais que atuam no IFB, no cumprimento do compromisso institucional inclusivo, atentando para as determinações do TCU e às orientações da Setec/MEC.

A regulamentação das ações de permanência e êxito está contemplada no plano local de permanência e êxito.

6.3. ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

A organização dos estudantes no dia a dia dos *campi* é incentivada pela instituição e acontece de forma autônoma, por parte dos estudantes, por meio dos grêmios estudantis (para os integrantes do ensino médio) e pelos centros acadêmicos (para os estudantes de graduação). Tais instâncias são de suma importância para fortalecer o espírito democrático do corpo discente e para estabelecer um canal de comunicação entre as direções dos *campi* e os estudantes.

6.4. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

A Política de Acompanhamento de Egressos (PAEG) está articulada à política institucional de extensão do IFB, e é regida pela necessidade da Instituição em promover um conjunto de ações que visam a acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar oportunidades junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

A PAEG foi elaborada pela PREX em 2018, aprovada pelo CS em 11 de dezembro de 2018, por meio da Resolução 43/2018 – RIFB/IFB e tem como princípios a valorização do profissional formado pelo IFB, em conformidade com a proposta institucional, o relacionamento contínuo com o egresso, a oferta de educação continuada, o compromisso e a responsabilidade com a necessidade de formação profissional da comunidade, a avaliação e autoavaliação do profissional egresso do IFB além da continuidade e institucionalização da PAEG.

7. INFRAESTRUTURA

7.1. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES

Atualmente o IFB conta com uma infraestrutura permanente de 10 *campi* em 10 regiões administrativas do Distrito Federal além da sede da Reitoria localizada na Asa Sul. Os 10 *campi* e a Reitoria ocupam uma área total construída de 101.970,96 m². Vale ressaltar que o *Campus* Recanto das Emas foi criado em decorrência da extinção do *Campus* Taguatinga Centro.

O dimensionamento da infraestrutura institucional está apresentado no Plano Diretor de Infraestrutura Física (PDIF). Elaborado pela Diretoria de Engenharia, o PDIF é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos que envolvem a infraestrutura de cada unidade administrativa e, tem por finalidade, atender as necessidades institucionais nesta temática.

A tabela 12 apresenta as áreas construídas e as áreas dos terrenos dos *campi* do IFB. Já as tabelas 13 a 23 apresentam as áreas das instalações físicas de cada unidade, bem como a capacidade de usuários de cada uma delas.

Tabela 12 – Área total construída e área do terreno de cada unidade do IFB

<i>Campus</i>	Área total Construída (m ²)	Área do terreno
BRASÍLIA	25.987,90	42.000,00 m ²
CEILÂNDIA	6.134,25	19.800,00 m ²
ESTRUTURAL	6.134,25	25.054,74 m ²
	9.929,42	75.197,76 m ²

GAMA		
PLANALTINA	14.424,13	760,92 ha = 7.609.200 m ²
RIACHO FUNDO	6.134,25	60.000,00 m ²
RECANTO DAS EMAS	4.174,50	27.556,76 m ²
SAMAMBAIA	9.552,85	30.006,05 m ²
SÃO SEBASTIÃO	6.657,77	31.008,48 m ²
TAGUATINGA	10.285,59	30.000,00 m ²
REITORIA *	2.556,05	7.586,65 m ²
TOTAL	101.970,96	7.957.410,44 m²

*No caso da Reitoria, foi considerado como área construída a área ocupada pela reitoria atualmente no Edifício Siderbrás e área do terreno a área total do edifício.

Tabela 13 - Instalações físicas da Reitoria

Especificações *	Quantidade	Área total (em m ²)
Instalações Administrativas	44	1.434,84
Espaço de Convivência	1	46,50

Auditório/Mini auditório/Sala de reunião	1	49,59
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	13	117,88

* Considerando a ocupação da reitoria nos pavimentos: térreo, 4º, 5º, 6º e 7º andares.

Tabela 14 - Instalações físicas do *Campus Brasília*

Especificações	Quantidade	Área total (m ²)	Capacidade de usuários
Instalações Administrativas	52	1.196	-
Sala de Aula	32	51,90	1280
Sala de Coordenação	12	13,10	-
Sala de Docentes	4	41,67	80
Espaço de Convivência	4	125,00	1200
Biblioteca	1	2.918,74	450
Auditório (obras suspensas)	1	1.600,00	970
Miniauditório e anfiteatros	3	180,00	400

Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	29	21,00	-
Sala de vídeo	2	51,90	60
Laboratórios	24	51,80	557
Laboratório música	1	127,40	80

Tabela 15 - Instalações físicas do *Campus Ceilândia*

Especificações	Quantidade	Área total (m ²)	Capacidade de usuários
Instalações Administrativas	1	1.209,00	80
Sala de aula	12	60,00	400
Sala de coordenação	12	15,00	60
Sala de docentes	1	35,00	30
Espaço de convivência para servidores e terceirizados	2	85,00	60
Biblioteca	1	187,42	50

Auditório	1	163,00	180
Miniauditório e anfiteatros	-	-	-
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados	17	39,00	480
Laboratórios	10	60,00	250

Tabela 16 - Instalações físicas do *Campus Estrutural*

Especificações	Quantidade	Área total (m ²)	Capacidade de usuários
Instalações Administrativas	1	1.209,00	80
Sala de aula	12	60,00	400
Sala de coordenação	12	15,00	60
Sala de docentes	1	35,00	30
Espaço de convivência para servidores e terceirizados	2	85,00	60
Biblioteca	1	184,00	50

Auditório	1	163,00	180
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados	17	39,00	480
Laboratórios de informática	2	60,00	60
Ginásio com quadra poliesportiva e salas de apoio	1	1093,00	100
Almoxarifado	1	75,00	
Cantina com refeitório	1	82,00	100
Oficina mecânica	1	460,00	100

Tabela 17 - Instalações físicas do *Campus Gama*

Especificações	Quantidade	Área total (m ²)	Capacidade de usuários
Instalações Administrativas	37	1.406,00	111
Sala de Aula	22	52,30	960
Sala de Coordenação	23	25,00	69
Sala de Docentes	3	40,00	30

Espaço de Convivência	2	30,00	24
Biblioteca	1	482,20	160
Auditório	1	550,00	237
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	28	13,30	140
Sala de vídeo	-	-	-
Laboratórios	25	66,00	960
Instalações Administrativas	37	38,00	111
Ginásio	1	1.369,00	250
Sala de Artes	1	66,00	40

Tabela 18 - Instalações físicas do *Campus Planaltina*

Especificações	Quantidade	Área total (m ²)	Capacidade de usuários
Instalações Administrativas	14	426,72	-

Sala de Aula	19	1093,64	760
Sala de Coordenação	5	257,93	-
Sala de Docentes	2	105,34	12
Espaço de Convivência	2	427,68	-
Biblioteca	1	732,52	102
Auditório	1	274,00	-
Miniauditório e anfiteatros	1	129,15	-
Banheiros coletivos (incluindo os adaptados)	33	550,77	-
Sala de vídeo	1	50,00	-
Laboratórios	13	880,00	390
Alojamentos	31	1272,55	-
Unidade Ens. e Produção (UEP)	5	500,00	-
Almoxarifado	1	511,42	-

Garagem e Oficinas	1	792,00	-
Mecanização Agrícola	1	-	-

Tabela 19 - Instalações físicas do *Campus* Recanto das Emas

Especificações	Quantidade	Área total (m ²)	Capacidade de usuários
Sala de Aula	7	338,77	247
Sala de Coordenação	2	8,66	1
Sala de Docentes	1	30,69	6
Espaço de Convivência	1	27,96	10
Biblioteca	1	69,30	19
Auditório	1	-	-
Miniauditório e anfiteatros	-	-	-
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	2	67,69	12

Sala de vídeo	-	-	-
Laboratórios	2	68,40	40
Almoxarifado	2	33,68	-
Sala Técnica	1	13,68	-
Copa	1	22,20	8

Tabela 20 - Instalações físicas do *Campus Riacho Fundo*

Especificações	Quantidade	Área total (m ²)	Capacidade de usuários
Instalações Administrativas	9	185,67	47
Sala de Aula	12	109,27	70
Salas de Coordenação	5	88,75	30
Sala de Docentes	1	35,51	15
Espaço de Convivência	1	17,26	12

Biblioteca	1	184,00	52
Auditório	1	217,97	180
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	18	103,83	-
Laboratórios	9	266,71	204
Sala de Reuniões	1	60,63	16
Almoxarifado de Informática	1	16,93	3
Adega/Depósito de bar e restaurante	1	18,26	1
Sala de preparo	1	57,41	4
Depósitos de Insumos	6	23,10	-
Hall de demonstrações	1	128,55	8
Refeitório/ Convivência	1	244,27	72
Cantina	1	17,15	2
Cozinha do Restaurante	1	43,89	6

Lavatório	1	10,57	1
Dispensas	2	24,17	-
Almoxarifado (Expediente)	1	16,40	-
Depósito	1	16,40	-
Sala Multiuso	1	80,59	-
Quadra poliesportiva	1	640,00	-

Tabela 21 - Instalações físicas do *Campus* Samambaia

Especificações	Quantidade	Área total (m ²)	Capacidade de usuários
Instalações Administrativas	40	25,00	-
Sala de Aula	25	52,30	42
Sala de Coordenação	12	25,00	-
Sala de Docentes	1	72,60	-

Espaço de Convivência		1.600,00	-
Biblioteca	1	428,20	154
Auditório	1	501,30	240
Miniauditório e anfiteatros	1	175,80	200
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	24	21,40	6
Sala de vídeo	1	20,00	10
Laboratórios	12	86,00	25
Ginásio Esportivo	1	1.200,00	-

Tabela 22 - Instalações físicas do *Campus* São Sebastião

Especificações	Quantidade	Área total (m ²)	Capacidade de usuários
Instalações Administrativas	12	186,03	45
Sala de Aula	13	701,45	400

Sala de Coordenação	9	201,21	35
Sala de Docentes	4	60,16	25
Sala de Representações Estudantis	2	25,51	10
Espaços de Convivência de Estudantes e Servidores	5	351,97	75
Espaços Cedidos para Cantina	7	103,84	-
Espaço Cedido para o Batalhão Escolar	1	19,41	-
Biblioteca	1	174,51	42
Auditório e Miniauditório	2	303,09	180
Sanitários, Vestiários e Lavabos, incluindo os adaptados	24	326,00	500
Laboratórios	16	862,22	415
Almoxarifado e depósitos	14	351,51	-
Quadra Poliesportiva	1	859,22	240

Tabela 23 - Instalações físicas do *Campus* Taguatinga

Especificações	Quantidade	Área total (m ²)	Capacidade de usuários
Instalações Administrativas	34	23,00	-
Sala de Aula	21	52,00	840
Sala de Coordenação	6	13,00	-
Sala de Docentes	2	20,00	11
Espaço de Convivência	1	100,00	-
Biblioteca	1	500,00	95
Auditório	1	550,00	220
Miniauditório e anfiteatros	2	80,00	120
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	23	13,00	140
Laboratórios	30	60,00	25
Ginásio	1	1.369,00	250
Instalações Administrativas	2	≈ 193,18	30

7.2. BIBLIOTECAS

O IFB possui bibliotecas em todas as suas unidades. Estas contam com infraestrutura adequada e acervo específico para o atendimento da comunidade. Estas contam com acervo específico para o atendimento da comunidade. São bibliotecas informatizadas, portanto, disponibilizam acesso ao acervo por sistema e acesso ao portal de periódicos da CAPES. A infraestrutura das bibliotecas e o acervo estão apresentados na Tabela 24.

A atualização e ampliação do acervo das Bibliotecas dos *campi* do IFB seguem as diretrizes da Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC), elaborada pelo Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Brasília (SIBIFB). Tem como principal fonte os componentes curriculares dos cursos oferecidos pela Instituição, as recomendações do MEC, a legislação vigente e além de sugestões da comunidade acadêmica.

Os profissionais que trabalham nas bibliotecas do IFB atuam de forma integrada, e constituem o fórum de bibliotecários. Instância reconhecida pela instituição, desenvolve atividades periódicas no que se refere a definição de políticas, processos, demandas acadêmicas e procedimentos relacionados a esta temática.

Destaca-se que anualmente são solicitados recursos financeiros para aquisição de materiais bibliográficos, audiovisuais e eletrônicos a fim de que haja o crescimento racional do acervo e se constitua, assim, uma coleção com alto grau de excelência, tanto qualitativa quanto quantitativa, de forma que melhor atenda aos interesses da comunidade.

A Tabela 24 foi elaborada pelo Fórum de bibliotecários, em conformidade com o que dispõe a alínea "a", do Artigo 21, do Decreto N.º 9.235/2017. Apresenta de forma objetiva o estado e o quantitativo atual do acervo, serviços, espaços físicos, acessibilidade, equipamentos, recursos humanos e horário de funcionamento das unidades, bem como a projeção de incremento destes itens para o período de 2019 a 2023.

Tabela 24

Plano de Desenvolvimento Institucional — Sistema de Bibliotecas do IFB																				
*Em consonância com art. 21, inciso IX, alínea "a", do Decreto n.º 9235/2017																				
Biblioteca / Campus	Brasília		Ceilândia		Estrutural		Gama		Planaltina		Recanto das Emas		Riacho Fundo		Samambaia		São Sebastião		Taguatinga	
	2018	2023	2018	2023	2018	2023	2018	2023	2018	2023	2018	2023	2018	2023	2018	2023	2018	2023	2018	2023
Acervo																				
Volumes (exemplares)	22826	25000	4966	5800	2517	4042	5914	6506	12186	13404	4363	5300	6786	7465	7804	11189	4688	5.357	9955	11866
Assinatura de jornais e revistas	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Assinatura para e-books	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Repositório institucional	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Serviços																				
Usuários cadastrados	4795	5034	337	800	1066	1416	2548	2675	825	907	2549	3100	1904	2000	1683	1763	1935	2.582	1850	1942

Empréstimo Domiciliar	13332	18440	1493	3000	3272	3500	3047	3200	2488	2736	550	800	1672	1756	1366	1463	3994	4.474	6802	7142
Renovação	9410	10108	1028	2000	1326	1525	1254	1317	1442	1586	150	250	1039	1091	542	616	1472	1546	3529	3705
Reserva	224	341	155	200	95	105	62	65	44	48	0	10	146	153	2	2	218	229	71	74
Leituras eletrônicas (Base de dados)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	sim	Sim	Sim
Espaço Físico																				
Área em m²	2918,74	2918,74	187,42	187,42	184,0	184,0	482,2	482,2	732,52	732,52	69,3	500,00	184,00	184,0	428,20	428,20	174,51	500,00	500,00	500,00
Sala individual	3	3	0	3	0	0	0	1	1	2	0	1	0	0	1	1	0	1	1	1
Sala de estudo em grupo	5	5	0	3	0	0	3	3	2	1	0	2	0	0	2	2	0	2	Não	6
Sala de processamento técnico	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0	1	1	1
Sala de treinamentos	1	1	0	1	0	0	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	1	Não	1
Capacidade de usuários	450	450	50	50	50	50	160	160	102	102	19	150	52	52	154	120	42	100	95	95
Acessibilidade																				
Rampa	-	-	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não

Elevador	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Balcão Baixo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Acervo em Braille	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	
Equipamentos																					
Computadores para pesquisa	8	20	5	10	17	21	7	10	2	3	6	30	7	15	6	6	17	20	10	10	
Sistema de Segurança	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	
Recursos Humanos																					
Bibliotecário	3	5	1	2	2	3	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
Auxiliar de Biblioteca	4	4	2	2	2	2	3	3	0	0	1	1	2	2	3	2	2	2	2	2	
Demais cargos	3	6	1	1	0	1	1	1	2	3	1	1	1	2	0	1	0	2	0	1	
Horário de Funcionamento																					
Horário de funcionamento	8h às 21h30	8h às 21h30	8h às 21h	8h às 21h	9h às 22h	9h às 22h	8h às 22h	8h às 21h45	8h às 21h	8h às 21h	8h às 22h	8h às 21:30	9h às 21h	8h às 21h	8h às 21h	7h30 às 21h30	7h30 às 21h30	8h às 21h	8h às 21h	8h às 21h	

7.3. LABORATÓRIOS

Distribuídos pelas 10 unidades administrativas do IFB, os laboratórios atendem aos cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação de suas respectivas unidades. As Tabelas de 25 a 34 apresentam o detalhamento do quantitativo de laboratórios por *campus*.

Tabela 25 - Laboratórios do *Campus* Brasília

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis
Eventos Decoração	35	Eventos	Compressores de ar
Prática de Eventos	35	Eventos	Computadores e TV
Cerimonial	35	Eventos	Computadores, TV e equipamentos de Cerimonial
Pilates	35	Dança	Equipamentos de Pilates
Gyrotonic	35	Dança	Equipamentos de Gyrotonic
Anatomia	35	Dança	Equipamentos de Anatomia
Ballet Clássico	35	Dança	Equipamentos de Ballet Clássico
Dança e Tecnologia	35	Dança	Equipamentos de Tecnologia e projetor
Lablnova	35	Todos	Computadores, mesa digital, tela de projeção, projetores, filmadoras, impressora 3D

Física	35	EMI	Equipamentos para ensino de Física
Química e Biologia	35	EMI	Equipamentos para ensino de Química e Biologia
Maker e Matemática	35	Todos	Computadores e projetor
LabLin	30	Todos	Computadores e projetores
LabTexto	30	Todos	Computadores
Artes	20	EMI	Equipamentos para o ensino de Artes
Música	20	EMI	Instrumentos musicais
Informática 01 (207 A)	26	Todos	Computadores e projetor
Informática 02 (208 A)	28	Todos	Computadores e projetor
Informática 04 (209 A)	35	Todos	Computadores e projetor
Informática 03 (210 A)	13	Todos	Computadores e projetor
Informática 05 (212 D)	16	Todos	Computadores e projetor



Informática 06 (208 D)	21	Todos	Computadores e projetor
Informática 07 (211 D)	30	Todos	Computadores e projetor
Informática 08 (210 D)	20	Todos	Computadores e projetor
Informática 09 (207 D)	24	Todos	Computadores e projetor
Informática 10 (209 D)	24	Todos	Computadores e projetor
Informática 11 (206 D)	24	Todos	Computadores e projetor

Tabela 26 - Laboratórios do *Campus* Ceilândia

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis
Informática A	40	FIC Informática Básica para a Terceira Idade; Técnico em Serviços Públicos; Técnico em Infraestrutura Escolar EAD.	20 computadores, projetor e lousa.



Informática B	40	Técnico em Eletrônica, Licenciatura em Letras Espanhol,	20 computadores, projetor e lousa.
		Técnico em Equipamentos Biomédicos	
Informática C	40	Técnico em Eletrônica, Licenciatura em Letras Espanhol,	20 computadores, projetor e lousa.
		Técnico em Equipamentos Biomédicos	
Ciências	40	Técnico Integrado em Eletrônica	Kits experimentais de química, física e biologia.
Equipamentos Biomédicos	40	Técnico em Equipamentos Biomédicos	Equipamentos hospitalares doados por parceiros
			4 bancadas para realização de manutenção
			4 estações de solda
			4 estações de retrabalho



			Equipamentos de solda elétrica
			Equipamentos de confecção de placas de circuito impressos
Segurança do Trabalho	40	Técnico em Segurança do Trabalho	Manequins de simulação de atendimento de emergência
			Equipamentos de segurança e proteção
Fundamentos de Eletricidade	40	Técnico em Eletrônica e Técnico em Equipamentos Biomédicos	10 osciloscópios
			10 geradores de função
			10 fontes de tensão
			10 multímetros de bancada
Eletrônica Digital e Analógica	40	Técnico em Eletrônica e Técnico em Equipamentos Biomédicos	10 osciloscópios
			10 geradores de função
			10 fontes de tensão
			10 multímetros de bancada



Manutenção	40	Técnico em Eletrônica	01 furadeira de bancada
			01 morsa de bancada
			10 estações de retrabalho
			10 bancadas de instalações elétricas
			10 estações de solda
			Equipamentos de manutenção eletrônica
Pneumática, Instalações Elétricas e Robótica	40	Técnico em Eletrônica	06 estações de comandos pneumáticos
			08 estações de energia eólica
			01 pista de corrida de carros robôs autônomos
Laboratório de energias renováveis (Rede e-Tec Brasil)	25[1]	Técnico em Equipamentos biomédicos	Laboratório móvel da rede e-Tec Brasil

Tabela 27 - Laboratórios do *Campus* Estrutural

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis
Laboratório de Informática 01	40	Atualmente: Cursos FIC; Ensino Médio Integrado em Manutenção automotiva; Técnico Subsequente em Manutenção automotiva; PROEJA em Reciclagem Licenciatura em Matemática Previstos para 2019: Especialização em Educação em matemática; Tecnologia em Energias renováveis	10 Bancadas com 04 computadores, cada, totalizando 40 máquinas para estudantes e 01 mesa com 01 computador para o docente. Todas com windows 7 e 3GB de memória ram. 41 cadeiras giratórias. Quadro branco, quadriculado e côncavo, e, telão retrátil para projeção.

Laboratório de Informática 02	40	<p>Atualmente:</p> <p>Cursos FIC;</p> <p>Ensino Médio Integrado em Manutenção automotiva;</p> <p>Técnico Subsequente em Manutenção automotiva;</p> <p>PROEJA em Reciclagem</p> <p>Licenciatura em Matemática</p> <p>Previstos para 2019:</p> <p>Especialização em Educação em matemática;</p> <p>Tecnologia em Energias renováveis</p>	<p>10 Bancadas com 04 computadores, cada, totalizando 40 máquinas para estudantes e 01 mesa com 01 computador para o docente. Todas com windows 7 e 3GB de memória ram. 41 cadeiras giratórias. Quadro branco, quadriculado e côncavo, e, telão retrátil para projeção.</p>
-------------------------------	----	--	---

Laboratório de Física	20	Ensino Médio Integrado em Manutenção Automotiva; Licenciatura em Matemática	<p>Kits Mecânica: Balística, Lançamento Oblíquo; Queda Livre; Coeficiente de Atrito; Trilho de ar com compressor; Viscosímetro de Stokes; Painel de Forças; Painel de movimento circular; conjuntos para estudos de hidrostática e hidrodinâmica, trenas, fio de prumo, esferas metálicas</p> <p>Kits de óptica/ondulatória: cuba de ondas; molas, gerador de ondas estacionárias, disco de newton, alto falantes; lentes; laminas de vidro, lasers, fontes luminosas.</p> <p>Kits de Termologia: calorímetro, motor a vapor; termômetros, pirômetro ótico; dilatômetro; bomba de vácuo; erlenmeyer, balão volumétrico, proveta graduada; pisseta, bico de Bunsen; Becker.</p> <p>Kits eletromagnetismo: Oscilador eletromagnético, cuba para linhas equipotenciais, bobina de Helmholtz; gerador eletrostático, kit de resistores e circuitos, amperímetros, voltímetros, multímetros, ímã, tubo de raios catódicos</p>
Laboratório de Fabricação Mecânica	10	Técnico subsequente e Técnico Integrado em Manutenção Automotiva	Torno Mecânico; Fresadora; Furadeira de bancada; Equipamentos de soldagem;

Laboratório de Projetos e prototipação 3D	10	Técnico subsequente e Técnico Integrado em Manutenção Automotiva	Impressoras 3D
Laboratório de Motores 1	10	Técnico subsequente e Técnico Integrado em Manutenção Automotiva	Motores didáticos; Bancadas e ferramentas
Laboratório de Manutenção Mecânica	20	Técnico subsequente e Técnico Integrado em Manutenção Automotiva	Elevadores Automotivos; Veículos Diversos; Máquina de limpeza de bico; lavadora de peças; Macacos jacaré; bancadas; ferramentas diversas
Laboratório de Sistemas Automotivos	10	Técnico subsequente e Técnico Integrado em Manutenção Automotiva	Elevador Automotivo; Alinhador digital de veículos; Rampa Pneumática; Desmontadora de pneus; balanceadora de pneus
Laboratório de Eletroeletrônica	20	Técnico subsequente e Técnico Integrado em Manutenção Automotiva	Bancadas de eletroeletrônica; multímetros; osciloscópios; bancada de teste de veículo híbrido; Fontes de alimentação
Laboratório de Pneumática	20	Técnico subsequente e Técnico Integrado em Manutenção Automotiva	Bancada didática de eletropneumática
Laboratório de Motores 2	10	Técnico subsequente e Técnico Integrado em Manutenção Automotiva	Dinamômetro de Bancada para 300cv;

Laboratório de Metrologia	40	Técnico subsequente e Técnico Integrado em Manutenção Automotiva	Paquímetros; Micrômetros; relógios Comparadores; Torquímetros
Laboratório de Química e Biologia	20	Técnico em Manutenção Automotiva e Proeja em Reciclagem	Estufa, Balança semi-analítica, Banho-Maria, Bomba de Vácuo, Refrigerador (Geladeira) e computador.
Laboratório de Matemática	25	Licenciatura em Técnico em Manutenção Automotiva e Proeja em Reciclagem	5 computadores

Tabela 28 - Laboratórios do *Campus Gama*

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis
Laboratório de Informática 1	40	Todos os cursos	41 computadores e projetor
Laboratório de Informática 2	40	Todos os cursos	41 computadores e projetor
Laboratório de Informática 3	40	Todos os cursos	41 computadores e projetor
Laboratório de Informática 4	40	Todos os cursos	-

Laboratório de Informática 5	40	Todos os cursos	-
Laboratório de Informática 6	20	Todos os cursos	21 computadores e projetor
Lab. Química Geral e Inorgânica	20	Licenciatura em Química, Técnico em Química e integrado - Técnico em Alimentos.	Estufa, Balança Analítica, Balança semi-analítica, Banho-maria, Bomba de Vácuo, Chapa de aquecimento com agitação, Condutivímetro, medidor de pH, Deionizador, Medidor de Ponto de Fusão e Refrigerador (Geladeira).
Lab. Química Analítica e Orgânica	20	Licenciatura em Química e Técnico em Química.	Estufa, Balança Analítica, Banho-maria, Bomba de Vácuo, Centrífuga Refrigerada, Condutivímetro, Medidor de pH, Deionizador, Medidor de Ponto de Fusão, Mufla e Refrigerador (Geladeira).
Lab. Processos e Físico-Química	20	Licenciatura em Química, Técnico em Química	Balança Analítica, Balança semi-analítica, Banho-maria, Bomba de vácuo, Condutivímetro, Estufa e Refrigerador (Geladeira).
Lab. Análise Instrumental	20	Licenciatura em Química e Técnico em Química.	Balança Analítica, Banho-maria, Bomba de Vácuo, Condutivímetro, Estufa, Medidor de pH, Turbidímetro, Refratômetro, Cromatógrafo Gasoso e Refrigerador (Geladeira).
Lab. Pesquisa e Extensão	20	Licenciatura em Química e Técnico em Química.	Estufa, Balança Analítica, Banho-maria, Bomba de Vácuo,



			Centrífuga, Condutivímetro, Medidor de pH e Refrigerador (Geladeira).
Lab.de Microbiologia	20	Técnico em Química e Integrado - Técnico em Alimentos.	Estufa bacteriológica (TE- 392/2_ TECHNICAL), Banho-maria (Centauro), Centrífuga refrigerada para eppendorfs (SL-703/ Solab Científica), Medidor de pH (MS Tecnopon), Estereomicroscópio (Tecnival), Balança (Shimadzu), Balança analítica (Bel), Contador de colônia (EI TKS)
Lab. de Ciências	20	Licenciatura em Química e Técnico em Química.	-
Lab. de Ciências Ambientais	20	Técnico em Agronegócios	Banho termostatizado, Condutivímetro Peagâmetro
Lab. de qualidade e propriedades físico-químicas de produtos vegetais	20	Técnico em Agronegócios Licenciatura em Química	Câmara Climática, Câmara Climática do tipo B.O.D, Condutivímetro Peagâmetro, Kit para densidade de grãos
Lab. de Alimentos 1	20	Integrado - Técnico em Alimentos	
Lab. de Alimentos 2	20	Integrado - Técnico em Alimentos	
Lab. de Logística	20	Técnico em Logística	



Lab. de Cooperativismo	20	Técnico em Cooperativismo	
Lab. de Gestão 1	20	Técnico em Logística; Técnico em Cooperativismo; Proeja em Administração	
Lab. de Gestão 2	20	Técnico em Logística; Técnico em Cooperativismo; Proeja em Administração	

Tabela 29 - Laboratórios do *Campus Planaltina*

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis
Microscopia	30	Tecnológico Agroecologia Técnico; Agropecuária; Lic. Biologia; Técnico Agroindústria	Microscópios ópticos Lupas estereoscópicas



Física	30	Tecnológico Agroecologia; Técnico Agropecuária; Lic. Biologia; Técnico Agroindústria	
Línguas	30	Tecnológico Agroecologia; Técnico Agropecuária; Lic. Biologia; Técnico Agroindústria PRONATEC	
Artes Plásticas	30	Tecnológico Agroecologia; Técnico Agropecuária; Lic. Biologia; Técnico Agroindústria	
Química	30	Tecnológico Agroecologia; Técnico Agropecuária; Lic. Biologia; Técnico Agroindústria	



Informática 1	40	Tecnológico; Agroecologia; Técnico Agropecuária; Lic. Biologia; Técnico Agroindústria PRONATEC	Computador
Informática 2	40	Tecnológico; Agroecologia; Técnico Agropecuária; Lic. Biologia; Técnico Agroindústria PRONATEC	Computador

Tabela 30 - Laboratórios do *Campus* Recanto das Emas

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis
Laboratório de áudio e vídeo 01	20	Técnico em Comércio FIC em Gestão Comercial Especialização em Gestão Pública Cursos de EaD	20 Máquinas e projetor.

Laboratório de áudio e vídeo 02	20	Técnico em Comércio FIC em Gestão Comercial Especialização em Gestão Pública Cursos de EaD	20 Máquinas e projetor,
---------------------------------	----	---	-------------------------

Tabela 31 - Laboratórios do *Campus* Riacho Fundo

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis
Laboratório de Informática	24	Técnico em Transações Imobiliárias, em Recursos Humanos, em Cozinha, Informática; Cursos dos Programas Mulheres Mil e Pronatec.	25 computadores com monitor e periféricos.
Laboratório de Cozinha	18	Técnico em Cozinha Informática Técnico em Panificação Cursos dos Programas Mulheres Mil e Pronatec	Forno elétrico; fogão industrial; refrigerador, 2 freezers horizontais, forno micro-ondas e 4 mesas aço inox

Laboratório de Bar e Restaurante	08	Sommelier de cervejas	Refrigerador duplex, máquina de café expresso, moedora de grãos, conj. de mesa em madeira retangular, 3 bancos de bar Paris em madeira e 1 armário alto
Laboratório de gastronomia	25	Técnico em gastronomia	Equipamentos dos cursos da área de gastronomia

Tabela 32 - Laboratórios do *Campus* Samambaia

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis
Informática I	35	Cursos FIC, Técnico em Edificações, Controle Ambiental	Projektor Multimídia, CPU Desktop 6005 pro, monitor, mesa retangular, 2 cadeiras Giratória, quadro branco côncavo
Informática II	35	Cursos FIC, Técnico em Edificações, Controle Ambiental	Projektor Multimídia; CPU Desktop 6005 pro; monitor, mesa retangular, cadeiras giratórias, quadro branco côncavo.
Informática III	40	Cursos FIC, Técnico em Edificações, Controle Ambiental	Projektor multimídia, CPU Desktop 6005 pro; monitor, mesa retangular, cadeira giratória, quadro branco

Topografia	20	Cursos FIC e Técnico em Edificações	Estação total de topografia, nível eletrônico de precisão digital, nível Ótico AT-G6 com tripé e mira, par medidor GPS, teodolito Eletrônico; trena a laser Óptica, armário alto, mesa retangular e cadeira para laboratório
Solos	20	Cursos FIC e Técnico em Edificações	Agitador de peneiras, aparelho Casagrande elétrico com contador de golpes analógico, aparelho dispersor de solos de bancada, balança de precisão, balança eletrônica, carrinho com duas plataformas para transporte, conjunto para ensaio abr em campo, cronômetro digital portátil, Catalogar de temperatura e umidade , destilador de água tipo pilsen, destilador de Femel, dispersor de solos, estufa de secagem e esterilização, extrator de amostras hidráulico cbr/proctor/marshall, furadeira de impacto profissional, makita , medidor de PH digital, medidor de Umidade tipo Speedy, mesa para pesagem hidrostática, mesa vibratória em aço , penetrômetro de cone manual para solos, penetrômetro universal simples , permeâmetro carga constante, permeâmetro carga variável , prensa eletromecânica automática , relógio comparador, repartidor de Amostras, soquete cilíndrico, tanque para banho de provetas com aquecimento , Projetor Multimídia , CPU , Monitor LCD 20" , NOTEBOOK, frigobar, cadeira para laboratório, mesa retangular, mesa reta

Águas e efluentes	25	Cursos FIC e Técnico em Controle Ambiental	<p>Mesa reta, quadro branco, bomba de vácuo e ar comprimido, forno elétrico para tratamento térmico , sistema global de Posicionamento via satélite - GPS, chuveiro lava-olhos, espectrofotômetro digital, medidor portátil de Oxigênio, garrafa de van dorn, fotômetro de chama, triturador trifásico, Banho termostático, Destilador de água tipo pilsen, capela para exaustão de gases, agitador Magnético com aquecimento, moinho de facas tipo willye superstar, medidor de PH, coluna deionizador água, cronometro digital portátil, turbidimetro portátil, datalogger de temperatura e umidade, termômetro digital portátil (tipo espeto), chapa aquecedora, bancada para laboratório tipo plataforma para 05 pessoas , refrigerador, balança aço carbono , estufa de esterilização e secagem, lavador Automático de Pipetas</p> <p>decibelímetro digital portátil, manta aquecedora, Jar Test 6 provas digital programável completo, triturador de resíduos orgânicos, britador de mandíbulas e Projector.</p>
-------------------	----	--	--

Microbiologia	25	Cursos FIC e Técnico em Controle Ambiental	Mesa reta, quadro branco, microscópio Biológico Binocular, Microscópio com câmera biológico trinocular, chuveiro lava-olhos, banqueta, contador digital de colônias, autoclave vertical, incubadora Bod Microprocessada, estereomicroscópio binocular, banho termostático, bancada para laboratório tipo plataforma, refrigerador Duplex, agitador de tubos tipo vortex, lavador Automático de Pipetas, agitador mecânico, bancada de Fluxo laminar horizontal, balança analítica digital, britador de mandíbulas, mesa retangular, mesa retangular, frigobar, CPU, monitor, Impressora, quadro branco com cavalete e Projetor Multimídia.
---------------	----	--	--

Materiais de Construção	20	Cursos FIC e Técnico em Edificações	<p>Luxímetro digital, Luxímetro digital portátil, megômetro digital para medição de resistência de isolamento, tensão alternada e continuidade, multímetro digital, osciloscópio, osciloscópio digital portátil, terrômetro, medição de tensão e resistência de aterramento, aparelho de Vicat, aparelho medidor de ar incorporado para concreto, aparelho medidor de impulso ultrassônico portátil, aparelho para determinação da superfície específica do cimento, aparelho para determinação do teor de ar incorporado ao concreto fresco, aparelho para determinar retenção de água em argamassas, argamassadeira de movimento planetário para mistura de cimentos e argamassas, balança de precisão, balança digital, betoneira, bigorna para calibração de esclerômetro, bomba de vácuo e ar comprimido, célula de carga triaxial, comparador de expansibilidade/retração com barra padrão de aço, cronômetro digital portátil, esclerômetro modelo N(suíço) de impacto Schmidt para determinação "in loco" , estufa para secagem e esterilização, makita, máquina para ensaios de abrasão tipo Los Angeles</p> <p>máquina Universal de ensaios mecânicos em materiais, medidor de ar incorporado pelo método pressométrico em argamassa, medidor portátil de consistência do concreto fresco em formas e moldes, motobomba autoescorvante com motor elétrico trifásico, prensa hidráulica elétrica digital, prensa Manual, relógio comparador com base magnético, relógio comparador curso de 10mm, relógio comparador curso de 20mm, termômetro digital portátil, trena a Laser Óptica, vibrador imersão para concreto.</p>
-------------------------	----	-------------------------------------	---

Laboratório Rede e-Tec Brasil	25	Cursos na área de movelaria	Equipamentos dos cursos da área de movelaria
-------------------------------	----	-----------------------------	--

Tabela 33 - Laboratórios do *Campus* São Sebastião

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis
Secretariado e Secretaria Escolar	25	Cursos de Formação Inicial e de Qualificação Profissional, Técnico Integrado em Administração, Técnicos Subsequentes em Secretariado e em Secretaria Escolar, PROEJA em Secretariado, Curso Superior de Tecnologia em Secretariado	Mesas para simulações, balcão, mesas redondas, armários, cadeiras e material para cerimoniais e receptivos.
Química	25	Técnicos Integrados em Administração e em Desenvolvimento de Sistemas Educacionais, PROEJA em Secretariado	Equipamentos didáticos e de pesquisa nas áreas de Química Geral, Química Analítica, Físico-Química, Química Orgânica, entre outras.
Biologia	25	Técnicos Integrados em Administração e em Desenvolvimento de Sistemas Educacionais, PROEJA em Secretariado,	Equipamentos didáticos e de pesquisa nas áreas de Biologia Celular, Biologia Celular, Botânica, Agroecologia, Entomologia, Zoologia, entre outras.

		Licenciatura em Pedagogia	
Física	25	Técnicos Integrados em Administração e em Desenvolvimento de Sistemas Educacionais, PROEJA em Secretariado	Equipamentos didáticos e de pesquisa nas áreas de Cinemática, Mecânica, Ondulatória, Ótica, Eletricidade, entre outras.
Multimeios Didáticos	30	Cursos de Formação Inicial e de Qualificação Profissional, Cursos Técnicos Integrados e Subsequentes, Cursos Superiores de Licenciatura e de Tecnologia	Projetor, sistema de som, câmera, mesas trapezoidais, armários.
Cocreation Lab Ipê Amarelo	25	Cursos de Formação Inicial e de Qualificação Profissional, Cursos Técnicos Integrados e Subsequentes, Cursos Superiores de Licenciatura e de Tecnologia	Mesas e cadeiras para atividades individuais e em conjunto, material de multimídia, televisor, armários.
LudoIF	15	Cursos de Qualificação Profissional em Monitor Infantil, Licenciatura em Pedagogia	Equipamentos didáticos e de pesquisa do curso de Pedagogia, brinquedos, jogos pedagógicos e livros infantis, mobiliário adaptado para trabalho com crianças
Ateliê de Artes	25	Cursos de Formação Inicial e de Qualificação Profissional, Técnicos Integrados em Administração e em Desenvolvimento de Sistemas Educacionais,	Materiais didáticos de artes plásticas, armários para guarda de insumos e produções, mesas de trabalho



		Licenciatura em Pedagogia	
Leitura e Produção de Textos	15	Cursos Técnicos Integrados, Licenciatura em Letras-Português	Computadores e estações de trabalho, livros didáticos e paradidáticos de Língua Portuguesa, livros de literatura
Robótica e Aplicativos	25	Cursos de Formação Inicial e de Qualificação Profissional na área de Informática, Cursos Técnicos Integrados em Administração e em Desenvolvimento de Sistemas Educacionais, Curso Subsequente em Desenvolvimento de Sistemas Educacionais	Computadores de última geração, celulares, kits de robótica, drones, impressoras 3-D, kits arduino, sensores, entre outros materiais de prototipagem
Informática 1	26	Cursos de Formação Inicial e de Qualificação Profissional, Cursos Técnicos Integrados e Subsequentes, Cursos Superiores de Licenciatura e de Tecnologia	Computadores para atividades didáticas
Informática 2	26	Cursos de Formação Inicial e de Qualificação Profissional, Cursos Técnicos Integrados e Subsequentes, Cursos Superiores de Licenciatura e de Tecnologia	Computadores para atividades didáticas
Informática 3	31	Cursos de Formação Inicial e de Qualificação Profissional, Cursos Técnicos Integrados e Subsequentes,	Computadores para atividades didáticas

		Cursos Superiores de Licenciatura e de Tecnologia	
Informática 4	31	Cursos de Formação Inicial e de Qualificação Profissional, Cursos Técnicos Integrados e Subsequentes, Cursos Superiores de Licenciatura e de Tecnologia	Computadores para atividades didáticas
Informática 5	41	Cursos de Formação Inicial e de Qualificação Profissional, Cursos Técnicos Integrados e Subsequentes, Cursos Superiores de Licenciatura e de Tecnologia	Computadores para atividades didáticas
Viveiro	25	Cursos de Formação Inicial e de Qualificação Profissional, Cursos Técnicos Integrados	Ferramentas e equipamentos para atividades didáticas e de pesquisa de produção de mudas e manejos agroecológicos

Tabela 34 - Laboratórios do *Campus* Taguatinga

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis
Fabricação Mecânica	16	Eletromecânica / Refrigeração / Mecatrônica / Automação Industrial / Engenharia	8 tornos, 2 fresas, 2 retíficas, centro de usinagem, torno CNC, afiadora, furadeira de coluna, 10 moto-esmeril, 2 curvadores de tubo e girafa.

Eletrônica	32	Eletromecânica / Refrigeração / Mecatrônica /Automação Industrial / Engenharia	16 fontes de tensão, 21 osciloscópios, 16 geradores de funções, 25 multímetros digitais, 29 alicates amperímetros, 1 fresadora CNC, 1 fresadora Laser, 2 fornos, 2 estações de solda, 1 banho químico, 1 posicionador de componentes eletrônicos, 3 computadores, ferramentas diversas, Data show.
Materiais	8	Eletromecânica / Refrigeração / Mecatrônica / Automação Industrial / Engenharia / Física	Máquina de ensaio universal, embutidora metalográfica, 2 politrizes metalográficas, durômetro, computador.
Soldagem	16	Eletromecânica / Refrigeração / Mecatrônica /Automação Industrial / Engenharia	8 máquinas de solda elétrica, 3 máquinas TIG, máquina MIG-MAG, cilindros de gás, EPIs e ferramentas, computador
Metrologia	16	Eletromecânica / Refrigeração / Mecatrônica /Automação Industrial / Engenharia / Física	Máquina de medição por coordenadas, projetor de perfil, microscópio de medição, câmera termográfica, medidor de vibração, medidor de espessura por ultrassom, calibrador de paquímetro, calibrador de relógio comparador e calibrador de micrômetro, 140 paquímetros, 160 micrômetros, 40 relógios comparadores, 40 relógios apalpadores, 9 jogos de blocos padrão, 50 suportes, 2 computadores e projetor.
Pneumática/ Hidráulica/ Manutenção Industrial	32	Eletromecânica / Refrigeração / Mecatrônica /Automação Industrial / Engenharia	12 bancadas de pneumática, 4 bancadas de hidráulica, e controle, peças de máquinas diversas e ferramentas, computador e projetor

Laboratório de robótica, automação e controle.	32	Eletromecânica / Refrigeração / Mecatrônica / Automação Industrial / Engenharia	12 montagens de automação, 8 bancadas de CLP, 1 braço robótico de 6 eixos, 2 bancadas de controle contínuo, banquetas, mesas, cadeiras, armários, computadores e Datasow.
Eletrotécnica	32	Eletromecânica / Refrigeração / Mecatrônica / Automação Industrial / Engenharia / Física / Informática	1 bancada didática, 1 kit de eletrotécnica, 1 kit de medidas elétricas, 1 kit de servo comando, 1 kit de partida estática, 1 kit de CLP, 1 computador, Datashow.
Laboratório de Pesquisas Têxteis	32	Vestuário / Modelagem do Vestuário / Design de Moda / Artesanato	3 mesas retangulares, 4 armários, 3 máquinas de costura, 1 computador, 1 arara fixa preta, 1 vitrine com rodas, 1 mesa professor com cadeira, 1 Datashow e 1 quadro branco
Laboratório de Projetos do Vestuário	16	Vestuário / Modelagem do Vestuário / Design de Moda / Artesanato	1 mesa retangular, cadeiras, 1 ferro industrial, 4 máquinas de costura, 1 plotter, 2 computador, 2 mesas L, 3 armários, 1 mesa digitalizadora, 1 Datashow e 1 quadro branco
Laboratório de Manualidades	32	Vestuário / Modelagem do Vestuário / Design de Moda / Artesanato	4 mesas de Apoio, banquetas, cadeiras, 6 armários, manequins, 1 prensa térmica, 1 Datashow e 1 quadro branco
Ateliê de Confecção	32	Vestuário / Modelagem do Vestuário / Design de Moda / Artesanato	1 Mesa de corte, banquetas, 26 máquinas de costura, cadeiras, 1 armário, 1 ferro industrial, 1 Datashow e 1 quadro branco
Laboratório de Costura	32	Vestuário / Modelagem do Vestuário / Design de Moda / Artesanato	1 Mesa de corte, banquetas, 28 máquinas de costura, cadeiras, 1 armário, 1 ferro industrial, 1 Datashow e 1 quadro branco



Estúdio LINFA	16	Vestuário / Modelagem do Vestuário / Design de Moda / Artesanato	Araras fixas e móveis, manequins, armários, material de consumo, 1 Datashow e 1 quadro branco
Ateliê de Moulage	16	Vestuário / Modelagem do Vestuário / Design de Moda / Artesanato	Mesas de apoio de modelagem, cadeiras, banquetas, manequins acolchoados, armários, 1 mesa professor com cadeira, 1 Datashow e 1 quadro branco
Laboratório de Produção	32	Vestuário / Modelagem do Vestuário / Design de Moda / Artesanato	1 Mesa para enfiar e corte, máquinas de costura, 1 máquina de bordar, 1 máquina de enfiar, armários, 1 Datashow e 1 quadro branco
Laboratório de Modelagem	32	Vestuário / Modelagem do Vestuário / Design de Moda / Artesanato	4 Mesas para corte e modelagem, cadeiras, 2 máquinas de costura, armários, manequins acolchoados, 1 prensa térmica, 1 mesa professor com cadeira, 1 Datashow e 1 quadro branco
Desenho	32	Eletromecânica / Refrigeração / Mecatrônica /Automação Industrial / Engenharia / Vestuário/ Design de Moda/ Artesanato	32 pranchetas e bancos, 1 Datashow
Laboratório Móvel de Robótica Educativa	25	Eletromecânica / Refrigeração / Mecatrônica /Automação Industrial / Engenharia / Bacharelado em Ciência da Computação / Licenciatura em Computação	Equipamentos para aula de robótica educativa
Laboratório Multidisciplinar de Computação	40	Bacharelado em Ciência da Computação / Licenciatura em Computação /	3 notebooks, 5 notebooks híbridos, cabos de redes, alicates de crimpagem, fontes, projetor, quadro branco.



		Manutenção e Suporte em Informática	
Laboratório de Hardware e Cabeamento Estruturado	40	Bacharelado em Ciência da Computação / Licenciatura em Computação / Manutenção e Suporte em Informática	3 notebooks, 5 notebooks híbridos, cabos de redes, alicates de crimpagem, fontes, projetor, quadro branco.
Laboratório de Programação 1	40	Bacharelado em Ciência da Computação / Licenciatura em Computação / Manutenção e Suporte em Informática	40 computadores, projetor, quadro branco.
Laboratório de Programação 2	24	Bacharelado em Ciência da Computação / Licenciatura em Computação / Manutenção e Suporte em Informática	24 computadores, projetor, quadro branco.
Laboratório de Computação Científica e de Alto Desempenho	6	Bacharelado em Ciência da Computação / Licenciatura em Computação / Manutenção e Suporte em Informática	6 workstations.
Laboratório de Redes e Sistemas Operacionais	40	Bacharelado em Ciência da Computação / Licenciatura em Computação / Manutenção e Suporte em Informática	40 computadores, projetor, quadro branco.

Laboratório de Programação 3	40	Bacharelado em Ciência da Computação / Licenciatura em Computação / Manutenção e Suporte em Informática	40 computadores, projetor, quadro branco.
------------------------------	----	---	---

7.4. RECURSOS TECNOLÓGICOS E DE AUDIOVISUAL

Dada a diversidade de eixos tecnológicos, de cursos e de atividades de ensino, pesquisa e extensão nos dez *campi* do IFB, cada unidade administrativa possui seus próprios recursos tecnológicos e equipamentos de audiovisual. Estes recursos estão disponíveis para os professores utilizarem em suas salas de aula, laboratórios e nos auditórios dos *campi* da instituição.

Além dos recursos dos *campi*, o IFB possui um espaço destinado à produção de videoaulas e outros materiais audiovisuais sob responsabilidade da Diretoria de Educação a Distância.

7.5. PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO À PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS

O Plano de Acessibilidade visa a orientar o IFB na adequação de sua infraestrutura física, no sentido de atender às orientações legais e estar em consonância com sua política de inclusão. A partir das reuniões das coordenações dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napnes) com a Coordenação de Ações Inclusivas e da realização do Seminário sobre Acessibilidade Arquitetônica no IFB, promovido em 23 de setembro de 2013, com a presença do, na época, Núcleo de Engenharia do IFB (atualmente Diretoria de Engenharia - IFB), concluiu-se que todos os



projetos executivos de construção dos espaços devem prever acessibilidade e facilidade de locomoção para pessoas com deficiência. Além disso, as áreas já construídas e que não possuem acessibilidade, deverão passar por adequações gradativas a curto e médio prazo. O IFB tem embasado todas as suas ações relativas à acessibilidade nas Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) NBR 9050. “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”, NBR 9077/2001 - “Saídas de Emergência em Edifícios”, NBR 16537 - “Acessibilidade – Sinalização Tátil no piso – Diretrizes para Elaboração de Projetos e Instalação”, e NBR 13994/1999 - “Elevadores de Passageiros – Elevadores para Transporte de Pessoas com Deficiência”, dentre outras.

Ainda, conforme o Decreto n.º 5.296, de 2004, que regulamenta as Leis n.ºs 10.048 e 10.098, de 2000, cuja prioridade de atendimento é para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o IFB pretende atender às suas normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade às pessoas com deficiência, de acordo com o que foi definido no artigo 2º:

Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2000).

O Decreto supracitado define ainda que, “barreira é qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas”. No artigo 24, afirma que:

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. (BRASIL, 2000)

Nesse contexto, o IFB por meio de seus Napnes, realizou um *checklist* da acessibilidade e identificou algumas barreiras. Para eliminá-las, o IFB está gradativamente redimensionando seus espaços para acesso de todos os usuários,

adequando sanitários, alargando portas e vias de acesso, construindo rampas, instalando corrimãos e colocando sinalização tátil e visual; bem como adquirindo mobiliário acessível, cadeira de rodas, material desportivo acessível e outros recursos de tecnologia assistiva.

Espaços

O plano prevê propostas para a eliminação de desníveis ou tratamento dos desníveis existentes conforme as normas vigentes, para a eliminação de limitação ao alcance manual (em balcões de atendimento, lavatórios e bebedouros, por exemplo) e para a adequação de áreas para manobras sejam externas ou internas. Gradativamente serão adequados os espaços (blocos de salas de aula, salas de aula, laboratórios, bloco administrativo, auditório, ginásio de esportes, estacionamento, biblioteca e refeitório), quando couber, de forma a garantir minimamente a acessibilidade a todo público.

As novas obras e reformas devem prever o que regem as Normas Regulamentadoras, especialmente a NR 17 - ergonomia, no que concerne a iluminação, a ventilação, conforto térmico e acústico dos ambientes, bem como atender e conciliar as exigências de várias outras normas, como as relacionadas a acessibilidade, as do Código de Edificações do DF, as normas do CBM-DF, do Contran e várias outras mais.

Para tal foi elaborado o zoneamento dos *campi*, especificando as áreas administrativas, educacionais, de serviços de alimentação, serviços de saúde, moradias estudantis, áreas esportivas, áreas de produção e experimentos e seus respectivos acessos e circulações. A partir do zoneamento foi providenciado um plano diretor para a execução de tais ações contemplando:

- A circulação interna dos *campi*;
- os refeitórios;
- os ginásios de esportes;
- os auditórios;
- os mobiliários;
- os serviços de transporte;
- as edificações;
- os sistemas de comunicação e informação;
- o serviço de tradutor e intérprete de Libras; e
- os dispositivos.

Para acompanhar as permanentes adequações em prol da acessibilidade, o IFB conta com uma equipe permanente composta por engenheiros e arquitetos e urbanistas, além de representantes dos Napnes.

7.6. CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA

Uma vez que a instituição já se consolidou no Distrito Federal, implantando com sucesso seus 10 *campi* em regiões administrativas distintas, serão poucas as alterações nos espaços físicos das dez unidades.

No entanto, há previsão de construção das seguintes edificações, que serão distribuídas em todas as unidades do IFB:

- Construção de 10 Centros de Formação Tecnológica, 1 em cada *campi* do IFB;
- Construção de mais 1 Residência Estudantil no *Campus* Planaltina;
- Construção de uma Biblioteca no *Campus* Recanto das Emas;

Além das construções citadas anteriormente, as quais acarretarão no aumento da área construída das unidades do IFB, estão em andamento os seguintes serviços:

- Implantação de usinas de geração de energia fotovoltaica nos 10 *campi* do IFB;
- Entrega da reforma dos telhados da Biblioteca, blocos de salas de aulas A e B e Ginásio do *Campus* Brasília;
- Projeto para estabilizar as lagoas de águas pluviais do *Campus* Estrutural;
- Reforma do 8º andar do Siderbrás e adequações nas redes de água e esgotos, banheiros e nas copas do 5 e 6º andares;
- Contratação de empresa para desenvolver projetos para aprovação no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

8. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

8.1. PROCEDIMENTOS DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O processo de autoavaliação institucional está a cargo da Comissão Própria de Avaliação (CPA). Formada por representantes eleitos das classes dos estudantes, técnicos, docentes e comunidade externa, a CPA realiza, periodicamente, a autoavaliação institucional sob o prisma dos processos de reconhecimento dos cursos superiores e do credenciamento da instituição junto ao Ministério da Educação - MEC.

Recentemente o regimento interno da CPA foi revisto e aprovado pelo Conselho Superior por meio da resolução n.º 33/2018. A revisão teve como principal característica a adequação do regulamento a estrutura multicampi da instituição na perspectiva de ampliar a participação da comunidade no planejamento e na execução dos processos de avaliação institucional.

O projeto de avaliação interna considera as dimensões da Lei n.º 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES:

- a) A missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- b) A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- c) A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- d) A comunicação com a sociedade;
- e) As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- f) Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

- g) Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- h) Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
- i) Políticas de atendimento aos estudantes;
- j) Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

8.1.1. Metodologia

As ações desenvolvidas pela CPA para a realização da autoavaliação institucional, em conformidade compreendem:

- a) Sensibilização, envolvimento e mobilização da comunidade acadêmica;
- b) Levantamento da documentação, dados e indicadores institucionais junto a unidades acadêmicas e administrativas do IFB;
- c) Elaboração e aplicação de instrumentos de avaliação aos diferentes segmentos do IFB;
- d) Elaboração do relatório final;
- e) Divulgação e discussão dos resultados alcançados.

8.1.2. Instrumentos externos

Compreende os mecanismos de avaliação de responsabilidade do INEP e outros órgãos, como previstos na Lei n.º 10.861/ 2004. Tais mecanismos compreendem:

- a) Avaliação das Instituições de Ensino Superior - AVALIES, responsabilidade do INEP e realizado no processo de credenciamento da instituição como IES;
- b) Avaliação dos Cursos de Graduação - ACG, responsabilidade do INEP e realizado no processo de reconhecimento ou renovação de reconhecimento dos diversos cursos de graduação da instituição;
- c) Avaliação de Desempenho dos Estudantes - ENADE, conforme o Art. 5º da Lei n.º 10.861, de 2004;

- d) Avaliações da CAPES para credenciamento ou renovação de credenciamento de cursos de pós-graduação mantido pelo IFB;
- e) Cadastro Nacional de Docentes;
- f) Censo da Educação Superior;
- g) Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM);
- h) Demais sistemas de acompanhamento e supervisão da educação.

8.1.3. Instrumentos internos

O Processo de autoavaliação partiu da revisão dos instrumentos elaborados pela gestão da CPA 2010/2012. A reelaboração teve como referência os cinco eixos que englobam as dez dimensões do SINAES, presentes no documento Avaliação Institucional Externa, que subsidiam o ato de credenciamento e recredenciamento institucional e transformação de organização acadêmica.

Para divulgação do processo de autoavaliação, a CPA realiza visitas aos *campi*, apresenta a proposta e sensibiliza quanto à importância da participação nesse processo. O questionário de avaliação institucional é aplicado de forma eletrônica.

8.1.4. Formas de participação da comunidade acadêmica

A avaliação deve preferencialmente ocorrer em horário que viabilize a maior participação possível de membros da comunidade acadêmica.

8.1.5. Formas de utilização dos resultados das avaliações

Os resultados do processo dão subsídio à definição e implementação das políticas acadêmicas que o processo avaliativo sugerir, assim como, às ações internas e reformulação do planejamento estratégico institucional. O conhecimento, gerado pelo processo de autoavaliação tem a finalidade clara de priorizar ações de curto, médio e longo prazo, planejar de modo compartilhado e estabelecer etapas para alcançar metas que comprometam a Instituição para o futuro.

Os relatórios gerados servem para que a Instituição identifique acertos, ineficiências, vantagens, potencialidades e dificuldades envolvidas no processo e que

suscitam uma reflexão sobre as causas das situações positivas e negativas, assumindo assim a direção efetiva de sua gestão política, acadêmica e científica. Também servem de base para revisão do planejamento dos projetos pedagógicos dos cursos.

O conhecimento das estratégias adequadas norteia as decisões no sentido de disseminá-las. As formas de ação que não apresentam resultados satisfatórios podem ser modificadas, buscando-se alternativas para novos caminhos. Uma vez que o trabalho tem como objetivo apontar pontos fortes e fracos da Instituição, permitindo alterações favoráveis, os resultados são analisados pelos diretores, coordenadores, professores e, especialmente, pela Comissão Própria de Avaliação - CPA.

9. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

9.1. DEMONSTRAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

A proposta orçamentária dos Institutos Federais, conforme dispõe a Lei n.º 11.982, de 29 de dezembro de 2008, é elaborada pelos *campi* e Reitoria, exceto no que diz respeito às despesas de pessoal, encargos sociais e benefícios de servidores. Desde a criação dos Institutos Federais, a proposta orçamentária é validada pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF.

O FORPLAN, por meio de uma comissão de orçamento, elabora a proposta de Matriz Orçamentária para o próximo exercício financeiro, denominada Matriz CONIF, em geral, no fim do primeiro semestre de cada ano, e apresenta ao CONIF para validação que, por sua vez, apresenta à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC para aprovação final. Atualmente, a sistemática da elaboração está baseada, principalmente, no número de alunos de cada *campus* "pré-expansão" e na quantidade de *campus* do tipo "expansão". Os *campi* "pré-expansão" são aqueles já existentes antes da criação dos Institutos Federais pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, enquanto que os *campi* "em expansão" são aqueles criados concomitantemente à lei e permanecem nesse status durante cinco anos. Após cinco anos o *campus* passa a ser considerado "pré-expansão".

A metodologia da Composição da Matriz CONIF utiliza como principais parâmetros os seguintes elementos para constituição dos valores orçamentários:

- Número de alunos ponderados por cursos de custo baixo, médio e alto;
- Número de alunos de cursos agropecuários;
- Número de *campus* em expansão da Rede Federal;
- Alunos de Ensino a Distância;
- Alunos em Regime de Internato Pleno – RIP;
- Discriminação do número de alunos por nível de ensino (ensino médio, técnico, tecnológico, licenciatura, graduação, pós-graduação).

Em 20 de maio de 2021, por meio da Portaria MEC n.º 319, foi instituída comissão paritária para análise da Matriz CONIF.

9.1.1. Estratégia de gestão econômico-financeira

A elaboração da proposta orçamentária do IFB está ligada diretamente ao ciclo orçamentário do Governo Federal, ou seja, o orçamento institucional deve estar em consonância com o Plano Plurianual (PPA) e os seus programas, objetivos e iniciativas. Nesse sentido, a proposta orçamentária do IFB segue as diretrizes da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que serve de base para a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

O Orçamento do IFB contempla os seguintes Programas do PPA: Programa Educação Profissional e Tecnológica; Programas de Gestão; Manutenção e Serviços ao Estado e Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação e Previdência de Inativos e Pensionistas da União. Estes programas se subdividem em Ações Orçamentárias, das quais resultam em produtos (bens ou serviços) que contribuem para atender ao objetivo de um programa.

9.1.2. Planos de investimentos

O cenário vivenciado no momento da construção do PDI 2019/2023 não era propício a novos planos de investimentos para a instituição em decorrência da Emenda Constitucional 95/2016, que limita o teto de gastos públicos. O IFB havia concluído as

obras de construção das suas 10 unidades, mas ações de recuperação, ampliação, modernização e atualização tecnológica se fazem necessárias para que se possa ofertar melhores condições de ensino na instituição.

Frente a esse cenário, o IFB se mobilizou para buscar captação de recursos de investimentos por meio de emendas parlamentares e de recursos externos como, por exemplo, Termos de Execução Descentralizada (TEDs). Como fruto dessa mobilização foram captados recursos de investimentos nos exercícios de 2019 e 2021, conforme detalhamento a seguir:

Tabela 35 - Emendas Parlamentares

Emenda	Objeto	Valor Investimento
2020/71080005 Bancada DF	Construção de Centros de Formação Tecnológica (CFT) nos <i>campi</i> Planaltina, Taguatinga, Recanto das Emas e Estrutural	R\$ 10.000.000,00
2020/39190011 Deputada Bia Kicis	Criação de Incubadora tecnológica com o foco no empreendedorismo.	R\$ 70.000,00
2020/28260016 Deputada Erika Kokay	Residência estudantil e aquisição de 10 contêineres com infraestrutura para o incentivo ao protagonismo estudantil e fortalecimento das representações juvenis	R\$ 1.000.000,00
2020/41360017 Senador Izalci Lucas	Institucionalizar o projeto Rompendo Barreiras, que tem por objetivo o uso de tecnologias assistivas e a oferta de cursos de robótica e inteligência artificial visando dar autonomia a pessoas com limitação física	180.000,00
2020/40530006 Deputada Paula Belmonte	Incentivo ao empreendedorismo dos estudantes, estimulando a criação e o desenvolvimento de empresas juniores e incubadas	R\$ 200.000,00
2021/71080003 Bancada DF	<ul style="list-style-type: none"> - Reequilíbrio financeiro dos CFTs dos <i>campi</i> Taguatinga, Samambaia e Estrutural - Construção dos CFTs dos <i>campi</i> Brasília, Ceilândia, Gama, Riacho Fundo e São Sebastião - Proteção de rede contra invasões, ampliação da rede cabeada e implantação parcial de rede sem fio - Biblioteca do <i>Campus</i> Recanto das Emas - Laboratório de Prototipagem - IFB Verde: Energia Renovável (Usinas Fotovoltaicas e Placas Solares) - Espaço do servidor 	R\$ 27.907.569,00

2021/40530005 Deputada Paula Belmonte	Implantação de Ludotecas nos <i>campi</i> Brasília e São Sebastião	R\$ 130.000,00
2021/40530006 Deputada Paula Belmonte	Aquisição de equipamentos e materiais para a oferta de cursos pelo Eixo Hospitalidade e Lazer do <i>Campus</i> Riacho Fundo	R\$ 220.000,00
2021/39870009 Deputada Flávia Arruda	Implantação do Espaço Interativo do Idoso no <i>Campus</i> Ceilândia	R\$ 100.000,00

Tabela 36 - Termos de Execução Descentralizada

TED	Objeto	Valor Investimento
TED 8493/2019 (SIAFI 698437)	Construção do muro de cercamento do <i>Campus</i> Riacho Fundo	R\$ 135.008,19
TED 8742/2019 (SIAFI 698466)	Aquisição de Solução de Hiperconvergência	R\$ 500.000,00
TED 8721/2019 (SIAFI 698475)	Usinas geradores de energia fotovoltaica	R\$ 1.878.442,70
TED 8650/2019 (SIAFI 698651)	Adequação de acessibilidade exigida pelo MPU para o <i>Campus</i> Taguatinga	R\$ 935.745,00
TED 8494/2019 (SIAFI 698662)	Adequação de acessibilidade exigida pelo MPU para o <i>Campus</i> Gama	R\$ 825.000,00
TED 9258/2020 (SIAFI 1AAAEU)	Pesquisa e Inovação no combate ao Covid 19: equipamentos e sanitizante	R\$ 14.000,00
TED 9676/2020 (SIAFI 1AABFE)	Programa Conecta IFB (Auxílio equipamento - Tablet, Aquisição de Notebook, Auxílio Digital - pacote de internet, Bolsa Mediador virtual)	R\$ 600.000,00
TED 9945/2020 (SIAFI 1AACRG)	Implantação de laboratórios IF Maker pelo Edital 35/2020	R\$ 240.423,00



9.1.3. Previsão orçamentária e cronograma de execução

A previsão orçamentária para os próximos 5 anos e o cronograma de execução estão sendo apresentados na tabela a seguir.

Tabela 37 - Previsão orçamentária e cronograma de execução - 2019/2023

Unidade administrativa	PLOA 2019 (em R\$)	2020 (em R\$)	2021 (em R\$)	2022 (em R\$)	2023 (em R\$)
Brasília	3.957.493,41	4.095.609,93	4.238.546,72	4.386.472,00	4.539.559,87
Ceilândia	1.737.127,59	1.806.612,69	1.878.877,20	1.954.032,29	2.032.193,58
Estrutural	1.746.660,00	1.816.526,40	1.889.187,46	1.964.754,95	2.043.345,15
Gama	2.367.804,18	2.462.516,35	2.561.017,00	2.663.457,68	2.769.995,99
Planaltina	5.992.764,07	6.232.474,63	6.481.773,62	6.741.044,56	7.010.686,35
Recanto das Emas	1.107.537,61	1.151.839,11	1.197.912,68	1.245.829,19	1.295.662,35
Riacho Fundo	1.757.611,98	1.827.916,46	1.901.033,12	1.977.074,44	2.056.157,42
Samambaia	2.487.252,59	2.586.742,69	2.690.212,40	2.797.820,90	2.909.733,73
São Sebastião	1.846.955,03	1.920.833,23	1.997.666,56	2.077.573,22	2.160.676,15
Taguatinga	3.156.071,01	3.282.313,85	3.413.606,40	3.550.150,66	3.692.156,69
Reitoria	3.892.783,02	4.048.494,34	4.210.434,11	4.378.851,48	4.554.005,54
Ensino	237.061,13	246.543,58	256.405,32	266.661,53	277.327,99



Extensão	237.061,13	246.543,58	256.405,32	266.661,53	277.327,99
Inovação	237.061,13	246.543,57	256.405,31	266.661,52	277.327,99
Pesquisa	237.061,12	246.543,57	256405,31	266.661,52	277.327,99
Investimento linear rede	2.000.923,00	2.080.959,92	2.164.198,32	2.250.766,25	2.340.796,90
TOTAL	32.999.228,00	34.299.013,90	35.650.086,85	37.054.473,72	38.514.281,68

Destaca-se ainda a previsão orçamentária relacionada à assistência ao educando. A Tabela 38 apresenta uma projeção dos recursos a serem destinados à assistência ao educando para o período de vigência do PDI, tomando como referência os valores previstos na LOA/2018 e no PLOA 2019.

Tabela 38 - Previsão de recursos destinados à assistência ao educando

Elemento de despesa	2019 (em R\$)	2020 (em R\$)	2021 (em R\$)	2022 (em R\$)	2023 (em R\$)
Assistência ao educando	6.079.367,19	6.313.189,10	6.556.004,17	6.808.158,28	7.070.010,62

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107>. Acesso em: 14 fev. 2019.

BRASIL. Instruções para elaboração de Plano De Desenvolvimento Institucional. Disponível em <<http://www2.mec.gov.br/sapiens/pdi.html>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

BRASIL, Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm> Acesso em 15 de janeiro de 2019.

BRASIL. Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>, acesso em 15 de janeiro de 2019.

BRASIL, Lei n.º 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>, acesso em 15 de janeiro de 2019.

BRASIL, Lei n.º 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm>, acesso em 15 de janeiro de 2019.

BRASIL, Lei n.º 11.534, de 25 de outubro de 2007. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11534.htm>, acesso em 15 de janeiro de 2019.



BRASIL, Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>, acesso em 15 de janeiro de 2019.

CODEPLAN. O perfil da juventude do Distrito Federal. Uma análise dos dados da pesquisa Distrital por amostra de domicílios 2015/2016. Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), 2016.

GIDDENS, Antony. As Consequências da Modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.

IFB. Resolução n.º 13-2018/CS-IFB. Aprova as alterações do Projeto Pedagógico Institucional – PPI do Instituto Federal de Brasília. Disponível em <http://www.ifb.edu.br/attachments/article/16333/Projeto%20Pedag%C3%B3gico%20Institucional%20%20Alterado.pdf>. Acessado em 15 de janeiro de 2019.

IFB. Resolução n.º 001/2017- CS/IFB. Aprova estrutura organizacional do IFB e dá outras providências. Disponível em http://www.ifb.edu.br/attachments/article/13211/Resolu%C3%A7%C3%A3o_01_Organograma%20IFB.pdf. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

NERY JÚNIOR, Nélon. Princípios do processo civil à luz da Constituição Federal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

**APÊNDICE****CRONOGRAMA DE REVISÃO DO PDI 2019/2023**

Etapa	Descrição da etapa	Setor responsável	Prazo
1	Apresentar a metodologia ao Colégio de Dirigentes;	CGPL/DRPO	27/05/2021
2	Realizar plantões de tira dúvidas sobre a metodologia com as Unidades Administrativas, conforme agendamento prévio;	CGPL/DRPO	31/05 a 18/06/2021
3	Coletar as contribuições junto às Unidades Administrativas por meio de formulários disponibilizados via SGI;	Unidades Administrativas	31/05 a 25/06/2021
4	Analisar e consolidar as contribuições recebidas;	CGPL/DRPO	28/06 a 09/07/2021
5	Submeter a devolutiva das contribuições recebidas à apreciação do Colégio de Dirigentes;	CGPL/DRPO	16 e 19/07/2021
6	Atualizar o texto do PDI;	CGPL/DRPO	20 a 23/07/2021
7	Realizar consulta pública;	CGPL/DRPO	26/07 a 06/08/2021
8	Analisar e consolidar as contribuições oriundas da consulta pública no documento de devolutiva e no texto do PDI revisado;	CGPL/DRPO	09 a 20/08/2021
9	Submeter a devolutiva das contribuições recebidas via consulta pública e o texto do	CGPL/DRPO	26/08/2021



	PDI revisado à apreciação do Colégio de Dirigentes;		
10	Realizar ajustes sugeridos pelo CD e instruir o processo do SUAP com o PDI revisado e os documentos produzidos durante o processo de revisão para envio ao Gabinete da Reitoria;	CGPL/DRPO	27 a 31/08/2021
11	Enviar processo do SUAP ao Gabinete da Reitoria contendo o PDI revisado para apreciação do Conselho Superior;	CGPL/DRPO	01/09/2021
12	Submeter o PDI revisado à deliberação do Conselho Superior;	GAB-RIFB	21/09/2021
13	Publicar o PDI revisado na página do IFB.	GAB-RIFB	Até 30/09/2021

As Unidades Administrativas são: Gabinete da Reitoria, Diretorias Sistêmicas, Pró-Reitorias e as Direções Gerais dos campi.

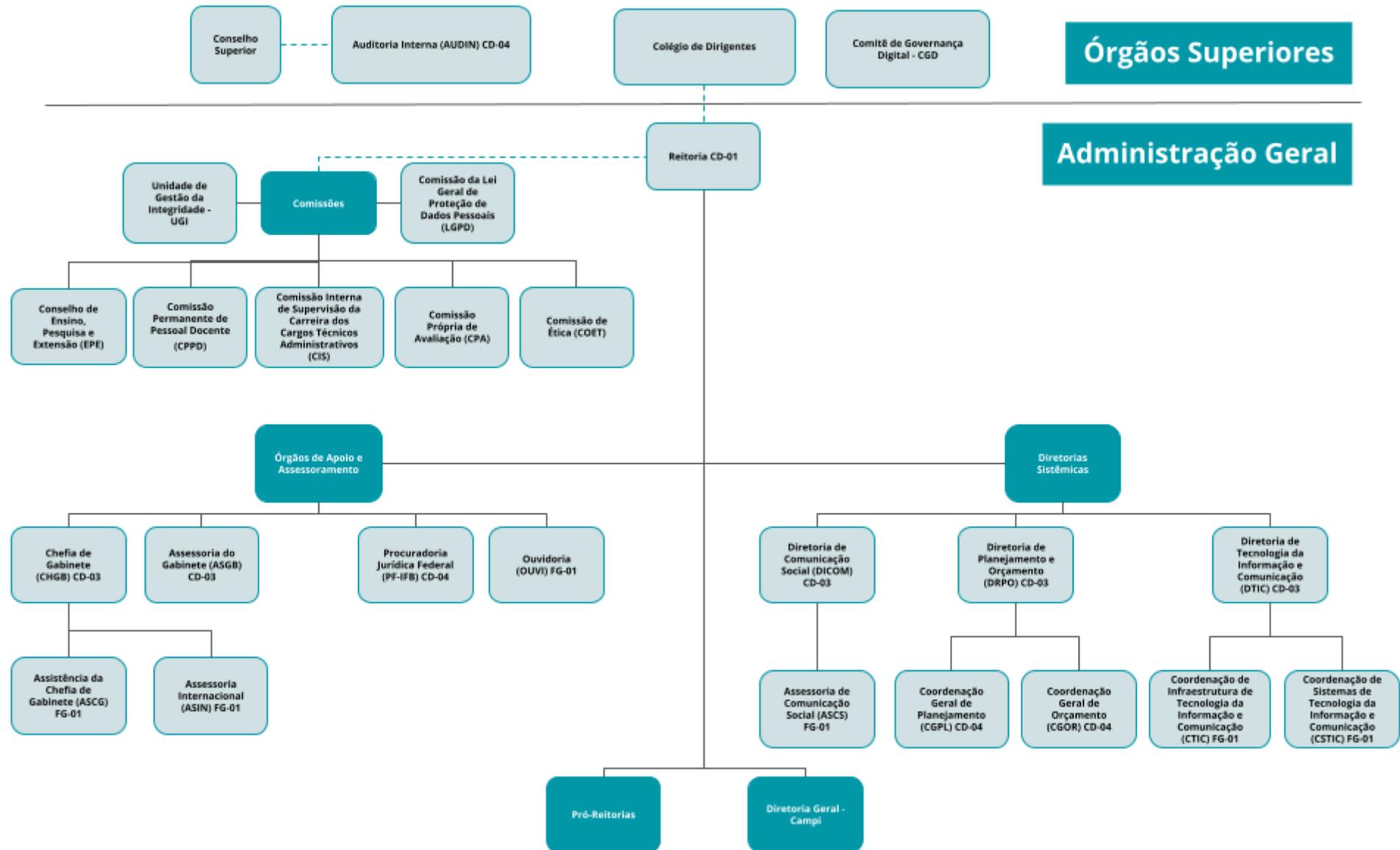
ANEXOS

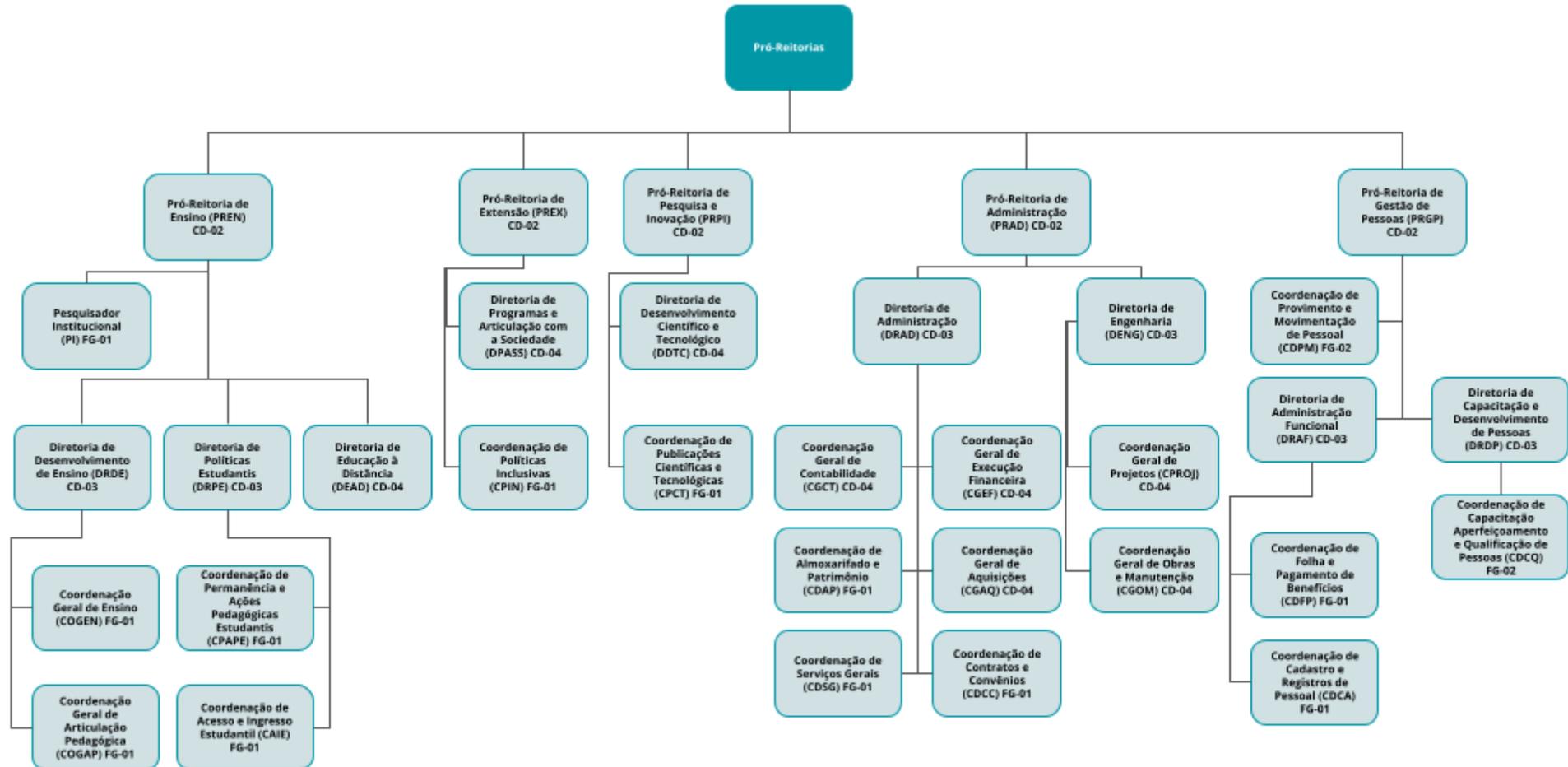
ANEXO I - ORGANOGRAMA DO IFB (RESOLUÇÃO CS N.º 001/2017)

O organograma ora apresentado segue o disposto na Resolução CS n.º 001/2017 e demais normativos que instituíram comissões e comitês que não constam da mencionada resolução. Nesse sentido, destacam-se as seguintes comissões e comitês e seus respectivos atos normativos de criação, que foram incluídos:

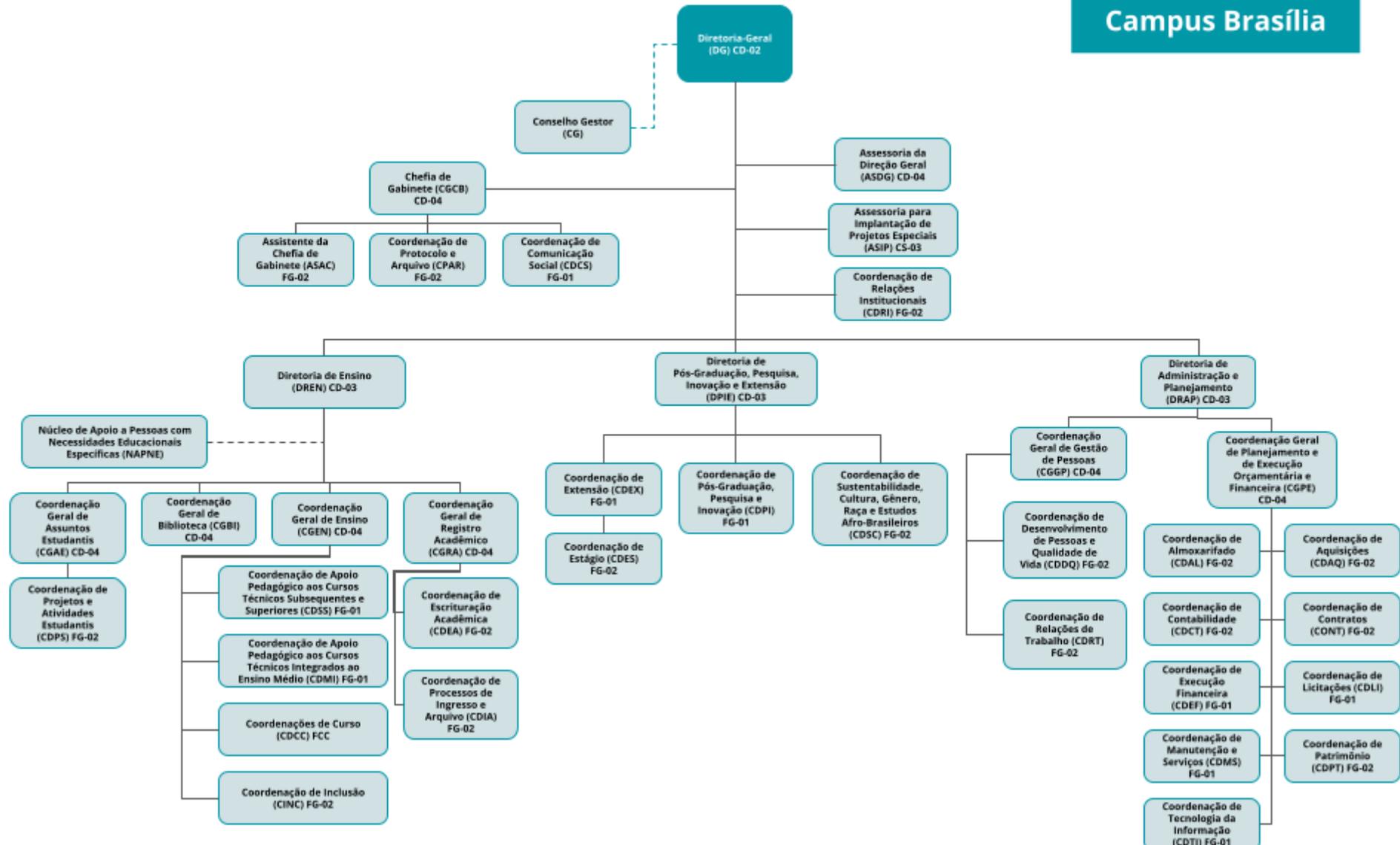
Comitê/Comissão	Normativo
Comitê de Governança Digital (CGD)	Portaria n.º 361, de 13 de julho de 2010
Comissão da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)	Portaria de Pessoal n.º 1.136/2020 RIFB/IFB, de 7 de dezembro de 2020
Unidade de Gestão da Integridade (UGI)	Portaria n.º 1.690/2019 - RIFB/IFB, de 31 de dezembro de 2019

Ver páginas a seguir:

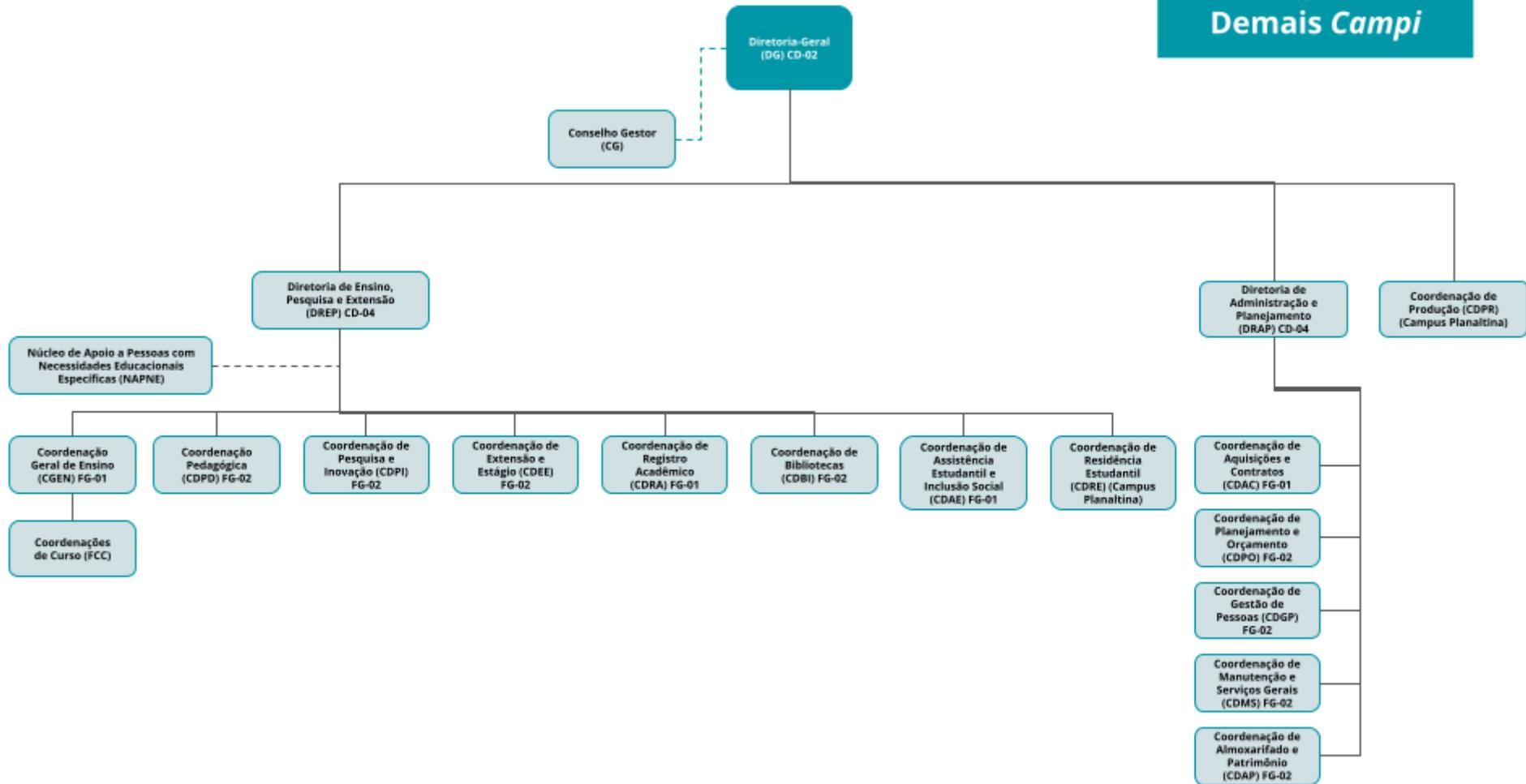




Campus Brasília



Demais Campi



ANEXO II – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico adotou os conceitos de Objetivos Estratégicos que apontam metas claras para disseminar a estratégia da organização, a partir da teoria de *Balanced Scorecard (BSC)*. A tradução da estratégia, segundo as bases originais do modelo *BSC*, foi elaborada em três perspectivas, a saber:

- i) Pessoas e tecnologia;
- ii) Processos internos e;
- iii) Resultados.

A) Mapa estratégico

A construção do Mapa Estratégico do IFB elenca as seguintes perspectivas: Pessoas e Tecnologia, agrupando os objetivos estratégicos relacionados à Gestão de Pessoas, Infraestrutura e Tecnologia; Processos Internos, os objetivos estratégicos dessa perspectiva apontam para a busca da excelência operacional por meio de parcerias interinstitucionais, autoavaliação institucional e redução da evasão e retenção dos estudantes; e Resultados, perspectiva que reúne os objetivos das atividades finalísticas da instituição por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Cada perspectiva engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retrata o que a instituição pretende alcançar mediante o “olhar” de cada público de interesse, assim como os principais desafios a serem enfrentados para o alcance da visão e o cumprimento da missão institucional. As perspectivas, quando vistas em conjunto, permitem uma visão completa da estratégia da instituição e contam a história da estratégia de uma forma clara e de fácil compreensão. Foram elaborados 8 (oito) objetivos estratégicos para o IFB. Conforme apresentado na Figura 1:

Mapa Estratégico

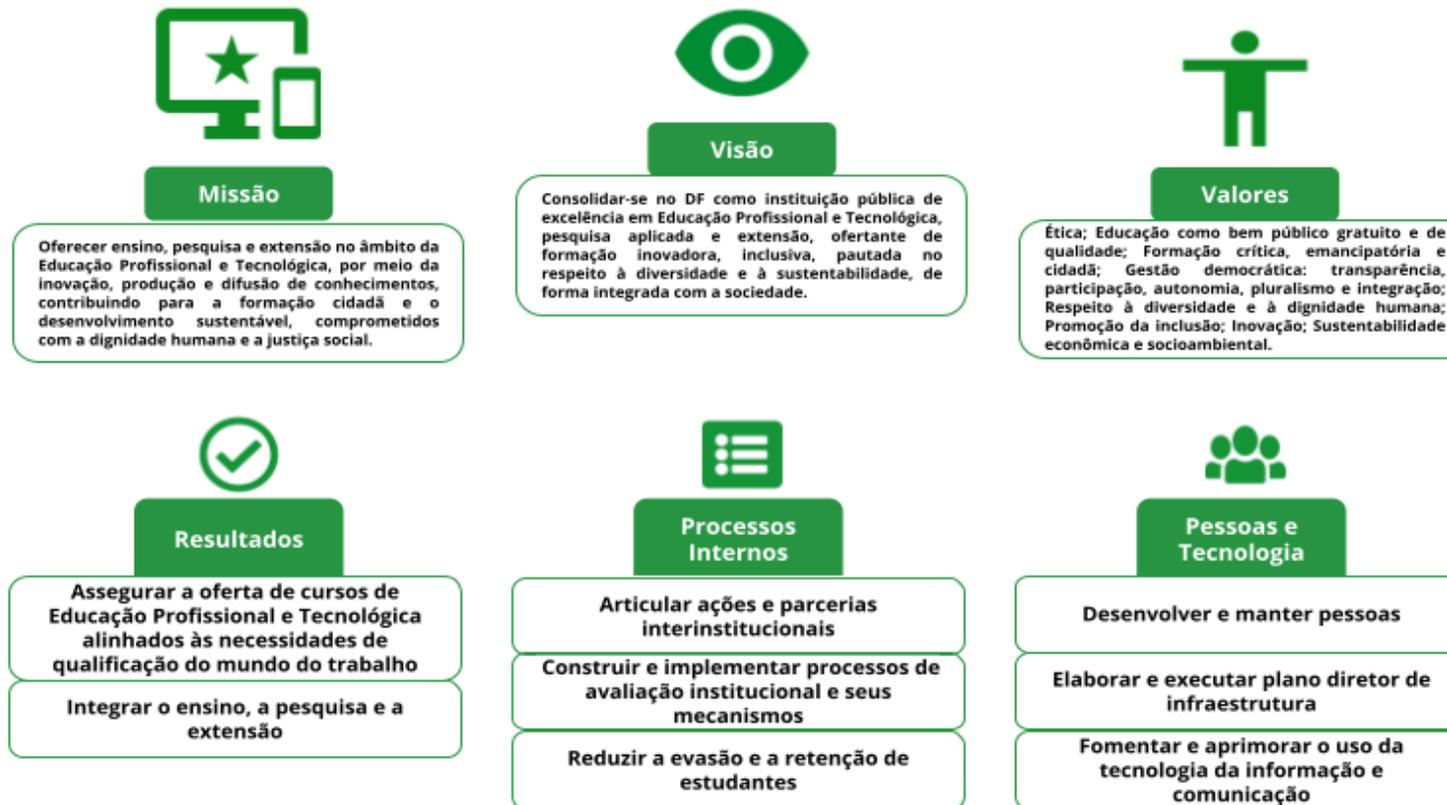


Figura 1 - Mapa estratégico do Instituto Federal de Brasília - PDI 2019/2023

B) Objetivos estratégicos e indicadores

Os objetivos estratégicos componentes do Mapa Estratégico do IFB, são declarações de iniciativas que serão adotadas pela Instituição para direcionar o caminho a ser seguido para o alcance da Missão e materialização da Visão estabelecida.

Os indicadores são sinalizadores do alcance de um estado desejado. Servem como ferramenta para aferir se a organização está alcançando os objetivos planejados. A definição dos indicadores reflete o desempenho da Instituição em relação aos objetivos estratégicos, informando o “quanto” ela se encontra direcionada a sua Visão.

Para uma melhor compreensão, apresenta-se no Quadro 1, os objetivos estratégicos e seus indicadores², distribuídos nos eixos temáticos Resultados, Processos Internos, Pessoas e Tecnologia, respectivamente:

Quadro 1 – Indicadores por objetivos estratégicos e perspectivas do BSC

Resultados

1.1 Assegurar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica alinhados às necessidades de qualificação do mundo do trabalho

Estabelecer, no IFB, instâncias de interlocução com os setores produtivos do DF, entorno e comunidade, com vistas a agilizar as definições de ofertas de cursos dos diversos níveis e modalidades de Educação Profissional e Tecnológica (EPT): formação inicial e continuada, ensino médio integrado, PROEJA, cursos de graduação e de pós-graduação

1.1.1 Número de *campi* ofertando ensino médio integrado por ano.

1.1.2 Número de *campi* ofertando PROEJA por ano.

² Visando garantir a consistência do planejamento anual, quaisquer modificações que vierem a ser feitas nos indicadores, em revisões futuras deste documento, só passam a ter efeito no exercício seguinte ao exercício da revisão.

1.1.3 Número de eventos em articulação ao mundo do trabalho, por *campus*.

1.1.4 Percentual de Matrículas Equivalentes em Formação de Professores, por *campus*.

1.1.5 Percentual de Matrículas Equivalentes em Educação de Jovens e Adultos (EJA), por *campus*.

1.1.6 Percentual de alunos matriculados técnico de nível médio, por *campus*.

1.2 Integrar o ensino, a pesquisa e a extensão

Criar estratégias de fortalecimento para a integração entre os processos de ensino, pesquisa e extensão com articulação dos sujeitos envolvidos com o trabalho do IFB - gestores, docentes, discentes, comunidade - nos processos de ensino, pesquisa e extensão

1.2.1 Número de programas articulados entre ensino, pesquisa e extensão.

1.2.2 Número de editais conjuntos entre ensino, pesquisa e extensão.

1.2.3 Número de seminários, feiras, fóruns e congressos articulados com ensino, pesquisa e extensão.



Processos Internos

2.1 Articular ações e parcerias interinstitucionais

Aumentar as oportunidades de capacitação, qualificação, estágios e intercâmbio para os estudantes e servidores, bem como consolidar a ideia de rede interna e externa

2.1.1 Número de parcerias de estágio vigentes.

2.1.2 Número de parcerias internacionais vigentes.

2.1.3 Número de parcerias nacionais vigentes.

2.1.4 Número de parcerias regionais vigentes.

2.1.5 Eventos externos de divulgação.

2.1.6 Número de eventos interinstitucionais promovidos por ano.

2.2 Construir e implementar processos de avaliação institucional e seus mecanismos

Construir e implementar processos de avaliação institucional e seus mecanismos.

2.2.1 Número de ações de avaliação institucional, por unidade.

2.2.2 Número de *campi* envolvidos com a elaboração das diretrizes de avaliação da aprendizagem nos cursos do IFB.

2.2.3 Percentual de construção da Política de Avaliação Global.

2.2.4 Percentual de execução do orçamento de Assistência ao Educando.

2.2.5 Percentual de execução do orçamento do NAPNE.

2.2.6 Número de ações de planejamento orçamentário e participativo, por *campus*.

2.2.7 Número de fóruns institucionais para discussão de políticas internas.

2.2.8 Número de revisões do PDI.

2.2.9 Número de ações por unidade administrativa relacionados à Gestão Democrática.

2.3 Reduzir a evasão e a retenção de estudantes

Desenvolver políticas que serão constituídas por equipes que tratem das dimensões individuais, institucionais e sociais

2.3.1 Índice de eficiência acadêmica.

2.3.2 Percentual de alunos evadidos.

2.3.3 Percentual de alunos retidos.

2.3.4 Número de conselhos gestores implantados, por *campus*, com minimamente três reuniões ordinárias anuais.

2.3.5 Aumento percentual de acessos ao portal do IFB e inscritos/seguidores nas suas redes sociais.

2.3.6 Número de *campi* que permite a oferta de verticalização.

2.3.7 Percentual de doutores em função dos docentes em efetivo exercício.

2.3.8 Percentual de egressos que atuam no mercado formal de trabalho.

2.3.9 Percentual de docentes com formação pedagógica.



Pessoas e Tecnologia

3.1 Desenvolver e manter pessoas

Desenvolver pessoas da instituição atendendo as políticas nacionais de gestão de pessoas, tendo em vista, o desenvolvimento, a qualificação, a qualidade de vida do servidor

3.1.1 Indicador de absenteísmo por doença.

3.1.2 Índice de participação de servidores em eventos de capacitação.

3.1.3 Índice de qualificação do corpo docente.

3.1.4 Índice de qualificação do corpo técnico-administrativo em educação.

3.2 Elaborar e executar plano diretor de infraestrutura

Promover a ampliação e a melhoria da infraestrutura do IFB

3.2.1 Percentual de execução do plano diretor de infraestrutura.

3.3 Fomentar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e comunicação

Oferecer recursos inovadores de tecnologia da informação para atender a comunidade do IFB

3.3.1 Percentual de processos administrativos e acadêmicos formalmente mapeados e informatizados.

3.3.2 Atualizar o parque tecnológico do IFB.

C) Metas institucionais

Quadro 2 - Metas por indicador e objetivo estratégico

Resultados

1.1 Assegurar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica alinhados às necessidades de qualificação do mundo do trabalho

Indicador	1.1.1 Número de <i>campi</i> ofertando ensino médio integrado por ano			
Cálculo	<i>(N.º de campi que ofertam ensino médio integrado)</i>			
Fonte	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento:		PREN
		Responsável pela Informação:		CAMPUS/PREN
Meta				
	2019	2020	2021	2022
	10	10	10	10

Indicador	1.1.2 Número de <i>campi</i> ofertando PROEJA por ano			
Cálculo	<i>(N.º de campi que ofertam PROEJA)</i>			
Fonte	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento:		PREN
		Responsável pela Informação:		CAMPUS/PREN
Meta				



2019	2020	2021	2022	2023
8	10	10	10	10
Indicador	1.1.3 Número de eventos em articulação ao mundo do trabalho, por <i>campus</i>			
Cálculo	<i>(N.º de eventos em articulação ao mundo do trabalho por campus)</i>			
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	PREX	
		Responsável pela Informação:	CAMPUS/PREX	
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
1	1	1	1	1

Indicador	1.1.4 Percentual de Matrículas Equivalentes em formação de professores, por <i>campus</i>			
Cálculo (Conforme PNP)	$\left(\frac{\text{Matrículas equivalentes em formação de professores}}{\text{Matrículas Equivalentes}} \right) \times 100$			
Fonte	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento:	PREN	
		Responsável pela Informação:	CAMPUS/PREN	
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
20%	20%	20%	20%	20%

Indicador	1.1.5 Percentual de Matrículas Equivalentes em Educação de Jovens e Adultos (EJA), por <i>campus</i>			
Cálculo (Conforme PNP)	$\left(\frac{\text{Matrículas Equivalentes em Educação de Jovens e Adultos}}{\text{Matrículas Equivalentes}} \right) \times 100$			

Fonte	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento:			PREN
		Responsável pela Informação:			CAMPUS/PREN
Meta					
2019	2020	2021	2022	2023	
15%	15%	10%	10%	10%	

Indicador	1.1.6 Percentual de alunos matriculados técnico de nível médio, por <i>campus</i>				
Cálculo (Conforme PNP)	$\left(\frac{\text{Matrículas Equivalentes em Cursos Técnicos}}{\text{Matrículas Equivalentes}} \right) \times 100$				
Fonte	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento:			PREN
		Responsável pela Informação:			CAMPUS/PREN
Meta					
2019	2020	2021	2022	2023	
50%	50%	50%	50%	50%	

1.2 Integrar o ensino, a pesquisa e a extensão

Indicador	1.2.1 Número de programas articulados entre ensino, pesquisa e extensão				
Cálculo	$(N.^\circ \text{ de programas articulados entre ensino, pesquisa e extensão})$				
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento:			PRPI
		Responsável pela Informação:			PREN/PREX/PRPI
Meta					
2019	2020	2021	2022	2023	
40%	40%	45%	3	4	

Indicador	1.2.2 Número de editais conjuntos entre ensino, pesquisa e extensão			
Cálculo	<i>(N.º de editais conjuntos entre ensino, pesquisa e extensão)</i>			
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento:		PRPI
		Responsável pela Informação:		PREN/PREX/PRPI
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
3	3	3	3	3

Indicador	1.2.3 Número de seminários, feiras, fóruns e congressos articulados com ensino, pesquisa e extensão			
Cálculo	<i>(N.º de seminários, feiras, fóruns e congressos articulados com ensino, pesquisa e extensão)</i>			
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento:		PRPI
		Responsável pela Informação:		CAMPUS/PREN/PREX/PRPI
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
20	20	20	22	22

**Processos Internos****2.1 Articular ações e parcerias interinstitucionais**

Indicador	2.1.1 Número de parcerias de estágio vigentes
------------------	--

Cálculo	<i>(n.º de parcerias de estágio vigentes)</i>			
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento:		PREX
		Responsável pela Informação:		CAMPUS/PREX
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
50	60	70	100	100

Indicador	2.1.2 Número de parcerias internacionais vigentes			
Cálculo	<i>(n.º de parcerias internacionais vigentes)</i>			
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento:		GAB-RIFB
		Responsável pela Informação:		GAB-RIFB
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
10	11	12	13	14

Indicador	2.1.3 Número de parcerias nacionais vigentes			
Cálculo	<i>(n.º de parcerias nacionais vigentes)</i>			
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento:		PREX
		Responsável pela Informação:		PREX
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
28	29	30	31	32

Indicador	2.1.4 Número de parcerias regionais vigentes			
Cálculo	<i>(n.º de parcerias regionais vigentes)</i>			
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	PREX	
		Responsável pela Informação:	PREX	
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
35	37	39	41	43

Indicador	2.1.5 Eventos externos de divulgação			
Cálculo	<i>(n.º de eventos externos de divulgação por ano)</i>			
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	DICOM	
		Responsável pela Informação:	DICOM	
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
3	3	3	3	3

Indicador	2.1.6 Número de eventos interinstitucionais promovidos por ano			
Cálculo	<i>(n.º de eventos interinstitucionais promovidos por ano)</i>			
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	PRPI	
		Responsável pela Informação:	CAMPUS/ PREN/PREX/PRPI	
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
5	5	5	11	11

2.2 Construir e implementar processos de avaliação institucional e seus mecanismos

Indicador	2.2.1 Número de ações de avaliação institucional, por unidade				
Cálculo	<i>(n.º de ações de avaliação institucional, por unidade)</i>				
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	CAMPUS/GAB-RIFB		
		Responsável pela Informação:	CAMPUS/GAB-RIFB		
Meta					
	2019	2020	2021	2022	2023
	1	1	1	1	1

Indicador	2.2.2 Número de <i>campi</i> envolvidos com a elaboração das diretrizes de avaliação da aprendizagem nos cursos do IFB				
Cálculo	<i>(n.º de campi envolvidos com a elaboração das diretrizes de avaliação da aprendizagem nos cursos do IFB)</i>				
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	PREN		
		Responsável pela Informação:	CAMPUS/PREN		
Meta					
	2019	2020	2021	2022	2023
	10	10	10	10	10

Indicador	2.2.3 Percentual de construção da Política de Avaliação Global			
Cálculo	<i>(% de construção da Política de Avaliação Global)</i>			
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	DRPO	
		Responsável pela Informação:	CAMPUS/DRPO/DTIC/ DICOM/PREN/PREX/ PRPI/PRAD/PRGP/ GAB-RIFB	



Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
20%	50%	75%	80%	100%

Indicador	2.2.4 Percentual de execução do orçamento de Assistência ao Educando			
Cálculo	$\left(\frac{\text{Valor do orçamento da Assistência ao Educando executado}}{\text{Valor do orçamento da Assistência ao Educando previsto}} \right) \times 100$			
Fonte	SIAFI	Responsável pelo acompanhamento:	PREN	
		Responsável pela Informação:	CAMPUS/DRPO/PREN	
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
100%	100%	100%	100%	100%

Indicador	2.2.5 Percentual de execução do orçamento do NAPNE			
Cálculo	$\left(\frac{\text{Valor do orçamento do NAPNE executado}}{\text{Valor do orçamento do NAPNE previsto}} \right) \times 100$			
Fonte	SIAFI	Responsável pelo acompanhamento:	PREX	
		Responsável pela Informação:	CAMPUS/DRPO/PREX	
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
100%	100%	100%	100%	100%

Indicador	2.2.6 Número de ações de planejamento orçamentário e participativo, por campus
Cálculo	$(n.^\circ \text{ de ações de planejamento orçamentário e participativo, por campus})$



Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento:			CAMPUS
		Responsável pela Informação:			CAMPUS
Meta					
2019	2020	2021	2022	2023	
1	1	1	1	1	

Indicador	2.2.7 Número de fóruns institucionais para discussão de políticas internas				
Cálculo	<i>(n.º de fóruns institucionais para discussão de políticas internas)</i>				
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento:			GAB-RIFB
		Responsável pela Informação:			GAB-RIFB
Meta					
2019	2020	2021	2022	2023	
10	10	10	10	10	

Indicador	2.2.8 Número de revisões do PDI				
Cálculo	<i>(n.º de revisões do PDI)</i>				
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento:			DRPO
		Responsável pela Informação:			CAMPUS/DRPO/DTIC/ DICOM/PREN/PREX/ PRPI/PRAD/PRGP/ GAB-RIFB
Meta					
2019	2020	2021	2022	2023	
0	0	1	0	0	

Indicador	2.2.9 Número de ações por unidade administrativa relacionados à Gestão Democrática				
Cálculo	<i>(n.º de ações por unidade administrativa relacionados à Gestão Democrática)</i>				
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	CAMPUS/GAB-RIFB		
		Responsável pela Informação:	CAMPUS/GAB-RIFB		
Meta					
	2019	2020	2021	2022	2023
	5	5	5	2	2

2.3 Reduzir a evasão e a retenção de estudantes

Indicador	2.3.1 Índice de eficiência acadêmica				
Cálculo (Conforme PNP)	$\text{Conclusão Ciclo} + \left[\left(\frac{\text{Conclusão Ciclo}}{\text{Conclusão Ciclo} + \text{Evasão Ciclo}} \right) \times \text{Retenção Ciclo} \right] \times 100$				
Fonte	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento:	PREN		
		Responsável pela Informação:	CAMPUS/PREN		
Meta					
	2019	2020	2021	2022	2023
	35%	38%	43%	45%	50%

Indicador	2.3.2 Percentual de alunos evadidos
Cálculo (Conforme PNP)	$\left(\frac{\text{n.º de alunos evadidos}}{\text{n.º de matrículas}} \right) \times 100$



Fonte	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento:			PREN
		Responsável pela Informação:			CAMPUS/PREN
Meta					
2019	2020	2021	2022	2023	
<60%	<55%	<50%	<45%	<40%	

Indicador	2.3.3 Percentual de alunos retidos				
Cálculo (Conforme PNP)	$\left(\frac{n.^{\circ} \text{ de alunos retidos}}{n.^{\circ} \text{ de matrículas}} \right) X 100$				
Fonte	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento:			PREN
		Responsável pela Informação:			CAMPUS/PREN
Meta					
2019	2020	2021	2022	2023	
<20%	<18%	<16%	<14%	<12%	

Indicador	2.3.4 Número de conselhos gestores implantados, por <i>campus</i> , com minimamente três reuniões ordinárias anuais				
Cálculo	<i>(n.º de conselhos gestores implantados que realizam 3 reuniões ordinárias anuais)</i>				
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento:			CAMPUS
		Responsável pela Informação:			CAMPUS
Meta					
2019	2020	2021	2022	2023	
10	10	10	10	10	



Indicador	2.3.5 Aumento percentual de acessos ao portal do IFB e inscritos/seguidores nas suas redes sociais			
Cálculo (Fórmula aplicada a cada rede social e portal do IFB)	$\left(\frac{n.^{\circ} \text{ de inscritos/acessos do ano corrente} - n.^{\circ} \text{ de inscritos/acessos do ano anterior}}{n.^{\circ} \text{ de inscritos/acessos do ano anterior}} \right) \times 100$			
Fonte	SGPS	Responsável pelo acompanhamento:		DICOM
		Responsável pela Informação:		DICOM
Meta (a meta será calculada por uma média entre todas as redes sociais)				
	2019	2020	2021	2022
	5%	5%	5%	3%

Indicador	2.3.6 Número de <i>campi</i> que permite a oferta de verticalização			
Cálculo	<i>(n.º de campi que permite a oferta de verticalização)</i>			
Fonte	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento:		PREN
		Responsável pela Informação:		CAMPUS/PREN
Meta				
	2019	2020	2021	2022
	10	10	10	10

Indicador	2.3.7 Percentual de doutores em função dos docentes em efetivo exercício			
Cálculo	$\left(\frac{n.^{\circ} \text{ de docentes em efetivo exercício com doutorado}}{n.^{\circ} \text{ total de docentes em efetivo exercício}} \right) \times 100$			



Fonte	SIAPE	Responsável pelo acompanhamento:			PRGP
		Responsável pela Informação:			PRGP
Meta					
2019	2020	2021	2022	2023	
31%	32%	33%	34%	35%	

Indicador	2.3.8 Percentual de egressos que atuam no mercado formal de trabalho				
Cálculo	$\left(\frac{n.^{\circ} \text{ de egressos que atuam no mercado formal de trabalho}}{n.^{\circ} \text{ total de egressos}} \right) \times 100$				
Fonte	RAIS/CAGED/SISTEC	Responsável pelo acompanhamento:			PREX
		Responsável pela Informação:			PREX
Meta					
2019	2020	2021	2022	2023	
20%	20%	25%	25%	30%	

Indicador	2.3.9 Percentual de docentes com formação pedagógica				
Cálculo	$\left(\frac{n.^{\circ} \text{ de docentes com formação pedagógica}}{n.^{\circ} \text{ total de docentes}} \right) \times 100$				
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento:			PREN
		Responsável pela Informação:			CAMPUS/ PREN/PRGP
Meta					
2019	2020	2021	2022	2023	
65%	70%	75%	80%	85%	



Pessoas e Tecnologia

3.1 Desenvolver e manter pessoas

Indicador	3.1.1 Indicador de absenteísmo por doença				
Cálculo	$\left(\frac{\text{Carga horária total de trabalho não realizada}}{\text{Carga horária total de trabalho prevista}} \right) \times 100$				
Fonte	SIAPE	Responsável pelo acompanhamento:		PRGP	
		Responsável pela Informação:		PRGP	
Meta					
	2019	2020	2021	2022	2023
	18%	16%	14%	12%	10%

Indicador	3.1.2 Índice de participação de servidores em eventos de capacitação				
Cálculo	$\left(\frac{\text{N.º total de servidores que participaram de ações de capacitação}}{\text{N.º total de servidores}} \right) \times 100$				
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento:		PRGP	
		Responsável pela Informação:		PRGP	
Meta					
	2019	2020	2021	2022	2023
	20%	25%	25%	25%	25%



Indicador	3.1.3 Índice de qualificação do corpo docente			
Cálculo	$\left[\frac{\left(\frac{5D+3M+2E+1G}{D+M+E+G} \right) ano\ corrente - \left(\frac{5D+3M+2E+1G}{D+M+E+G} \right) ano\ anterior}{\left(\frac{5D+3M+2E+1G}{D+M+E+G} \right) ano\ anterior} \right] \times 100$ <p>em que: D = n.º de Doutores, M = n.º de Mestres, E = n.º de especialistas, G = n.º de graduados</p>			
Fonte	SIAPE	Responsável pelo acompanhamento:	PRGP	
		Responsável pela Informação:	PRGP	
Meta (de crescimento em relação ao ano anterior)				
2019	2020	2021	2022	2023
2%	2%	2%	2%	2%

Indicador	3.1.4 Índice de qualificação do corpo técnico-administrativo em educação			
Cálculo	$\left[\frac{\left(\frac{5D+3M+2E+1G+0,75EM+0,5EF}{D+M+E+G+EM+EF} \right) ano\ corrente - \left(\frac{5D+3M+2E+1G+0,75EM+0,5EF}{D+M+E+G+EM+EF} \right) ano\ anterior}{\left(\frac{5D+3M+2E+1G+0,75EM+0,5EF}{D+M+E+G+EM+EF} \right) ano\ anterior} \right] \times 100$ <p>em que: D = n.º de Doutores, M = n.º de Mestres, E = n.º de especialistas, G = n.º de graduados, EM = n.º de servidores com ensino médio, EF = n.º de servidores com ensino fundamental</p>			
Fonte	SIAPE	Responsável pelo acompanhamento:	PRGP	
		Responsável pela Informação:	PRGP	
Meta (de crescimento em relação ao ano anterior)				
2019	2020	2021	2022	2023
5%	5%	10%	3%	3%

3.2 Elaborar e executar o plano diretor de infraestrutura

Indicador	3.2.1 Percentual de execução do plano diretor de infraestrutura				
Cálculo	<i>(% de execução do plano diretor de infraestrutura)</i>				
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	PRAD		
		Responsável pela Informação:	PRAD		
Meta					
	2019	2020	2021	2022	2023
	40%	70%	100%	100%	100%

3.3 Fomentar o uso da tecnologia da informação e comunicação

Indicador	3.3.1 Percentual de processos administrativos e acadêmicos formalmente mapeados e informatizados				
Cálculo	$\left(\frac{\text{n.º de processos administrativos e acadêmicos formalmente mapeados e informatizados}}{\text{n.º total de processos administrativos formalmente mapeados}} \right) \times 100$				
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento:	DTIC		
		Responsável pela Informação:	DTIC		
Meta					
	2019	2020	2021	2022	2023
	100%	100%	100%	100%	100%



Indicador	3.3.2 Atualizar o parque tecnológico do IFB			
Cálculo	$\left(\frac{\text{Valor Executado de Investimento em TIC no ano (inclusive TED)}}{\text{Valor previsto no PDTIC para Investimento no ano}} \right) \times 100$			
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento: <hr/> Responsável pela Informação:		DTIC <hr/> DTIC/PRAD/ GAB-RIFB
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
20%	20%	20%	20%	20%



ANEXO III – GLOSSÁRIO DOS INDICADORES

1 - Apresentação

O Glossário de indicadores é o conjunto de aspectos técnicos que envolve os indicadores do PDI e suas respectivas definições e cujo objetivo é apresentar, de forma didática, os indicadores do PDI detalhando sua ficha técnica. Para tanto, a ficha técnica de cada indicador é composta de cinco atributos. Quais sejam:

- Título do indicador
- Finalidade
- Fórmula
- Polaridade
- Componentes

Título do indicador: identifica o indicador e sua respectiva correspondência à perspectiva e ao objetivo estratégico do PDI.

Finalidade: identifica a finalidade para a qual o indicador foi criado.

Fórmula: detalha a fórmula de cálculo do indicador.

Polaridade: identifica a direção de alcance da meta, positiva ou negativa. Sendo positiva quanto maior melhor e negativa quanto menor melhor.

Componentes: identifica o significado de cada componente da fórmula de cálculo do indicador, seja com exemplos ou com o detalhamento do conceito do componente.



2 - Ficha técnica dos Indicadores

1.1.1 Número de *campi* ofertando ensino médio integrado por ano

Finalidade: mensurar a quantidade de *campus* que estão ofertando ensino médio integrado no IFB.

Fórmula: *(N.º de campi que ofertam ensino médio integrado)*

Polaridade: positiva

Componentes:

N.º de *campi* que ofertam ensino médio integrado: *campus* que tem em sua grade de oferta de cursos o ensino médio integrado.

1.1.2 Número de *campus* ofertando PROEJA por ano

Finalidade: mensurar a quantidade de *campus* que estão ofertando PROEJA no IFB.

Fórmula: *(N.º de campi que ofertam PROEJA)*

Polaridade: positiva

Componentes:

N.º de *campi* que ofertam PROEJA: *campus* que tem em sua grade de oferta de cursos o PROEJA.

1.1.3 Número de eventos em articulação ao mundo do trabalho, por *campus*

Finalidade: mensurar os eventos realizados pelo IFB que têm articulação com o mundo do trabalho.

Fórmula: *(N.º de eventos em articulação ao mundo do trabalho por campus)*

Polaridade: positiva

Componentes:



N.º de eventos em articulação ao mundo do trabalho: quantidade de eventos realizados pelo *campus* que tenham articulação com o mundo do trabalho, tais como: feiras de estágio, encontros de egressos, feiras de profissões.

1.1.4 Percentual de Matrículas Equivalentes em formação de professores, por campus

Finalidade: medir o percentual de matrículas equivalentes vinculadas à formação de professores como forma de atendimento à Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

$$\text{Fórmula: } \left(\frac{\text{Matrículas equivalentes em formação de professores}}{\text{Matrículas Equivalentes}} \right) \times 100$$

Polaridade: positiva

Componentes:

Matrículas equivalentes em formação de professores: quantidade de matrículas em Cursos destinados à formação de professores que estiveram ativas em pelo menos um dia no ano de referência, ponderada pelos fatores de equivalência previstos.

Matrículas equivalentes: quantidade de matrículas que estiveram ativas em pelo menos um dia no ano de referência, ponderada pelos fatores de equivalência previstos.

1.1.5 Percentual de Matrículas Equivalentes em Educação de Jovens e Adultos (EJA), por campus

Finalidade: medir o percentual de matrículas equivalentes na modalidade EJA, tanto nos cursos de formação inicial e qualificação profissional quanto nos cursos de educação profissional técnica de nível médio contemplados no programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade EJA em atendimento ao Decreto 5.840 de 13 de julho de 2006.

$$\text{Fórmula: } \left(\frac{\text{Matrículas Equivalentes em Educação de Jovens e Adultos}}{\text{Matrículas Equivalentes}} \right) \times 100$$

Polaridade: positiva

Componentes:

Matrículas equivalentes em educação de jovens e adultos: quantidade de matrículas em cursos de formação inicial e qualificação profissional ou técnico integrado contemplado pelo programa EJA que estiveram ativas por pelo menos um dia no ano de referência, ponderada pelos fatores de equivalência previstos.

Matrículas equivalentes: quantidade de matrículas que estiveram ativas em pelo menos um dia no ano de referência, ponderada pelos fatores de equivalência previstos.

1.1.6 Percentual de alunos matriculados técnico de nível médio, por campus

Finalidade: medir o percentual de matrículas equivalentes vinculadas a Cursos Técnicos em atendimento à Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

Fórmula:
$$\left(\frac{\text{Matrículas Equivalentes em Cursos Técnicos}}{\text{Matrículas Equivalentes}} \right) \times 100$$

Polaridade: positiva

Componentes:

Matrículas equivalentes em cursos técnicos: quantidade de matrículas em Cursos Técnicos que estiveram ativas em pelo menos um dia no ano de referência, ponderada pelos fatores de equivalência previstos.

Matrículas equivalentes: quantidade de matrículas que estiveram ativas em pelo menos um dia no ano de referência, ponderada pelos fatores de equivalência previstos.

1.2.1 Número de programas articulados entre ensino, pesquisa e extensão

Finalidade: medir o nível de articulação entre ensino, pesquisa e extensão por meio da mensuração do número de programas articulados nesse tripé.

Fórmula: $(N.º \text{ de programas articulados entre ensino, pesquisa e extensão})$

Polaridade: positiva

Componentes:

N.º de programas articulados entre ensino, pesquisa e extensão: quantidade de programas vigentes no IFB e que tenham como objetivo articular ações do Ensino, da

Pesquisa e Inovação e da Extensão. Exemplo de programa que articula ensino, pesquisa e extensão: Programa de Pesquisa Aplicada e Prática Profissional - PAPP.

1.2.2 Número de editais conjuntos entre ensino, pesquisa e extensão

Finalidade: medir o nível de articulação entre ensino, pesquisa e extensão por meio da mensuração do número de editais articulados nesse tripé.

Fórmula: *(N.º de editais conjuntos entre ensino, pesquisa e extensão)*

Polaridade: positiva

Componentes:

N.º de editais conjuntos entre ensino, pesquisa e extensão: quantidade de editais, vinculados a programas vigentes no IFB, e que tenham como objetivo articular ações do Ensino, da Pesquisa e Inovação e da Extensão. Exemplo de edital vinculado a programa que articula ensino, pesquisa e extensão: Edital PIPA - Projeto de Intervenção Pesquisa-Ação.

1.2.3 Número de seminários, feiras, fóruns e congressos articulados com ensino, pesquisa e extensão

Finalidade: medir o nível de articulação entre ensino, pesquisa e extensão por meio da mensuração do número de seminários, feiras, fóruns e congressos articulados nesse tripé.

Fórmula: *(N.º de seminários, feiras, fóruns e congressos articulados com ensino, pesquisa e extensão)*

Polaridade: positiva

Componentes:

N.º de seminários, feiras, fóruns e congressos articulados com ensino, pesquisa e extensão: quantidade de eventos promovidos pelo IFB, tais como seminários, feiras, fóruns e congressos, que tenham como objetivo apresentar e articular ações do Ensino, da Pesquisa e Inovação e da Extensão. Exemplo de evento que articula ações de ensino, pesquisa e extensão: Conecta IF.

2.1.1 Número de parcerias de estágios vigentes

Finalidade: medir a atividade de extensão do IFB por meio do número de parcerias de estágios vigentes.

Fórmula: *(n.º de parcerias de estágio vigentes)*

Polaridade: positiva

Componentes:

N.º de parcerias de estágio vigentes: quantidade de convênios de estágio assinados entre o IFB e instituições ofertantes de estágio, tais como os listados [aqui](#).

2.1.2 Número de parcerias internacionais vigentes

Finalidade: mensurar a atividade de intercâmbio acadêmico do IFB por meio do número de parcerias internacionais vigentes.

Fórmula: *(n.º de parcerias internacionais vigentes)*

Polaridade: positiva

Componentes:

N.º de parcerias internacionais vigentes: quantidade de acordos de cooperação ou memorando de entendimentos internacionais vigentes em cada ano, tais como as listadas [aqui](#).

2.1.3 Número de parcerias nacionais vigentes

Finalidade: mensurar a atividade de extensão do IFB por meio do número de parcerias nacionais vigentes.

Fórmula: *(n.º de parcerias nacionais vigentes)*

Polaridade: positiva

Componentes:

N.º de parcerias nacionais vigentes: quantidade de parcerias vigentes com instituições que tenham atuação em todo o território nacional, tais como as listadas [aqui](#).

2.1.4 Número de parcerias regionais vigentes

Finalidade: mensurar a atividade de extensão do IFB por meio do número de parcerias regionais vigentes.

Fórmula: *(n.º de parcerias regionais vigentes)*

Polaridade: positiva

Componentes:

N.º de parcerias regionais vigentes: quantidade de parcerias vigentes com instituições que tenham atuação no Distrito Federal, tais como as listadas [aqui](#).

2.1.5 Eventos externos de divulgação

Finalidade: mensurar atividades de divulgação do IFB à comunidade externa.

Fórmula: *(n.º de eventos externos de divulgação por ano)*

Polaridade: positiva

Componentes:

N.º de eventos externos de divulgação por ano: quantidade de ações planejadas com o objetivo de apresentar resultados de pesquisa, ensino e extensão para parceiros e públicos de interesse, de fora da instituição, tais como: ConectaIF, Conexão Empresarial, Aula Show do Grão à Xícara, evento científico-cultural Ceinepe.

2.1.6 Número de eventos interinstitucionais promovidos por ano

Finalidade: mensurar a conexão do IFB com outras instituições.

Fórmula: *(n.º de eventos interinstitucionais promovidos por ano)*

Polaridade: positiva

Componentes:

N.º de eventos interinstitucionais promovidos por ano: quantidade de eventos promovidos pelo IFB em parceria com outras instituições, tais como seminários, feiras, fóruns e congressos, que tenham como objetivo apresentar e articular ações do Ensino, da Pesquisa e Inovação e da Extensão. Exemplo de evento que articula ações de ensino, pesquisa e extensão: Congresso de Iniciação Científica do DF.

2.2.1 Número de ações de avaliação institucional, por unidade

Finalidade: mensurar as ações de avaliação institucional realizadas pelas unidades administrativas como forma de diagnóstico da instituição.

Fórmula: *(n.º de ações de avaliação institucional, por unidade)*

Polaridade: positiva

Componentes:

N.º de ações de avaliação institucional, por unidade: quantidade de ações realizadas pelas unidades que possibilitam avaliar os avanços e as necessidades de melhorias na instituição, tais como: pesquisas e consultas à comunidade, bem como os instrumentos aplicados pela CPA e as reuniões realizadas por ela com a comunidade.

2.2.2 Número de *campi* envolvidos com a elaboração das diretrizes de avaliação da aprendizagem nos cursos do IFB

Finalidade: mensurar a quantidade de *campi* que estão envolvidos com as diretrizes de avaliação da aprendizagem nos cursos do IFB.

Fórmula: *(n.º de *campi* envolvidos com a elaboração das diretrizes de avaliação da aprendizagem nos cursos do IFB)*

Polaridade: positiva

Componentes:

N.º de *campi* envolvidos com a elaboração das diretrizes de avaliação da aprendizagem nos cursos do IFB: os 10 *campi* do IFB envolveram-se na construção das diretrizes de avaliação no âmbito dos cursos do Instituto Federal de Brasília - IFB. As

diretrizes foram aprovadas pelo Conselho Superior, conforme Resolução 12/2021 - RIFB/IFB.

2.2.3 Percentual de construção da Política de Avaliação Global

Finalidade: mensurar o nível de construção da Política de Avaliação Global para diagnóstico da instituição.

Fórmula: (*% de construção da Política de Avaliação Global*)

Polaridade: positiva

Componentes:

Percentual de construção da Política de Avaliação Global: é a razão entre a quantidade construída da Política de Avaliação Global-PAG e o total da PAG. Entende-se por Política de Avaliação Global o documento a ser construído que definirá as diretrizes sobre as avaliações a serem realizadas no âmbito do IFB.

2.2.4 Percentual de execução do orçamento de Assistência ao Educando

Finalidade: mensurar o nível de execução do orçamento destinado à assistência ao educando como forma de detectar a eficácia de utilização do recurso.

Fórmula: $\left(\frac{\text{Valor do orçamento da Assistência ao Educando executado}}{\text{Valor do orçamento da Assistência ao Educando previsto}} \right) \times 100$

Polaridade: positiva

Componentes:

Valor do orçamento da Assistência ao Educando executado: corresponde ao valor empenhado (Crédito Empenhado) pela Unidade Orçamentária IFB (UO 26428) em relação à ação orçamentária da Assistência aos Estudantes (2994) no ano de referência da apuração.

Valor do orçamento da Assistência ao Educando previsto: corresponde ao valor aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA) e nos demais créditos adicionais (Dotação Atualizada), em relação ao ano de referência da apuração, para ação orçamentária Assistência aos Estudantes (2994)

2.2.5 Percentual de execução do orçamento do NAPNE

Finalidade: mensurar o nível de execução do orçamento destinado ao NAPNE como forma de detectar a eficácia de utilização do recurso.

Fórmula: $\left(\frac{\text{Valor do orçamento do NAPNE executado}}{\text{Valor do orçamento do NAPNE previsto}} \right) \times 100$

Polaridade: positiva

Componentes:

Valor do orçamento do NAPNE executado: corresponde ao valor empenhado (Crédito Empenhado) pela Unidade Orçamentária IFB (UO 26428) destinado a ações do NAPNE no ano de referência da apuração.

Valor do orçamento do NAPNE previsto: corresponde ao valor previsto para ser destinado às ações do NAPNE no ano de referência da apuração, podendo ser definido por cada unidade, não inferior ao mínimo estipulado em norma interna do IFB.

2.2.6 Número de ações de planejamento orçamentário e participativo, por campus

Finalidade: mensurar o número de ações de planejamento orçamentário participativo por *campus* em que a comunidade do IFB tem a oportunidade de debater e integrar o processo de planejamento orçamentário.

Fórmula: *(n.º de ações de planejamento orçamentário e participativo, por campus)*

Polaridade: positiva

Componentes:

N.º de ações de planejamento orçamentário e participativo, por campus: quantidade de ações realizadas pelas unidades, que possibilitam a participação da comunidade no planejamento orçamentário, tais como: reuniões, pesquisas e consultas.

2.2.7 Número de fóruns institucionais para discussão de políticas internas

Finalidade: mensurar o quantitativo de fóruns institucionais destinados à discussão de políticas internas.

Fórmula: *(n.º de fóruns institucionais para discussão de políticas internas)*

Polaridade: positiva

Componentes:

N.º de fóruns institucionais para discussão de políticas internas: quantidade de fóruns existentes no IFB. Entende-se por fóruns formais os institucionalizados por meio de portaria e os fóruns informais os que não possuem portaria, mas estão vinculados a uma Pró-Reitoria ou Diretoria Sistêmica. Os Fóruns são importantes instâncias de debate para subsidiar decisões da gestão.

Exemplos de fóruns formais: Fórum das licenciaturas do IFB, Fórum de Extensão e Estágio, Fórum de Pesquisa e Inovação e Fórum de Administração e Planejamento- FAP.

Exemplos de fóruns informais: Fórum DREP e Fórum de Gestão de Pessoas.

2.2.8 Número de revisões do PDI

Finalidade: mensurar o quantitativo de revisões do PDI realizadas.

Fórmula: *(n.º de revisões do PDI)*

Polaridade: positiva

Componentes:

N.º de revisões do PDI: é o processo realizado para adequar, atualizar e/ou corrigir aspectos de forma e/ou conteúdo do PDI por meio da participação direta da comunidade interna e externa do IFB.

2.2.9 Número de ações por unidade administrativa relacionados à Gestão Democrática

Finalidade: mensurar o quantitativo de ações relacionadas à Gestão Democrática.

Fórmula: *(n.º de ações por unidade administrativa relacionados à Gestão Democrática)*

Polaridade: positiva

Componentes:

N.º de ações por unidade administrativa relacionados à Gestão Democrática: quantidade de ações realizadas pelas unidades que possibilitam a participação ativa da comunidade no atingimento das metas institucionais, tais como: pesquisas, reuniões, rodas de conversa, consultas públicas, assim como oficinas que debatam com a comunidade temas institucionais.

2.3.1 Índice de eficiência acadêmica

Finalidade: medir o percentual de alunos que concluíram o curso com êxito dentro do período previsto (+1 ano), acrescido de um percentual (projeção) dos alunos retidos no ano de referência que poderão concluir o curso. São considerados apenas os alunos matriculados em ciclos de matrícula com término previsto para o ano anterior ao Ano de Referência, sendo que para este cálculo é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente.

Fórmula:

$$\text{Conclusão Ciclo} + \left[\left(\frac{\text{Conclusão Ciclo}}{\text{Conclusão Ciclo} + \text{Evasão Ciclo}} \right) \times \text{Retenção Ciclo} \right] \times 100$$

Polaridade: positiva

Componentes:

Conclusão Ciclo: este componente mede o percentual de concluintes em um Ciclo de Matrícula, sendo que para este cálculo é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente.

Evasão Ciclo: este componente mede o percentual de evadidos em um Ciclo de Matrícula, sendo que, para este cálculo, é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente.

Retenção Ciclo: este componente mede o percentual de retidos em um Ciclo de Matrícula, sendo que para este cálculo é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente.

2.3.2 Percentual de alunos evadidos

Finalidade: medir o percentual de matrículas que perderam o vínculo com a instituição no ano de referência sem a conclusão do curso em relação ao total de matrículas. Para este cálculo é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente.

$$\text{Fórmula: } \left(\frac{n.^{\circ} \text{ de alunos evadidos}}{n.^{\circ} \text{ de matrículas}} \right) \times 100$$

Polaridade: negativa

Componentes:

N.º de alunos evadidos: alunos que perderam vínculo com a instituição antes da conclusão do curso.

N.º de matrículas: quantidade de matrículas que estiveram ativas em pelo menos um dia no ano de referência, ponderada pelos fatores de equivalência previstos.

2.3.3 Percentual de alunos retidos

Finalidade: medir o percentual de retidos em um Ciclo de Matrícula, sendo que para este cálculo é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente.

$$\text{Fórmula: } \left(\frac{n.^{\circ} \text{ de alunos retidos}}{n.^{\circ} \text{ de matrículas}} \right) \times 100$$

Polaridade: negativa

Componentes:

N.º de alunos retidos: quantidade de alunos que ultrapassaram o período previsto para integralização do curso (acrescido de um ano) em relação às matrículas vinculadas aos ciclos concluídos no ano anterior ao ano de referência.

N.º de matrículas: quantidade de matrículas que estiveram ativas em pelo menos um dia no ano de referência, ponderada pelos fatores de equivalência previstos.

2.3.4 Número de conselhos gestores implantados, por campi, com minimamente três reuniões ordinárias anuais

Finalidade: mensurar o número de conselhos gestores implantados por *campus* que realizam ao menos três reuniões ordinárias por ano.

Fórmula:

(n.º de conselhos gestores implantados que realizam 3 reuniões ordinárias anuais)

Polaridade: positiva

Componentes:

N.º de conselhos gestores implantados em cada *campus* que realizem no mínimo 3 reuniões ordinárias anuais: quantidade de Conselhos Gestores com no mínimo 3 reuniões anuais, aqui entendidos como organismos colegiados, de assessoria à direção, com caráter consultivo e sugestivo, por meio de recomendações. Como representantes escolares e comunitários eles podem sugerir linhas de ensino e pesquisa, de extensão e de atuação comunitária, contribuindo, assim, com a realização das metas dos *campi*, e com a missão do IFB.

2.3.5 Aumento percentual de acessos ao portal do IFB e inscritos/seguidores nas suas redes sociais

Finalidade: mensurar o crescimento de seguidores/inscritos nas redes sociais do IFB e o crescimento de acessos ao portal do IFB. Atuação permanente na atualização e monitoramento dos canais digitais oficiais institucionais, com divulgação das ofertas de serviços e informações, gerando interação e engajamento da Comunidade Acadêmica do IFB e demais públicos de interesse.

Fórmula:

$$\left(\frac{n.º \text{ de inscritos/acessos do ano corrente} - n.º \text{ de inscritos/acessos do ano anterior}}{n.º \text{ de inscritos/acessos do ano anterior}} \right) \times 100$$

Polaridade: positiva

Componentes:

N.º de inscritos/acessos do ano anterior: inscrito ou seguidor é todo usuário que se inscreve nos canais oficiais institucionais do IFB (YouTube, Facebook, Twitter, Instagram). Já o acesso ao Portal IFB é definido pela contagem de usuários que visitam o endereço www.ifb.edu.br. Neste caso é contabilizado todos os inscritos/acessos no ano anterior ao exercício de análise.

N.º de inscritos/acessos do ano corrente: inscrito ou seguidor é todo usuário que se inscreve nos canais oficiais institucionais do IFB (YouTube, Facebook, Twitter, Instagram). Já o acesso ao Portal IFB é definido pela contagem de usuários que visitam o endereço www.ifb.edu.br. Neste caso é contabilizado todos os inscritos/acessos no ano do exercício de análise.

2.3.6 Número de *campi* que permite a oferta de verticalização

Finalidade: mensurar quantos *campi* do IFB permitem a oferta de verticalização. Entende-se por verticalização a oferta de cursos que possibilitam ao estudante a promoção de um itinerário formativo dentro de um mesmo eixo tecnológico, saindo da Educação Básica, em Cursos Técnicos de Nível Médio, até o Ensino Superior, em cursos de Graduação e, complementarmente, de Pós-Graduação.

Fórmula: (*n.º de campi que permite a oferta de verticalização*)

Polaridade: positiva

Componentes:

N.º de *campi* que permite a oferta de verticalização: número de *campi* que ofertam cursos que permitem ao estudante a promoção de um itinerário formativo dentro de um mesmo eixo tecnológico, saindo da Educação Básica, em Cursos Técnicos de Nível Médio, até o Ensino Superior, em cursos de Graduação e, complementarmente, de Pós-Graduação.

2.3.7 Percentual de doutores em função dos docentes em efetivo exercício

Finalidade: mensurar o percentual de docentes doutores em relação ao quadro total de docentes em efetivo exercício como forma de identificar a proporção do nível de qualificação máxima do quadro de docentes do IFB.

$$\text{Fórmula: } \left(\frac{\text{n.º de docentes em efetivo exercício com doutorado}}{\text{n.º total de docentes em efetivo exercício}} \right) \times 100$$

Polaridade: positiva

Componentes:

N.º de docentes em efetivo exercício com doutorado: quantidade de docentes em efetivo exercício com título de doutor.

N.º total de docentes em efetivo exercício: quantidade de docentes efetivos.

2.3.8 Percentual de egressos que atuam no mercado formal de trabalho

Finalidade: mensurar a inserção dos egressos do IFB no mercado de trabalho formal.

$$\text{Fórmula: } \left(\frac{\text{n.º de egressos que atuam no mercado formal de trabalho}}{\text{n.º total de egressos}} \right) \times 100$$

Polaridade: positiva

Componentes:

N.º de egressos que atuam no mercado formal de trabalho: quantidade de matrículas com status de “Concluído” no SISTEC e que estão na base de dados da RAIS com vínculo empregatício ativo.

N.º total de egressos: quantidade de matrículas com status de “Concluído” no SISTEC.

2.3.9 Percentual de docentes com formação pedagógica

Finalidade: mensurar o percentual de docentes com formação pedagógica.

$$\text{Fórmula: } \left(\frac{\text{n.º de docentes com formação pedagógica}}{\text{n.º total de docentes}} \right) \times 100$$

Polaridade: Positiva

Componentes:

N.º de docentes com formação pedagógica: número de docentes que participou de alguma ação de formação continuada (cursos, oficinas, encontros pedagógicos) com o objetivo de aperfeiçoar os saberes necessários à atividade docente. Formação pedagógica é entendida aqui como ações de formação continuada de professores.

N.º total de docentes: quantidade de docentes em efetivo exercício no IFB.

3.1.1 Indicador de absenteísmo por doença

Finalidade: mensurar, em termos percentuais, o afastamento dos servidores de suas atividades laborais por motivo de doença.

$$\text{Fórmula: } \left(\frac{\text{Carga horária total de trabalho não realizada}}{\text{Carga horária total de trabalho prevista}} \right) X 100$$

Polaridade: negativa

Componentes:

Carga horária total de trabalho não realizada: a carga horária não realizada é o somatório de todas as licenças por motivo de tratamento de saúde e é calculada da seguinte forma: jornada de trabalho diária X total dos dias de licença.

Carga horária total de trabalho prevista: a carga horária total prevista é o somatório de todas as jornadas e é calculada da seguinte forma: jornada de trabalho diária x 22 (média de dias úteis por mês) x 12 (meses por ano)

3.1.2 Índice de participação de servidores em eventos de capacitação

Finalidade: mensurar o percentual de servidores que participam de eventos de capacitação.

$$\text{Fórmula: } \left(\frac{\text{N.º total de servidores que participaram de ações de capacitação}}{\text{N.º total de servidores}} \right) X 100$$

Polaridade: positiva

Componentes:

N.º total de servidores que participaram de ações de capacitação: total de servidores em efetivo exercício que participaram de alguma ação de capacitação.

N.º total de servidores: total de servidores em efetivo exercício.

3.1.3 Índice de qualificação do corpo docente

Finalidade: mensurar o crescimento do nível de qualificação do corpo docente do IFB.

$$\text{Fórmula: } \left[\frac{\left(\frac{5D+3M+2E+1G}{D+M+E+G} \right) \text{ano corrente} - \left(\frac{5D+3M+2E+1G}{D+M+E+G} \right) \text{ano anterior}}{\left(\frac{5D+3M+2E+1G}{D+M+E+G} \right) \text{ano anterior}} \right] \times 100$$

Polaridade: positiva

Componentes:

D = n.º de Doutores

M = n.º de Mestres

E = n.º de especialistas

G = n.º de graduados

3.1.4 Índice de qualificação do corpo técnico-administrativo em educação

Finalidade: mensurar o crescimento do nível de qualificação do corpo técnico-administrativo do IFB.

Fórmula:

$$\left[\frac{\left(\frac{5D+3M+2E+1G+0,75EM+0,5EF}{D+M+E+G+EM+EF} \right) \text{ano corrente} - \left(\frac{5D+3M+2E+1G+0,75EM+0,5EF}{D+M+E+G+EM+EF} \right) \text{ano anterior}}{\left(\frac{5D+3M+2E+1G+0,75EM+0,5EF}{D+M+E+G+EM+EF} \right) \text{ano anterior}} \right] \times 100$$

Polaridade: positiva

Componentes:

D = n.º de Doutores

M = n.º de Mestres

E = n.º de especialistas

G = n.º de graduados

EM = n.º de servidores com ensino médio

EF = n.º de servidores com ensino fundamental

3.2.1 Percentual de execução do plano diretor de infraestrutura

Finalidade: mensurar o percentual de execução do plano diretor de infraestrutura.

Fórmula: (*% de execução do plano diretor de infraestrutura*)

Polaridade: positiva

Componentes:

Percentual de execução do plano diretor de infraestrutura: valor percentual de ações executadas dentre as previstas no Plano Diretor de Infraestrutura (PDIF).

3.3.1 Percentual de processos administrativos e acadêmicos formalmente mapeados e informatizados

Finalidade: mensurar, em termos percentuais, quantos processos administrativos e acadêmicos formalmente mapeados do IFB estão informatizados.

Fórmula:

$$\left(\frac{\text{n.º de processos administrativos e acadêmicos formalmente mapeados e informatizados}}{\text{n.º total de processos administrativos e acadêmicos formalmente mapeados}} \right) \times 100$$

Polaridade: positiva

Componentes:

N.º de processos administrativos e acadêmicos formalmente mapeados e informatizados: quantidade de processos administrativos e acadêmicos cujo o conjunto de ações são representadas por meio de modelo visual baseado numa notação internacionalmente reconhecida (*Business Process Model and Notation - BPMN*). O termo informatizado significa que as atividades dos processos são executadas por meio de softwares e/ou sistemas.

N.º total de processos administrativos e acadêmicos formalmente mapeados:

quantidade total de processos administrativos e acadêmicos cujo o conjunto de ações são representadas por meio de modelo visual baseado numa notação internacionalmente reconhecida (*Business Process Model and Notation - BPMN*). Tais processos devem estar mapeados e validados pela área responsável para serem submetidos ao processo de informatização.

3.3.2 Atualizar o parque tecnológico do IFB

Finalidade: mensurar em termos percentuais o nível de atualização do parque tecnológico do IFB.

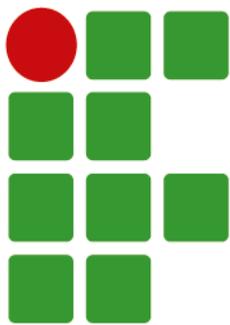
Fórmula:
$$\left(\frac{\text{Valor Executado de Investimento em TIC no ano (inclusive TED)}}{\text{Valor previsto no PDTIC para Investimento no ano}} \right) \times 100$$

Polaridade: positiva

Componentes:

Valor executado de investimento em TIC no ano (inclusive TED): valor orçamentário anual utilizado para aquisição/contratação de serviços, de equipamentos, de programas ou de sistemas de tecnologia da informação e comunicação.

Valor previsto no PDTIC para investimento no ano: estimativa anual de preço para aquisição/contratação de serviços, de equipamentos, de programas ou de sistemas de tecnologia da informação e comunicação que constam no inventário de necessidades do PDTIC.



INSTITUTO FEDERAL
Brasília